

INSTITUTO FEDERAL

Brasília

Campus Estrutural

PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO
CAMPUS ESTRUTURAL - PPP

MINUTA

Brasília-DF

2024

GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Reitora: Veruska Ribeiro Machado

Pró-Reitora de Ensino: Rosa Amélia Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação: Simone Braz Ferreira Gontijo

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Diene Ellen Tavares Silva

Pró-Reitora de Administração: Cláudia Sabino Fernandes

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: José Anderson de Freitas Silva

Campus Estrutural

Diretor-Geral do Campus Estrutural: Giano Luis Copetti

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão: Évelyn Helena Nunes Silva

Diretor de Administração e Planejamento: Luidson Saraiva Souza

Coordenadora Geral de Ensino: Aline Tireli Miranda

Coordenador Pedagógico: Tiago Nascimento de Carvalho

Coordenador de Pesquisa e Inovação: Rodrigo Figueiredo Abdo

Coordenador de Extensão e Estágio: Artur Lopes Dias

MINUTA

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS ESTRUTURAL

Constituída inicialmente pela **Portaria 38/2020** - DGES/IFB, de 01 de junho de 2020 e retificada pelas seguintes portarias:

- Portaria nº 88/2020 - DGES/RIFB/IFB, de 15 de outubro de 2020,
- Portaria nº 98/2020 - DGES/RIFB/IFB, de 4 de dezembro de 2020,
- Portaria nº 2/2021 - DGES/RIFB/IFB, de 19 de maio de 2021,
- Portaria nº 72/2021 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 9 de setembro de 2021,
- Portaria nº 35/2022 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 12 de abril de 2022,
- Portaria nº 121/2023 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 20 de novembro de 2023,
- Portaria nº 73/2024 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 18 de junho de 2024.

Servidores designados na Portaria 38/2020 - DGES/IFB, de 01 de junho de 2020	Servidores designados na Portaria 88/2020 - DGES/RIFB/IFB, de 15 de outubro de 2020	Servidores designados na Portaria 98/2020 - DGES/RIFB/IFB, de 4 de dezembro de 2020
Dalmi Alves Alcantra (Presidente)	Dalmi Alves Alcantra (Presidente)	Dalmi Alves Alcantra (Presidente)
Adriélen Moraes Corti	Adriélen Moraes Corti	Adriélen Moraes Corti
Alcyone César Pereira Silva	Alcyone César Pereira Silva	Alcyone César Pereira Silva
Antonio Dantas Costa Neto	Antonio Dantas Costa Neto	Antonio Dantas Costa Neto
Giano Luis Copetti	Giano Luis Copetti	Isabelita Solano Mendes Peixoto
Greice Kelly Menezes Martins	Isabelita Solano Mendes Peixoto	Nilson Correia da Silva
Isabelita Solano Mendes Peixoto	Nilson Correia da Silva	Norivan Lustosa Lisboa Dutra
Juliana Campos Sabino de Souza	Norivan Lustosa Lisboa Dutra	Regina Maris Pinheiro D'azevedo
Nilson Correia da Silva	Paulo Cesar de Sousa Santos	Thyago Silva Rodrigues
Regina Maris Pinheiro D'azevedo	Regina Maris Pinheiro D'azevedo	
Thyago Silva Rodrigues	Thyago Silva Rodrigues	
Yuri Cesar rosa de Toledo		



Servidores designados na Portaria 2/2021 - DGES/RIFB/IFB , de 19 de maio de 2021	Servidores designados na Portaria nº 72/2021 - DGES/RIFB/IFBRASILIA , de 9 de setembro de 2021
Dalmi Alves Alcantra (Presidente)	Dalmi Alves Alcantra (Presidente)
Adriélen Moraes Corti	Adriélen Moraes Corti
Alcyone César Pereira Silva	Alcyone César Pereira Silva
Antonio Dantas Costa Neto	Antonio Dantas Costa Neto
Isabelita Solano Mendes Peixoto	Isabelita Solano Mendes Peixoto
Norivan Lustosa Lisboa Dutra	Norivan Lustosa Lisboa Dutra
Regina Maris Pinheiro D'azevedo	Shirley Pereira Gomes
Shirley Pereira Gomes	
Thyago Silva Rodrigues	

Servidores designados na Portaria nº 35/2022 - DGES/RIFB/IFBRASILIA , de 12 de abril de 2022	Servidores designados na Portaria nº 121/2023 - DGES/RIFB/IFBRASILIA , de 20 de novembro de 2023
Matheus Barbosa Horovits	Priscila Ribeiro dos Santos (Presidente)
Thyago Silva Rodrigues	Leandro Pellenz

Servidores designados na Portaria nº 73/2024 - DGES/RIFB/IFBRASILIA , de 18 de junho de 2024.
Priscila Ribeiro dos Santos (Presidente)
Leandro Pellenz
Évelyn Helena Nunes Silva



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CAMPUS ESTRUTURAL

“Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor, porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na *problematização* do futuro e recuse sua inexorabilidade”¹

Paulo Freire

¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 28.



SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Princípios Legais e Institucionais do IFB.....	10
2.1. Gestão democrática.....	13
2.2. Verticalização do ensino e indissociabilidade entre este, a pesquisa, a inovação, a extensão e a cultura.....	14
2.3. Justiça e responsabilidade social.....	15
2.4. Acessibilidades pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica e outras.....	15
3. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	16
4. Instituto Federal de Brasília - Campus Estrutural.....	19
4.1. A Origem do Campus Estrutural.....	19
4.2. Caracterização do entorno do Campus Estrutural.....	20
4.3. Contexto socioeconômico da região Estrutural.....	21
4.4. Situação socioeconômica da RA XXV - SCIA.....	21
4.5. Articulação do Campus com a comunidade local e com os arranjos produtivos da região.....	37
4.6. A Integração do Campus com a Comunidade.....	39
4.7. Os cursos e vagas ofertados pelo Campus Estrutural.....	41
4.8. Dados de evasão, permanência e êxito nos cursos ofertados pelo Campus Estrutural.....	43
4.9. Objetivos do Campus Estrutural.....	53
4.10. Concepção político-pedagógica do Campus Estrutural.....	55
5. Políticas Articuladoras e Fundamentadoras das Atividades do IFB - Campus Estrutural.....	64
5.1. Das ações de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura.....	64
5.2. Das ações de acesso, ingresso e assistência estudantil.....	69
5.3. Da avaliação dos cursos.....	71
5.4. Ações de permanência, de êxito e de inclusão de estudantes.....	71
5.5. Articulação das ações do Campus com o PPI e o PDI.....	73
6. Visão Integral do Ensino e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.....	74
6.1. Articulação entre ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura.....	74
6.2. Unicidade da relação teoria-prática.....	75
6.3. Interdisciplinaridade do conhecimento.....	75
6.4. Flexibilidade curricular.....	76
6.5. Contextualização do Itinerário Formativo Proposto.....	76
6.5.1. Cursos técnicos integrados.....	77
6.5.2. Cursos técnicos subsequentes.....	78
6.5.3. PROEJA.....	79
6.5.4. Licenciatura em Matemática.....	80
6.6. Acessibilidade pedagógica.....	81
6.7. Integração curricular.....	82
6.8. Avaliação da aprendizagem.....	85
6.9. Procedimentos Avaliativos do Campus e de seus Objetivos.....	88
6.10. Estratégias pedagógicas.....	90



7. Processos Decisórios do IFB e Campus Estrutural.....	91
7.1. Atos Administrativos.....	93
7.2. Estrutura organizacional do Campus Estrutural.....	94
7.3. Colegiados e coordenações de cursos.....	96
7.4. Representação discente.....	96
7.5. Infraestrutura para atendimento aos cursos.....	101
8. Plano de ação do Campus Estrutural.....	102
9. Formas de acompanhamento e avaliação do PPP.....	104
10. Considerações Finais.....	105
11. REFERÊNCIAS.....	106

MINUTA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, SIA, 2021.....	22
Figura 2 - Abastecimento de água no domicílio, SIA, 2021.....	23
Figura 3 -Esgotamento sanitário do domicílio, SIA, 2021.....	24
Figura 4 - Abastecimento de energia elétrica no domicílio, SIA, 2021.....	24
Figura 5 - Recolhimento do lixo no domicílio, SIA, 2021.....	25
Figura 6 - Percentual de População da Região Administrativa SCIA/Estrutural em Relação à Faixa Etária.....	26
Figura 7 - Taxa de participação das pessoas em idade ativa (14 anos ou mais de idade), SCIA, 2021.	27
Figura 8 - Distribuição do setor de atividade da empresa em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, SCIA, 2021.....	28
Figura 9 - Distribuição da frequência escolar da população de 4 a 24 anos,SCIA, 2021.....	30
Figura 10 - Distribuição da frequência escolar por faixas de idade, SCIA, 2021.....	31
Figura 11 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais, SCIA, 2021.....	32
Figura 12 - Distribuição da modalidade de ensino de todos os estudantes, SCIA, 2021.....	33
Figura 13 - Distribuição do turno de estudo de todos os estudantes, SCIA, 2021.....	34
Figura 14 - Principal meio de transporte da casa até a escola de todos os estudantes, SCIA, 2021..	35
Figura 15 – Eixos Tecnológicos de Atuação do IFB - Campus Estrutural.....	41
Figura 16 - Fluxograma do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção Automotiva	77
Figura 17 - Fluxograma do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Meio Ambiente.....	78
Figura 18 - Fluxograma do Curso Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva.....	79
Figura 19 - Fluxograma do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma articulada integrada ao Ensino Médio (PROEJA).....	80
Figura 20 - Fluxograma do Curso Superior de Licenciatura em Matemática.....	81
Figura 21 - Fluxo Decisório - Campus Estrutural.....	95

MINUTA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos e Vagas – Campus Estrutural.....	42
Quadro 2 - Oferta Inicial dos Cursos.....	44
Quadro 3 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos Técnico Subsequente.....	45
Quadro 4 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos de Ensino Médio Integrado.....	46
Quadro 5 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos de Licenciatura.....	47
Quadro 6 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC.....	48
Quadro 7 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC.....	49
Quadro 8 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC.....	50
Quadro 9 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC.....	51
Quadro 10 - Número de Matrículas e Evasão - Especialização.....	52
Quadro 11 - Estrutura Organizacional.....	97

MINUTA

1. Introdução

Este documento representa o Projeto Político Pedagógico (PPP)² do Campus Estrutural e foi construído em um esforço conjunto de docentes, técnicos, pais e alunos do campus para que pudesse ser relatado, com a maior veracidade possível, a visão política e pedagógica que almeja-se para essa instituição.

A redação do PPP, sob a responsabilidade de uma comissão formada por docentes e técnicos do campus, teve início em maio de 2020. E teve como embasamento os seguintes princípios: formação política, autonomia, planejamento, participação, reflexão, trabalho como princípio educativo. Portanto, esses são aspectos interdependentes presentes no documento que forma este PPP.

É importante ressaltar que o IFB tem um Estatuto (IFB, 2011)³ que se aplica a todos os campi e um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁴. Por essa razão, este Projeto Político Pedagógico segue as diretrizes gerais estabelecidas e acrescenta as características próprias do Campus Estrutural. O Projeto Político Pedagógico representa então um acordo firmado para certo grupo social, não representa uma unanimidade, mas o resultado possível, considerando-se as forças e disputas ideológicas e políticas em determinado contexto e momento histórico no qual estamos inseridos.

O objetivo deste Projeto Político Pedagógico não é apenas cumprir uma exigência burocrática, mas iniciar e sistematizar um diálogo interno e externo sobre os nossos valores e as nossas metas. Este documento deve ser estudado, analisado, avaliado e refeito de acordo com a proposta aqui apresentada, ou seja, é um documento vivo, não deve permanecer engavetado, pois ele representa as diretrizes que queremos seguir enquanto campus, a concepção de sociedade e educação e as tarefas que temos por realizar.

2. Princípios Legais e Institucionais do IFB

² Baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96, cada instituição de ensino deve elaborar seu Projeto Político Pedagógico - PPP, valendo-se dos princípios de gestão democrática que norteiam o ensino das escolas públicas brasileiras.

³ Aprovado pelo D.O.U nº 168, de 02 de setembro de 2009 e alterado conforme 7ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada em 21 de junho de 2011.

⁴ O Projeto Pedagógico Institucional do IFB - PPI (2024-2030), aprovado por meio da Resolução nº 28/2023, apresenta elementos para a organização dos PPP dos campi.

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 6º, trata como direito social a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. O artigo 205 trata, especificamente, da educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A LDB 9394/96 traz, em seu artigo 36, orientações sobre a educação profissional técnica de nível médio que incluem: a) Preparação para o exercício de profissões técnicas, sendo sua habilitação desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional; b) Articulação com o ensino médio; c) Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. A educação profissional técnica deve seguir, portanto, os objetivos e definições contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

A educação profissional técnica de nível médio articulada poderá ser desenvolvida de forma integrada: a) oferecida, somente, a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; e b) concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis, em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. Já o artigo 39 da LDB, Lei 9394/96, explica que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A Lei n. 11.892/08, que trata da criação dos Institutos Federais, orienta em seu artigo 2º que estas são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, regidas pela regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos superiores, como universidades.

O IFB possui natureza jurídica de autarquia e é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com a competência para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Conforme a mesma Lei de criação dos Institutos Federais, as finalidades dos IFs são:

I – Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX – Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Como princípios norteadores das ações do IFB, destacam-se: a gestão democrática; a verticalização do ensino e indissociabilidade entre este, a pesquisa, a inovação, a extensão e a

cultura; a justiça e responsabilidade social; a acessibilidade pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica e outras; como se verá a seguir.

2.1. Gestão democrática

A Gestão Democrática é entendida como uma forma de gerir objetivando a participação, autonomia, pluralismo e transparência, numa busca constante de incorporação desses elementos no cotidiano da escola. Os artigos 14 e 15 da LDB (1996) asseguram que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, com o intuito de afirmar o caráter público da escola, os quatro elementos constitutivos da construção do processo de gestão democrática - participação, autonomia, pluralismo e transparência - possuem suas relevâncias individuais, e, juntos, colaboram para a ampliação do entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática que realmente considera a comunidade escolar.

No caso específico do IFB, as instâncias de decisão visam facilitar e estimular a participação da comunidade escolar nas escolhas que interferem nos rumos da educação e na definição das políticas educacionais do Instituto, sendo necessário assim a valorização de diferentes canais como Conselho Superior, Conselho Gestor, Colegiados, Representações dos Estudantes (Grêmios, DA, Diretório Central dos Estudantes - DCE), Fóruns, Assembleias, dentre outros.

A autonomia caracteriza-se como mais um elemento constitutivo e indispensável para a democratização da educação, sendo ela fundamental no processo de construção da identidade das instituições. A autonomia não pode ser confundida com isolamento, sendo feita a partir das múltiplas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que compõem o processo educativo e a Instituição como um todo.

O pluralismo como elemento constitutivo da gestão democrática caracteriza-se como negação da imposição do pensamento único, de propostas ancoradas em regime de verdades, sendo uma tentativa de construção de projetos e diretrizes educacionais por meio de acordos possíveis, a partir do diálogo, primando pelo exercício cotidiano da arte da conversação entre os diferentes sujeitos e/ou atores que fazem parte da comunidade escolar.

A transparência é o elemento constitutivo da gestão democrática responsável por afirmar o sentido público da educação, devendo nortear as ações dos profissionais da educação e da gestão nos diferentes espaços existentes do IFB. Refere-se à prestação de conta dos atos e procedimentos da gestão e dos profissionais da educação perante a comunidade escolar, sendo imprescindível na construção de formas de controle social sobre a esfera pública, pois a educação é uma prática social que exige relações dialógicas, abertas e públicas.

Em resumo, a gestão democrática para ser efetivada no IFB depende não só da existência de mecanismos formais já criados, mas de sua revitalização e da criação de novos canais de participação que venham ampliar as formas de acompanhamento da comunidade nas ações e no direcionamento coletivo das políticas educacionais da Instituição. Compreendendo a participação como conquista, a consolidação da gestão democrática da educação deve ser assumida como política pública na defesa de um projeto de educação comprometido com a emancipação humana e com o desenvolvimento social, econômico e soberano da sociedade brasileira.

2.2. Verticalização do ensino e indissociabilidade entre este, a pesquisa, a inovação, a extensão e a cultura

Este princípio constitucional tratado no PDI/IFB (2024-2030) destaca a importância de o IFB ter como parâmetro da formação de seus estudantes a atitude reflexiva e de problematização do processo de ensino, possibilitando a articulação dos componentes curriculares com os processos de investigação e de intervenção junto à sociedade. Nesse sentido, a formação do profissional se dá pela produção de conhecimentos pautada na criatividade, na ação investigativa e na reflexão crítica da realidade.

Para tanto, as políticas de ensino, pesquisa e inovação, de extensão e cultura buscam articular projetos interventivos, a fim de levar a comunidade acadêmica a desenvolver atitudes críticas, reflexivas e problematizadoras da realidade em que vivem, levando, assim, o estudante a atuar não só como sujeito de sua aprendizagem, mas também como transformador da realidade. Essa articulação dos projetos interventivos também é possível a partir da oferta de cursos em diferentes níveis de ensino, permitindo ao cidadão a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos acadêmicos.



2.3. Justiça e responsabilidade social

Este princípio considera as ações voltadas à minimização das desigualdades, como as ações afirmativas no acesso à educação e as políticas de permanência e êxito, na busca para compensar as disparidades historicamente construídas nos diferentes processos sociais.

Dessa forma, o IFB visa estimular ações sociais com temáticas inclusivas e de tecnologias sociais por meio de editais de fomento às atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura. Por meio de editais, incentiva a realização de ações inclusivas, apresentando linhas temáticas que objetivam a promoção da diversidade e inclusão de grupos marginalizados, tais como: a valorização da diversidade étnica para inclusão; educação para as pessoas com deficiência visando a permanência e a aprendizagem; educação para políticas afirmativas das mulheres e das relações de gênero, orientação sexual e diversidade cultural, entre outros. Nesse sentido, a educação profissional e tecnológica ofertada pelo Instituto Federal de Brasília contribui para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Além dessas ações, o IFB estimula processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

2.4. Acessibilidades pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica e outras

O PDI/IFB (2024-2030) propõe que a promoção do acesso, a permanência e o êxito dos estudantes devem ir além do simples atendimento à acessibilidade arquitetônica. Para isso, foram definidas outras categorias de acessibilidade, as quais também devem ser atendidas. São elas:

a) Acessibilidade pedagógica: ausência de barreiras nas metodologias, técnicas e materiais didáticos. Esta é uma ação vinculada diretamente à atuação docente. Refere-se a forma como os professores concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional, o que irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas;

b) Acessibilidade atitudinal: percepção e interação com o outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações. Entende-se que a atitude da pessoa favorece a remoção de barreiras;

c) Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (diversas formas de comunicação, incluindo textos em braile) e virtual (acessibilidade digital);

d) Acessibilidade digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, acesso físico, equipamentos e programas adequados, conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos;

e) Acessibilidade nos meios de transporte: pontos de paradas, calçadas, terminais, estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte;

f) Acessibilidade arquitetônica: presença de rampas, elevadores, plataformas de elevação, sinalização de piso em relevo, dentre outros, em todos os ambientes da escola e equipamentos urbanos para o acesso à escola.

3. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

No ano de 1960 a nova capital do Brasil foi inaugurada trazendo novas possibilidades para a região do Centro Oeste, bem como para todo país. Um ano antes, foi construída, na região, a Escola Agrotécnica de Brasília, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV do Ministério da Agricultura, inaugurada oficialmente no ano de 1962, na Região Administrativa de Planaltina, a mais antiga entre todas do Distrito Federal. Este foi um importante marco na história do ensino técnico profissionalizante na nova capital e para a criação do Instituto Federal de Brasília, mas a história do que hoje conhecemos como educação profissional começa bem antes.

No ano de 1906, o então Presidente do Rio de Janeiro (equivalente ao atual cargo de governador), Nilo Peçanha, decretou a fundação de três escolas de ofício nas cidades de Campos, Petrópolis e Niterói; e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul. Em 1909, Peçanha decretou, já como Presidente do Brasil, a implementação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em diversos estados brasileiros, com objetivo de preparar jovens para o setor industrial, que começava a surgir no país. Esta data é considerada por muitos como um marco histórico no que se refere ao ensino técnico no Brasil (BRASIL/MEC/SETEC, 2009; GARCIA et al, 2018), e a partir dela é comemorado o aniversário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que no ano de 2020 completou 111 anos.

Outras datas de grande relevância para o desenvolvimento da educação profissional no Brasil vieram logo em seguida. No ano de 1927, o projeto Fidélis Reis foi sancionado no Congresso

Nacional. Tal projeto previa a obrigação do ensino profissional no Brasil. Em 1930, o destaque foi para a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que logo passou a inspecionar as Escola de Aprendizes e Artífices (BRASIL, MEC/SETTEC, 2009). A Constituição Federal, promulgada no ano de 1937, tratava desta questão em seu artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Pela primeira vez, a obrigatoriedade do ensino profissional apareceu na Carta Magna do Brasil, com isso, ainda em 1937, foi assinada uma lei que transformava as Escola de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais (BRASIL, MEC/SETTEC, 2009).

Depois de algumas reformas, que possibilitaram presumir o ensino profissional como nível médio, um decreto de 1942 criou as Escolas Industriais e Técnicas, que ofertavam a formação profissional. Os egressos desses cursos profissionalizantes podiam cursar o Ensino Superior, em áreas afins à sua formação técnica.

Ainda com a missão de qualificar a mão de obra para o desenvolvimento do país, o governo de Kubitschek (1956-1961) foi o primeiro a destinar uma porcentagem dos investimentos do país diretamente ao setor educacional, sendo o valor correspondente a 3,4% do orçamento.

As Escolas Industriais e Técnicas são convertidas em autarquias, no ano de 1959, e passam à denominação de Escolas Técnicas Federais. A grande importância desta transformação diz respeito à autonomia que estas instituições passam a exercer, tanto no quesito gestão quanto à liberdade didática. No Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, as Escolas Técnicas Federais progrediram, no ano de 1978, para os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. A principal diferença entre essas e as Escolas Técnicas Federais foi a oferta de cursos de formação em nível superior nos CEFETs, o que só veio a acontecer nas outras instituições algum tempo depois (BRASIL, MEC/SETTEC, 2010). Esses foram avanços significativos para essas instituições de ensino.

No Distrito Federal, a educação profissional iniciou-se no final da década de 1950, com a criação da Escola Agrotécnica Federal de Brasília - EAF, em Planaltina, subordinada à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, tendo como objetivo ministrar cursos regulares dos antigos Ginásios e Colégios Agrícolas. A sua criação foi em 17 de fevereiro de 1959, pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, e

inaugurada em 21 de abril de 1962. Em 19 de maio de 1967, por meio do Decreto n. 60.731, as Escolas Agrícolas passaram do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura e, a partir de 1978, por meio do Decreto n. 82.711, o Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal, com convênio celebrado entre a então Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Colégio Agrícola.

A partir da Portaria n. 129, de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília - CEP/CAB, com a finalidade de qualificação e requalificação profissional nos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos de educação profissional técnica de nível médio, direcionados à demanda mercadológica. A transformação do CEP/CAB em Escola Técnica Federal de Brasília ocorreu em 25 de outubro de 2007, pela Lei n. 11.534, tornando-a a primeira Unidade de Ensino Descentralizada - UNED da ETF/BSB.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo era ampliar a presença dessas instituições em todo o território nacional. Esse processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica iniciou-se quando o Governo Federal revogou, por meio da Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no §5º do Art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Em 2008, os CEFETs tornaram-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008, em razão do Plano Federal de Educação Técnica e Tecnológica, na implantação de um novo modelo de instituição de educação profissional, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB, por intermédio da Lei n. 11.892, como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação. Em razão da visão estratégica do IFB, de fazer a Educação Profissional e Tecnológica alcançar mais capilaridade no Distrito Federal, a expansão do IFB para outras Regiões Administrativas foi passo natural, levando-se em consideração o significativo contingente populacional, o baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e a abrangência do IFB nas RAs do DF. Nesse sentido, em setembro de 2011, iniciou-se o processo de implantação do Campus Estrutural.

4. Instituto Federal de Brasília - Campus Estrutural

O Instituto Federal de Brasília, Campus Estrutural, encontra-se instalado na Área Especial n. 01, Quadra 16, Cidade Estrutural/DF, região desenvolvida a partir de uma situação bem peculiar, pois ali havia um “lixão” e a maioria das pessoas que moravam e viviam no local tinham suas atividades laborais vinculadas à coleta de resíduos e materiais a serem destinados à reciclagem e/ou ao reaproveitamento.

Com a criação da Cidade do Automóvel/SCIA, a região ampliou suas atividades para ações relacionadas ao comércio de veículos, serviços mecânicos e de autopeças.

Embora esteja instalado na Região Administrativa Estrutural, o Campus atende estudantes de diversas Regiões Administrativas do DF, como a Cidade do Automóvel - SCIA, o Vicente Pires, o Guará, o Cruzeiro, dentre outras.

4.1. A Origem do Campus Estrutural

O Campus Estrutural iniciou suas atividades em 2012 no Centro Comunitário da Estrutural ofertando apenas os cursos FICs e Jovem Aprendiz. Em 2014, mudou-se para sede própria na Cidade do Automóvel - Estrutural⁵, conforme a *Portaria Nº 993, de 7 de Outubro de 2013*⁶ e passou a ofertar cursos em eixos temáticos diferentes e para públicos variados.

A sua localização geográfica contribui com os seus eixos de formação, pois ao seu redor estão localizados a Cidade do Automóvel e o Centros de Triagem de Cooperativas de Catadores de Recicláveis⁷. Assim, reconhecendo os arranjos produtivos locais, e conforme o *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*,⁸ este Campus tem como principais eixos de formação: o Eixo de Controle e Processos Industriais e o Eixo de Ambiente e Saúde.

⁵ Setor Complementar de Indústria e Abastecimento foi fundado em 25 de outubro de 1989, recebendo a condição de região administrativa, conforme a Lei 3315, de 27 de janeiro de 2004. Compreende a Cidade do Automóvel (área restrita para comércio de carros) e a Cidade Estrutural.

⁶ Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

⁷ Local que recebe inicialmente os resíduos que vêm da coleta seletiva. Esse material é separado, classificado, pesado, prensado e então transportado para a central de comercialização, que, por sua vez, é onde ocorre o processo de beneficiamento, estocagem e comercialização. No complexo de reciclagem, todo esse trabalho será feito com aparelhos de última geração e instalações com acessibilidade.

⁸ Link do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos:
<https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/catalogogerado.pdf>

Os cursos ofertados vão desde o Programa de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA) e Ensino Médio Integrado até cursos de Graduação e Pós-graduação com aulas em diferentes turnos. Além desses, há ofertas de cursos de curta duração, Formação Inicial e Continuada - FICs, tais como: Auxiliar Administrativo, Espanhol Intermediário, Inglês Básico, Inglês Intermediário e Libras Básico e Intermediário. Atualmente, o Campus tem, aproximadamente, mil estudantes distribuídos pelos diversos cursos oferecidos.

Como primeira e única escola a ofertar Ensino Médio Integrado na Estrutural, o IFB facilita a capacitação de moradores que antes tinham que se dirigir ao Guará, Cruzeiro ou outras cidades para estudar. Destaca-se, por fim, que na região, o Ensino Superior é oferecido somente pelo Instituto Federal.

4.2. Caracterização do entorno do Campus Estrutural

No início da década de 1990, a Cidade Estrutural era uma comunidade de catadores de resíduos recicláveis, situada próxima ao aterro sanitário do Distrito Federal, com pouco menos de 100 domicílios. Recebeu esse nome em função da proximidade com a rodovia DF-095 - Estrada Parque Ceilândia, mais conhecida como *Via Estrutural*, que interliga as cidades-satélites do Cruzeiro, Taguatinga e Ceilândia. Esse território pertencia, oficialmente, à Região Administrativa do Guará desde 25 de outubro de 1989 por meio do Decreto n. 11.921, que fixou limites para as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Com a intenção de remover os catadores de recicláveis para outro espaço, várias ações foram realizadas, no entanto houve uma luta histórica da população local para que o Estado reconhecesse sua condição de cidade e passasse a garantir mais efetivamente o direito aos lotes e o acesso a outros direitos sociais. A comunidade ocupada pelos catadores, então, foi transformada na *Vila Cidade Estrutural*, pertencente à Região Administrativa do Guará.

Em 27 de janeiro de 2004, o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento SCIA, até então chamado de SIA, território da Região Administrativa X - Guará, foi transformado na Região Administrativa XXV, pela Lei n. 3.315, tendo a Cidade Estrutural como sua sede urbana, além da Cidade do Automóvel. Em 24 de janeiro de 2006, a Lei Complementar n. 530 foi revogada, dando origem à Lei Complementar n. 715, que tornou a Vila Estrutural em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS. Por meio dessa lei, a Vila Estrutural passou a ser objeto de regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas, levando-se em consideração a situação socioeconômica da

população e as restrições ambientais indicadas pelos estudos pertinentes, além da remoção de edificações erigidas em áreas consideradas de risco ambiental.

Nessa Região Administrativa - RA, em razão da parceria entre os empresários e o Governo do Distrito Federal, criou-se a Cidade do Automóvel - maior concentração de revendas de veículos da América Latina. Em 2007, a Cidade do Automóvel contava com mais de 150 revendas automobilísticas e promovia concorrência, gerando possibilidades de negócios e empregos.

4.3. Contexto socioeconômico da região Estrutural

A Cidade Estrutural é uma região relativamente nova, se comparada a outras Regiões Administrativas do Distrito Federal, mas sua recente história foi marcada pela luta em busca de fixação e identidade. Havia a intenção de removê-la para outro local e várias tentativas foram realizadas nesse sentido. Por meio da Lei Complementar n. 530, de janeiro de 2002, o governo normatizou o parcelamento do solo e garantiu a alienação dos lotes existentes aos ocupantes, há mais de 5 anos, com prioridade para os filhos de Brasília e as famílias constituídas.

Em 2008, o Programa Brasília Sustentável, financiado pelo Banco Mundial (BIRD), teve como foco assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, em especial, da Cidade Estrutural, mediante obras de infraestrutura como saneamento, pavimentação, regularização fundiária e implantação de equipamentos públicos, como: escolas, postos policiais e de saúde.

4.4. Situação socioeconômica da RA XXV - SCIA

Nesse contexto histórico, a Cidade Estrutural alcançou avanços no que se refere à infraestrutura da região. Entretanto, esses avanços não foram acompanhados por progressos significativos no contexto social, pois a população da região ainda apresenta baixa escolaridade e renda domiciliar *per capita*, bem como pouco ou nenhum acesso à cultura e lazer.

Para ajudar a compreender a complexidade do cenário socioeconômico da Cidade Estrutural, foram analisados os resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - PDAD (2021)⁹, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, a cada 2 anos, nas 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal. A pesquisa possibilitou conhecer a

⁹ Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - Relatório CODEPLAN 2021-Atualizado em 25/10/2022 - Link: https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/SCIA_-_consolidado-2021.pdf

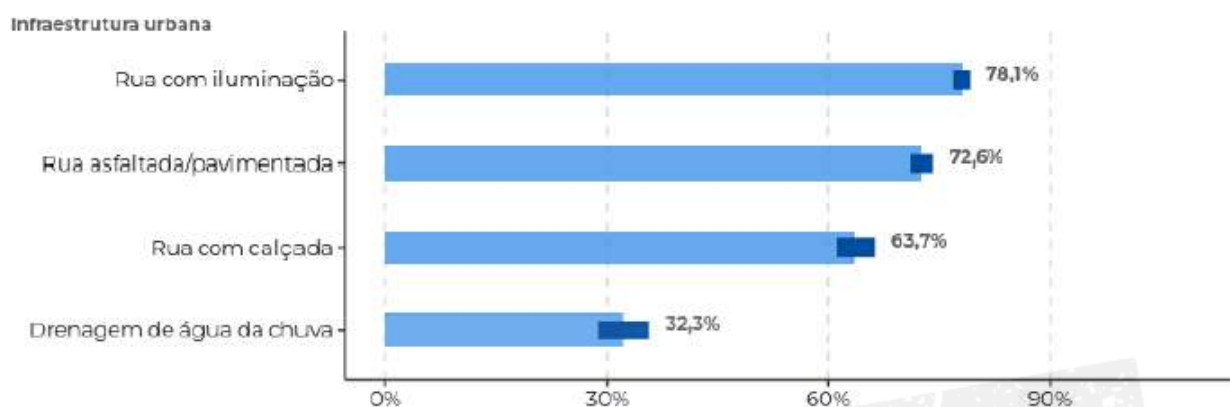
situação socioeconômica, demográfica e residencial dos moradores de áreas urbanas do DF e os resultados serviram para balizar o planejamento de ações do governo, bem como de setores da sociedade civil como os movimentos sociais, sindicatos e empresariado.

A análise dos resultados dessa pesquisa revelou que nos últimos anos, a região avançou quanto à urbanização. Diferente do cenário original da ocupação, a maioria de suas construções é de alvenaria, possui banheiro privativo e dois ou mais dormitórios, o que inclusive são critérios para classificar o padrão de habitabilidade de uma moradia.

O atendimento com serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo também estão entre os vários fatores relevantes para se avaliar as condições de habitabilidade de uma região. A cidade ainda apresenta problemas significativos no que se refere à rede pluvial e ruas asfaltadas, com apenas 32,3% e 72,6% das moradias, respectivamente, usufruindo desses benefícios.

A pesquisa PDAD (2021) revelou dados importantes sobre os serviços de infraestrutura domiciliar na Cidade Estrutural, conforme observa-se abaixo:

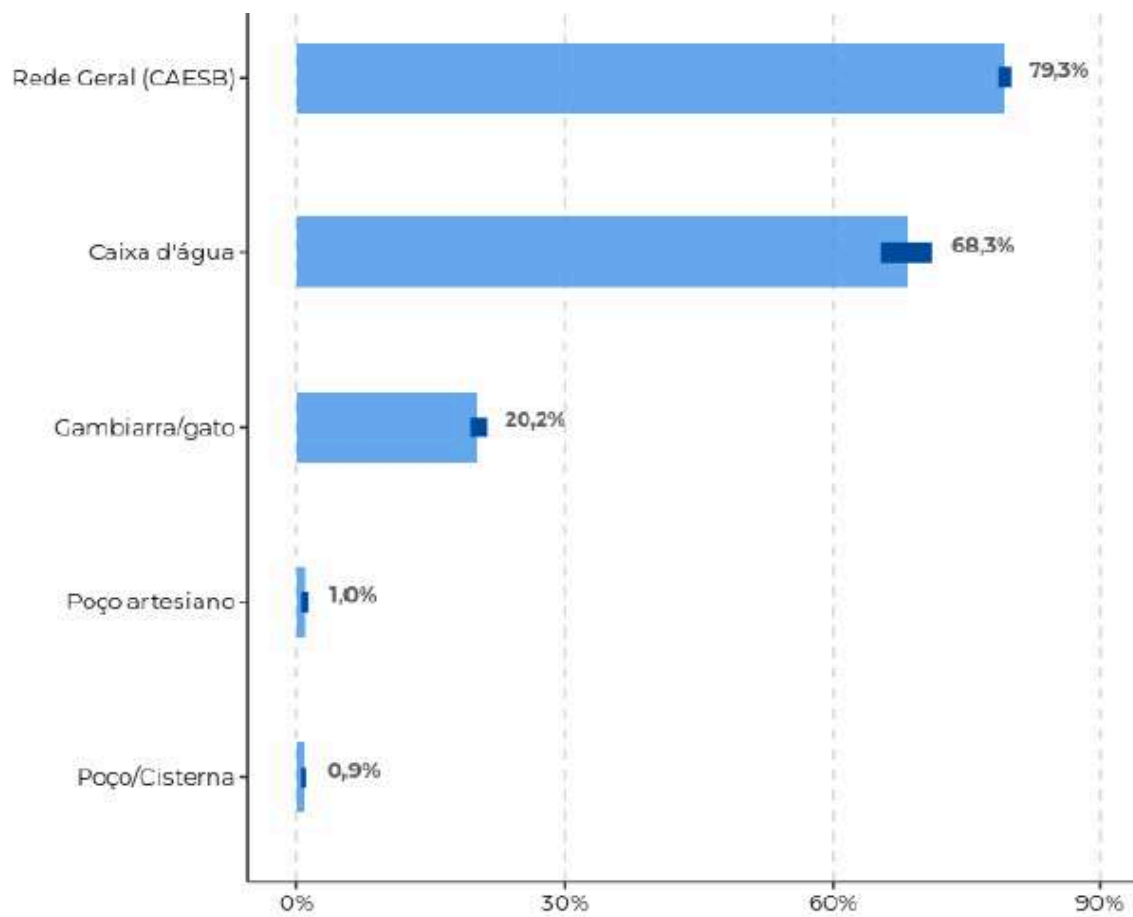
Figura 1 - Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, SIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

MINUTA

Figura 2 - Abastecimento de água no domicílio, SIA, 2021.

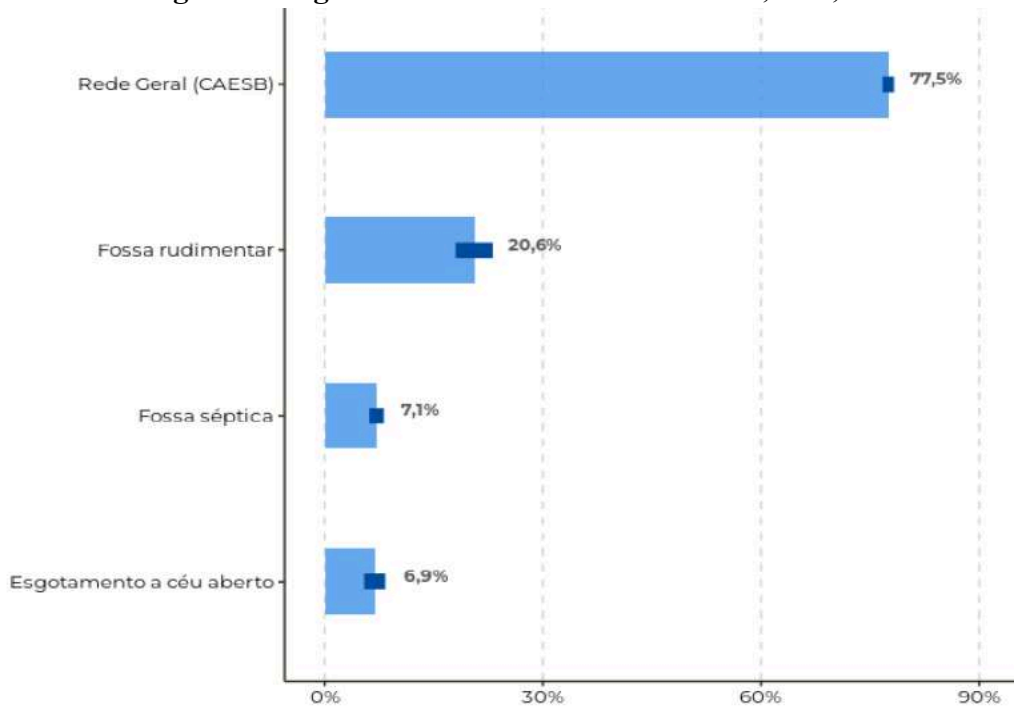


Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

MINUTA

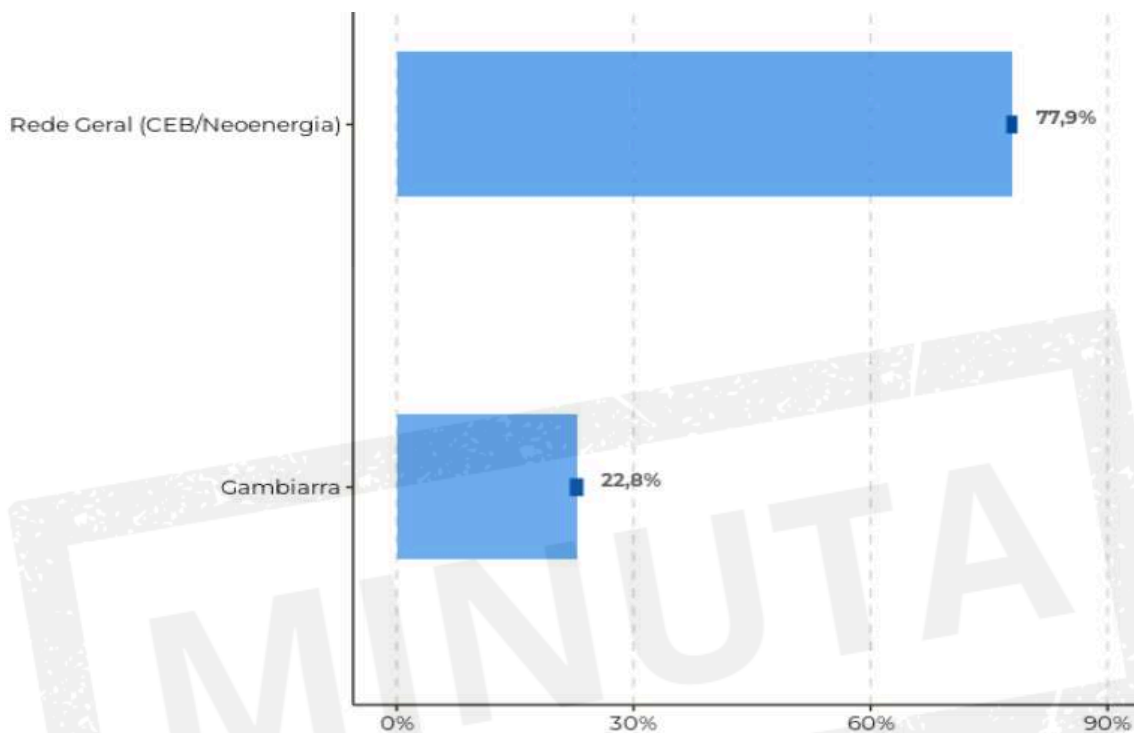


Figura 3 -Esgotamento sanitário do domicílio, SIA, 2021.



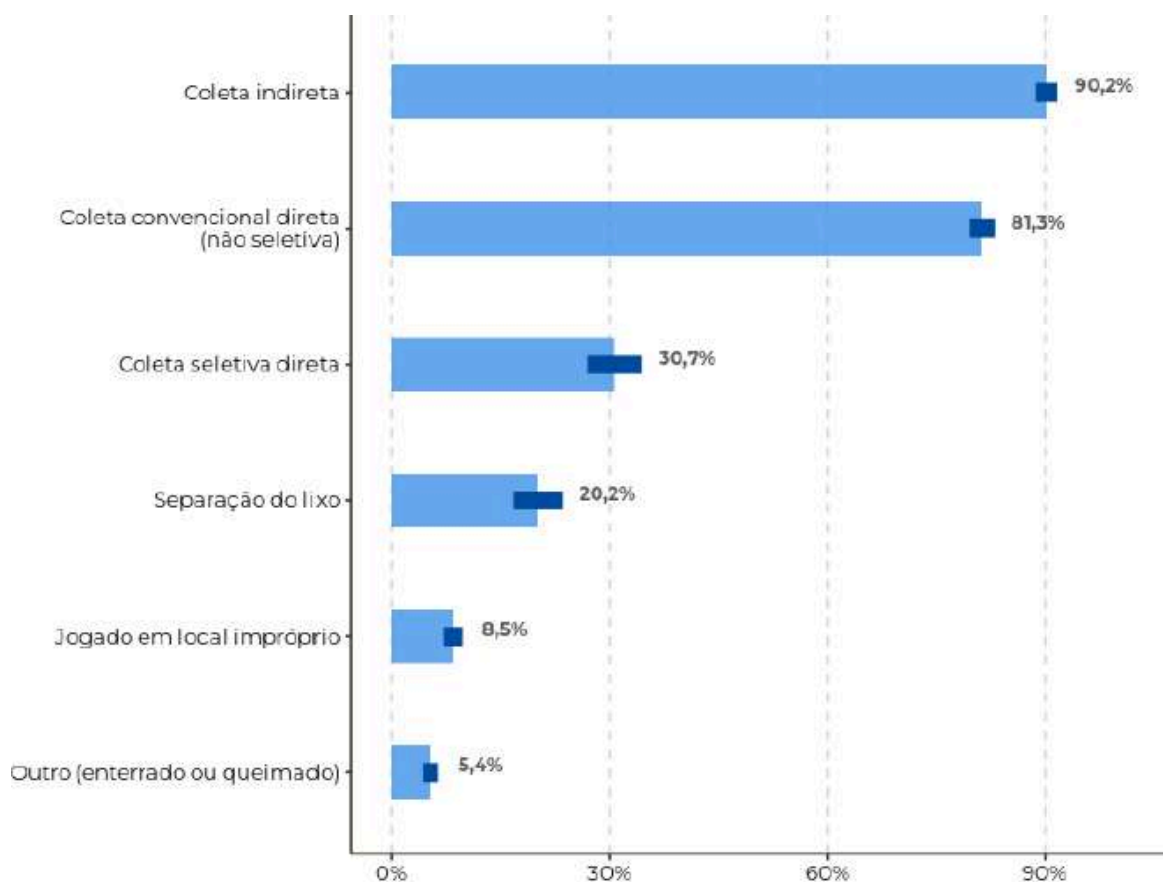
Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Figura 4 - Abastecimento de energia elétrica no domicílio, SIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA e Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Figura 5 - Recolhimento do lixo no domicílio, SIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA (acesso em 15 de Janeiro de 2024) e Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 .

Ainda segundo dados da Codeplan (2021), a Região Administrativa XXV - SCIA, sendo a Cidade Estrutural sua sede urbana, tem população estimada de quase 37.527 mil habitantes, alocados em cerca de 10 mil domicílios, numa média de 3,53 moradores por domicílio urbano.

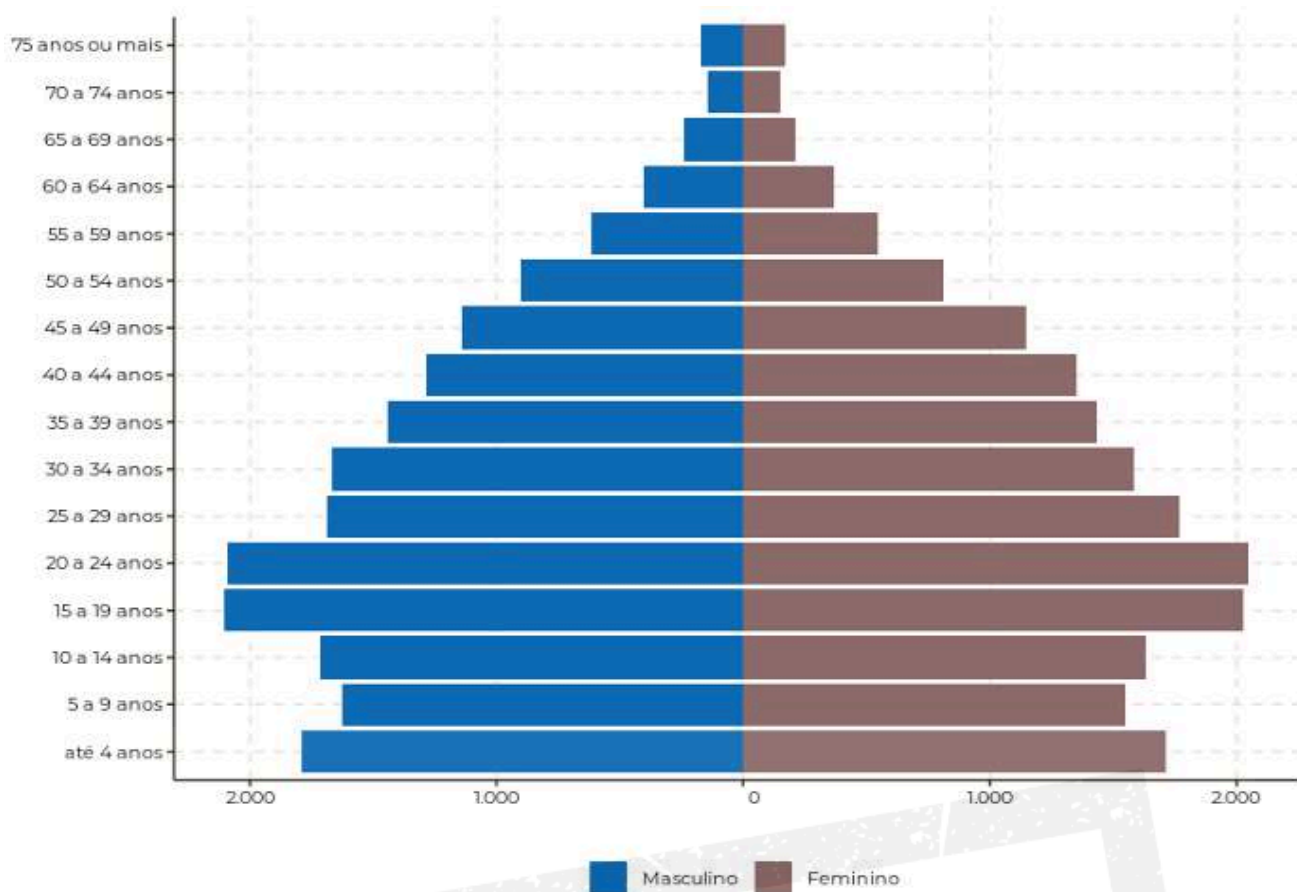
A pirâmide etária, apresentada abaixo, traz a distribuição da população por faixas de idade e por sexo, onde uma grande parcela da população está em idade economicamente ativa, enquanto a parcela de idosos é baixa. Foi estimada uma idade média de 27,5 anos e um percentual de 50,7% de pessoas do sexo masculino.

Assim, considerando as pessoas com 14 anos ou mais (28.150 pessoas), também conhecida como população em idade ativa (PIA), 55,8% (15.714 pessoas) estão economicamente ativas (PEA), podendo ser classificadas como ocupadas ou desocupadas. Sendo que foram consideradas como pessoas desocupadas aquelas que não tinham trabalho, mas procuravam por uma ocupação.

A população desocupada compreendeu um percentual de 13,4% (2106 pessoas), enquanto que a população ocupada compreendeu um percentual de 86,6% (13.565 pessoas).

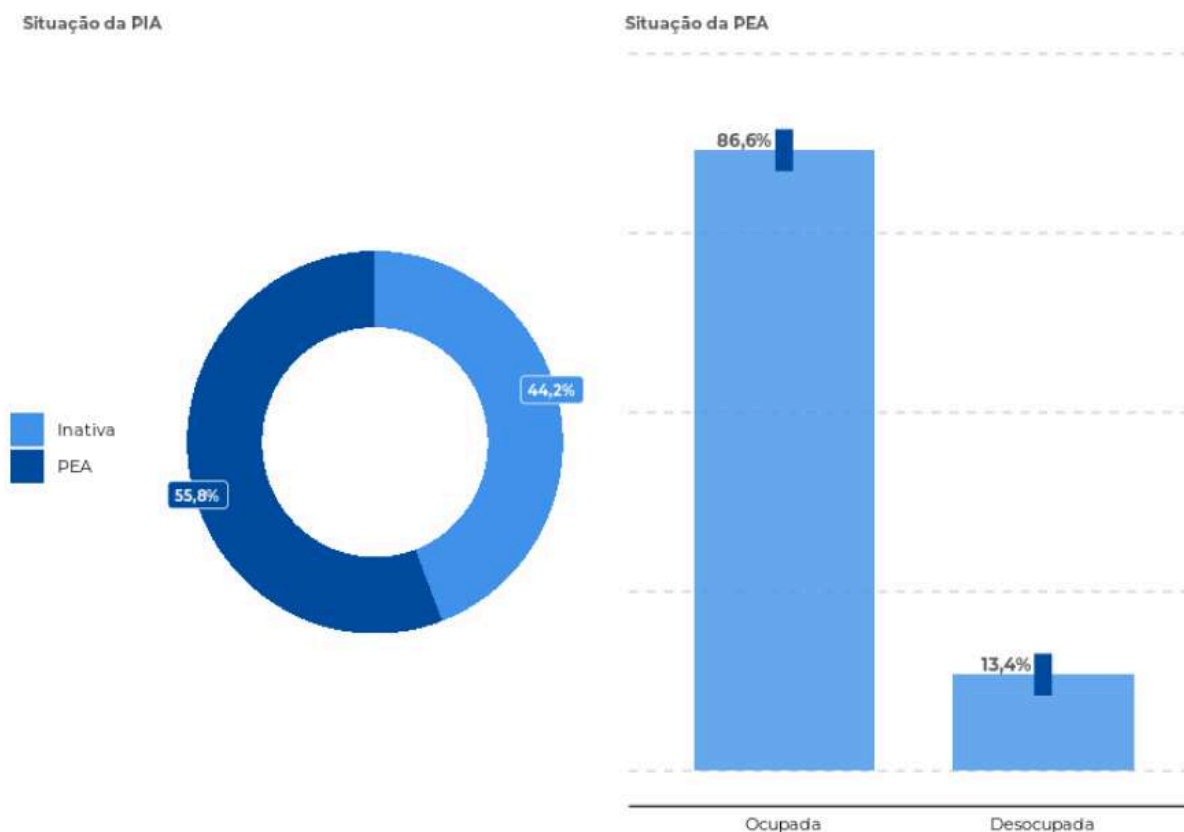
Os dados oficiais, no entanto, não apresentam clareza quanto à exploração do trabalho infantil na região, excluindo deste item da pesquisa os menores de 10 anos e não explicitando o percentual de adolescentes entre 11 e 14 anos, que apesar da proibição legal, vêm exercendo atividade remunerada.

Figura 6 - Percentual de População da Região Administrativa SCIA/Estrutural em Relação à Faixa Etária



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Figura 7 - Taxa de participação das pessoas em idade ativa (14 anos ou mais de idade), SCIA, 2021.

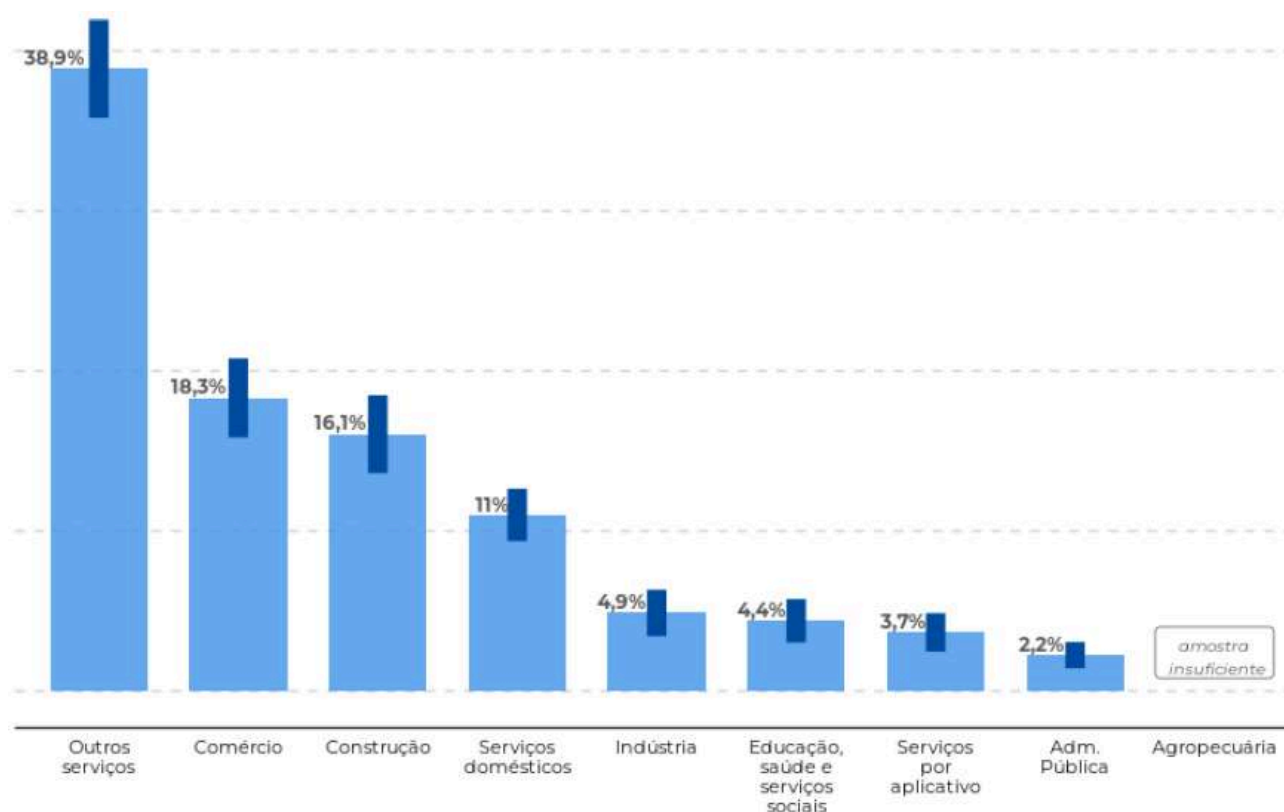


Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Uma questão relevante para o mercado de trabalho diz respeito à parcela da população que não estuda e nem trabalha. Para a população entre 18 e 29 anos, 40,8% se encontravam nessa situação de não estudar e nem trabalhar (3.856 jovens). Em relação às pessoas ocupadas, 18,3% dos respondentes informaram trabalhar no comércio, 16,1% na construção, 11% em serviços domésticos, 4,9% na indústria, 4,4% na área de educação, saúde e serviços sociais, 3,7% em serviços por aplicativo, 2,2% na administração pública e 38,9% em outros serviços (Figura 8). A Região Administrativa onde a maioria dos respondentes declarou exercer seu trabalho principal foi SCIA, 43,2%. Finalmente, a posição na ocupação mais comum foi empregado no setor privado (exceto doméstico), para 52,2% dos entrevistados. Em média, os trabalhadores estavam há 5,2 anos na ocupação principal, e trabalhavam 39,9 horas por semana. Sobre os trabalhadores do setor público, a principal área de atuação era estadual/distrital 69,3%, e a modalidade era carteira de

trabalho (clt) (53,1%).

Figura 8 - Distribuição do setor de atividade da empresa em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, SCIA, 2021



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA (acesso em 15 de Janeiro de 2024), Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Sobre a formalização dos assalariados privados, 73% informaram ter carteira de trabalho assinada pelo atual empregador. Sobre a cobertura da previdência social pública (INSS), 74,9% dos assalariados privados declararam fazer contribuição.

A renda familiar e a renda per capita na Cidade Estrutural são indicadores importantes para análise da situação socioeconômica da região. Segundo o estudo, o baixo nível de escolaridade da região reflete diretamente no rendimento médio da população. No que diz respeito à remuneração de trabalho principal, o valor médio observado foi de R\$ 1.385,31. Já a renda domiciliar estimada foi de R\$ 2.014,00, que resulta em um valor médio por pessoa de R\$ 695,40.

Ainda de acordo com o estudo - PDAD (2021) - sobre o rendimento bruto do trabalho principal em faixas de salário mínimo, 44,4% da população têm renda familiar de até 1 salário

mínimo e 46,5% recebe até 2 salários mínimos, ou seja, 90,9% da população sobrevive com renda familiar de no máximo 2 salários mínimos. Consequentemente, a maior parte da população da região sofre com os efeitos da desigualdade social e se encontra em condições mínimas de sobrevivência.

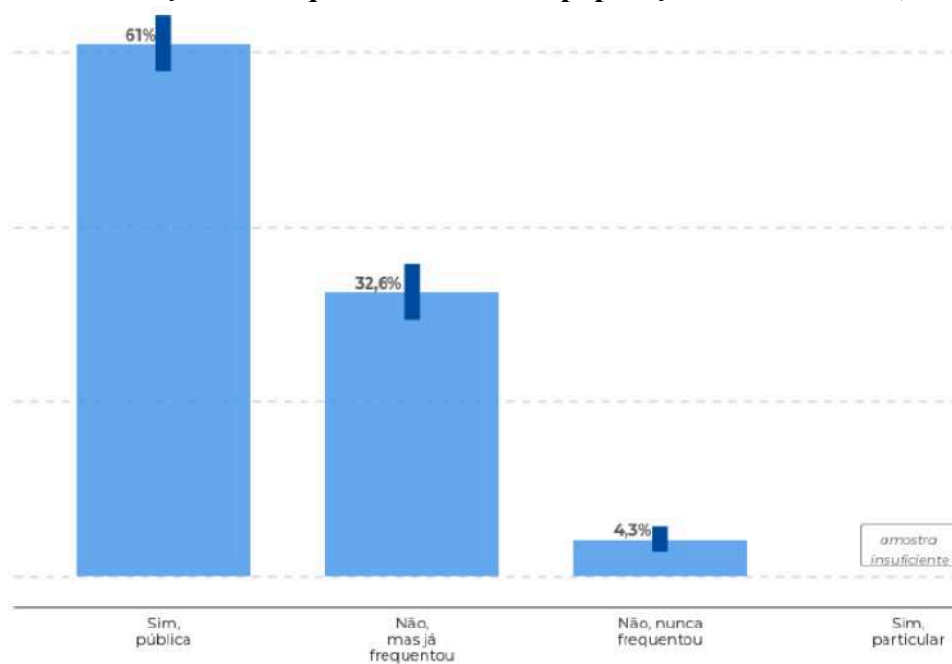
Portanto, o maior desafio do Instituto Federal de Brasília – Campus Estrutural é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável da região.

Quanto à autodeclaração da população sobre cor/raça, a maioria (61,2%) se autodeclarou de cor parda, 21,4% branca, 14,3% preta, e 2,2% amarela. Portanto, 75,5% da população da Cidade Estrutural se autodeclararam pardo ou preto, perfil dos grupos alcançados pelas políticas afirmativas. Desse modo, ações afirmativas – políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes aos grupos discriminados ou vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente – junto à comunidade da Cidade Estrutural, como cotas educacionais específicas para pardos e/ou negros, são importantes para promover oportunidades a esse grupo historicamente marginalizado, aumentando sua participação no acesso à educação e aos direitos básicos de cidadania.

Sobre a escolaridade, 93,5% dos moradores com seis anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. E em relação a frequência escolar, entre as pessoas de 4 a 24 anos, 61% reportaram frequentar escola pública, 32,6% não frequenta mas já frequentou e 4,3% nunca frequentou a escola (Figura 9). A frequência escolar para a população entre 3 e 17 anos também foi investigada, e o dado mais preocupante foi que 10,6% dos jovens entre 15 e 17 anos não frequentavam nenhuma instituição de ensino na época da pesquisa (Figura 10).

MINUTA

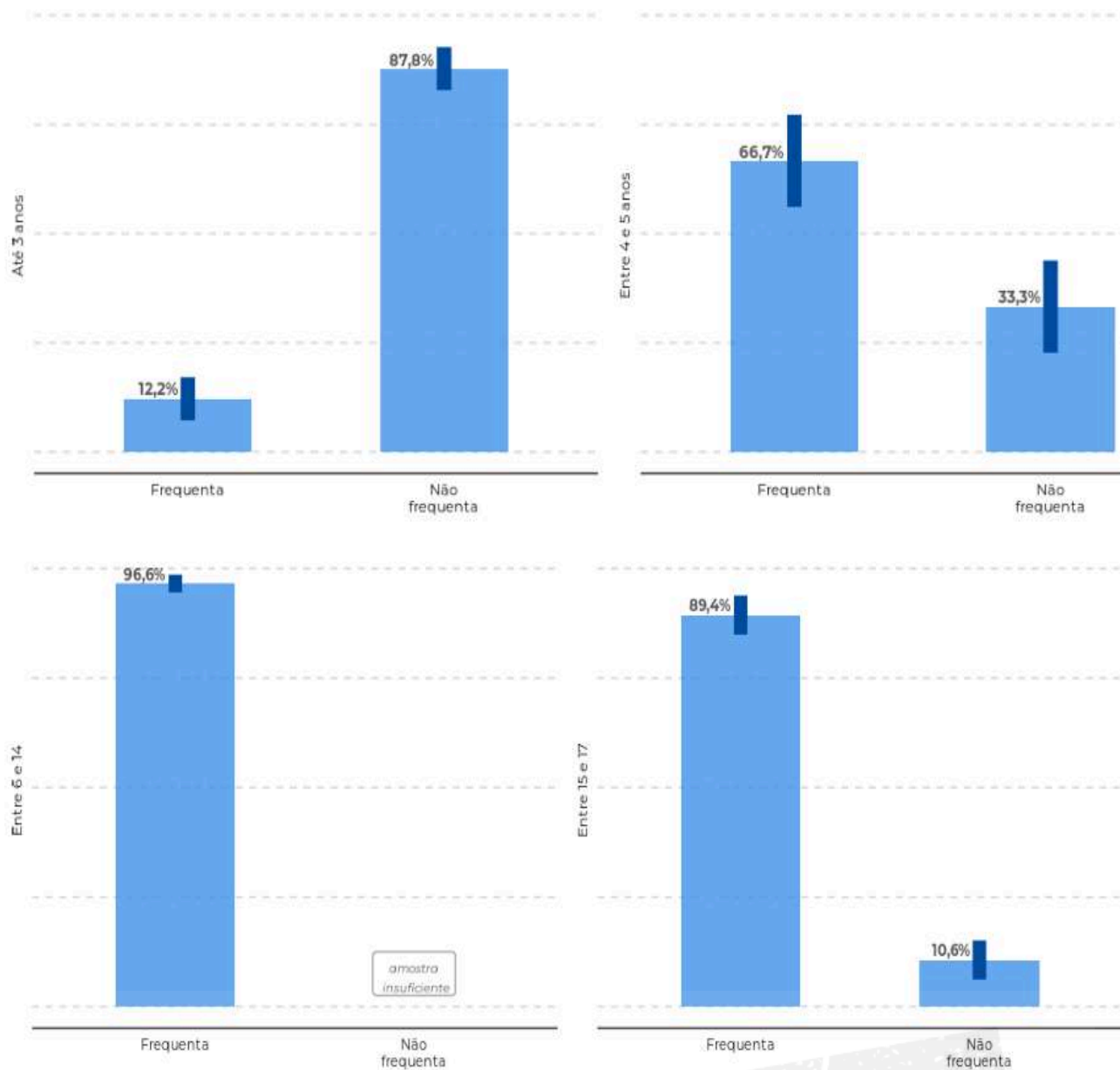
Figura 9 - Distribuição da frequência escolar da população de 4 a 24 anos, SCIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

MINUTA

Figura 10 - Distribuição da frequência escolar por faixas de idade, SCIA, 2021.

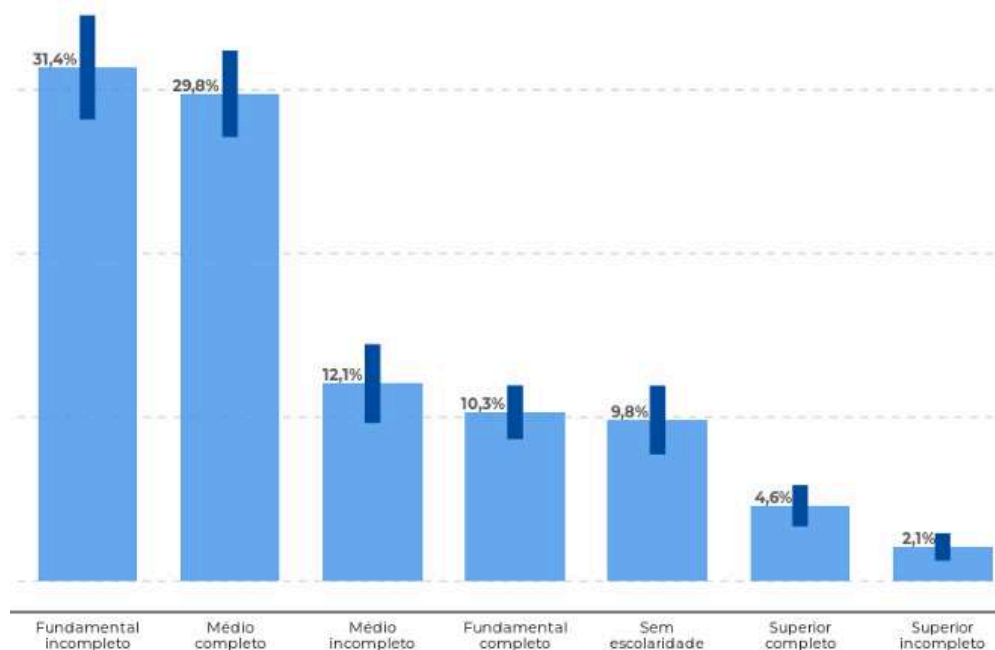


Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Embora nos últimos anos tenha aumentado o número de escolas na região, os níveis de escolarização ainda são baixos. Para a população com 25 anos ou mais, 31,4% não concluíram o ensino fundamental e quase 9,8% declararam estar na categoria “sem escolaridade”. Apenas 4,6% têm o ensino superior completo, 2,1% possui o ensino superior incompleto e não há registros de pós-graduação. Apenas 29,8% dessa população têm o ensino médio completo (Figura 11).

A Cidade Estrutural apresentou um crescimento do percentual de moradores que concluíram o nível superior, de 1,48% em 2015 para 4,6% em 2021. Mesmo com o crescimento, ainda não há motivos para comemorar, já que menos de 5% da população concluiu uma graduação. Vale mencionar que na Região Administrativa – Guará, vizinha da Estrutural, a parcela dos moradores com 25 anos ou mais que concluíram o Ensino Superior representa 56,9% da população.

Figura 11 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais, SCIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

A pesquisa ainda contemplou o estudo das modalidades de ensino e turnos de estudo entre os estudantes de todas as idades, e os resultados mostraram que a modalidade predominante era presencial, para 90,2% dos respondentes, e o turno predominante era matutino (49,8%), conforme pode ser observado nas Figuras 12 e 13.

MINUTA

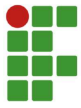
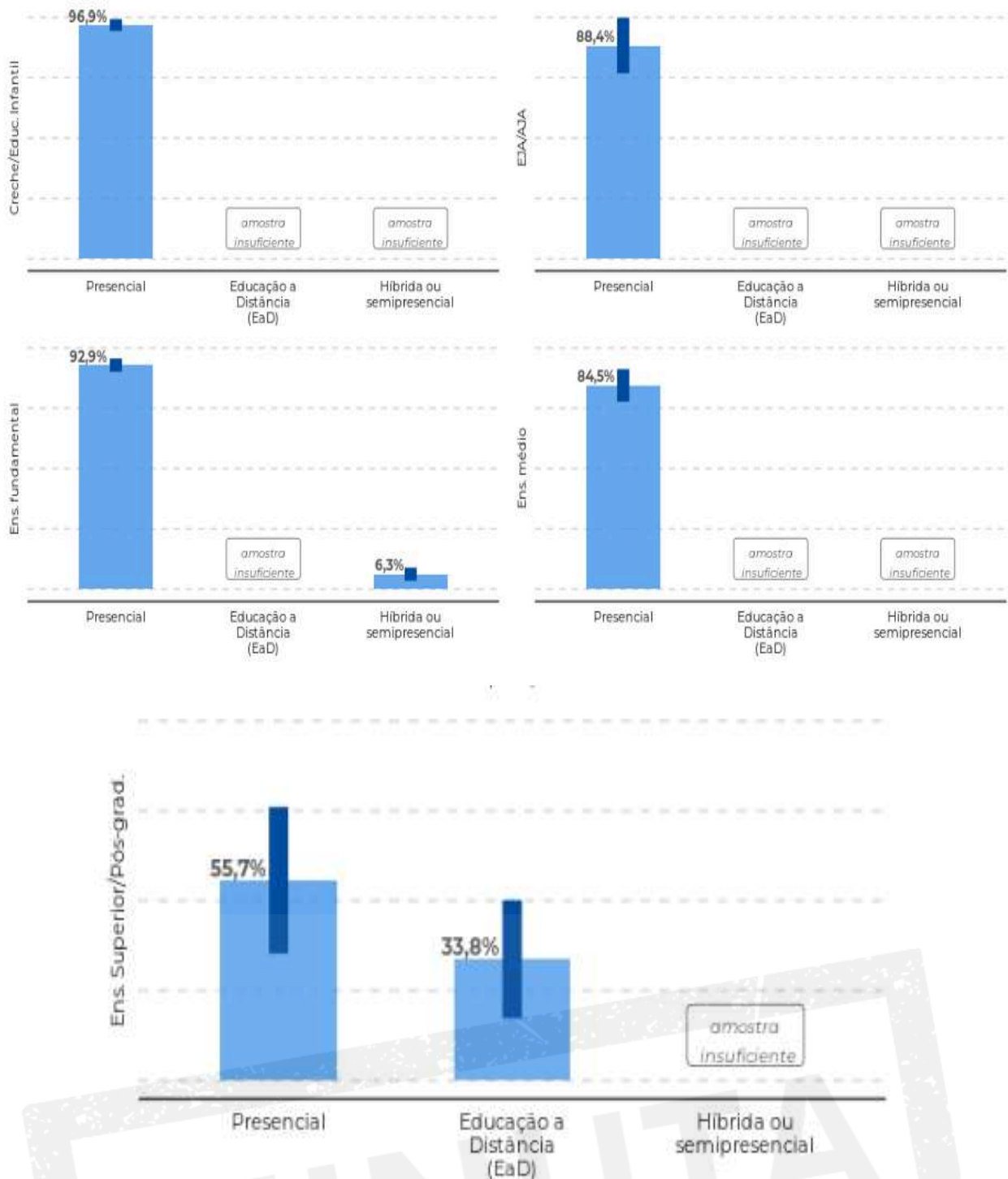
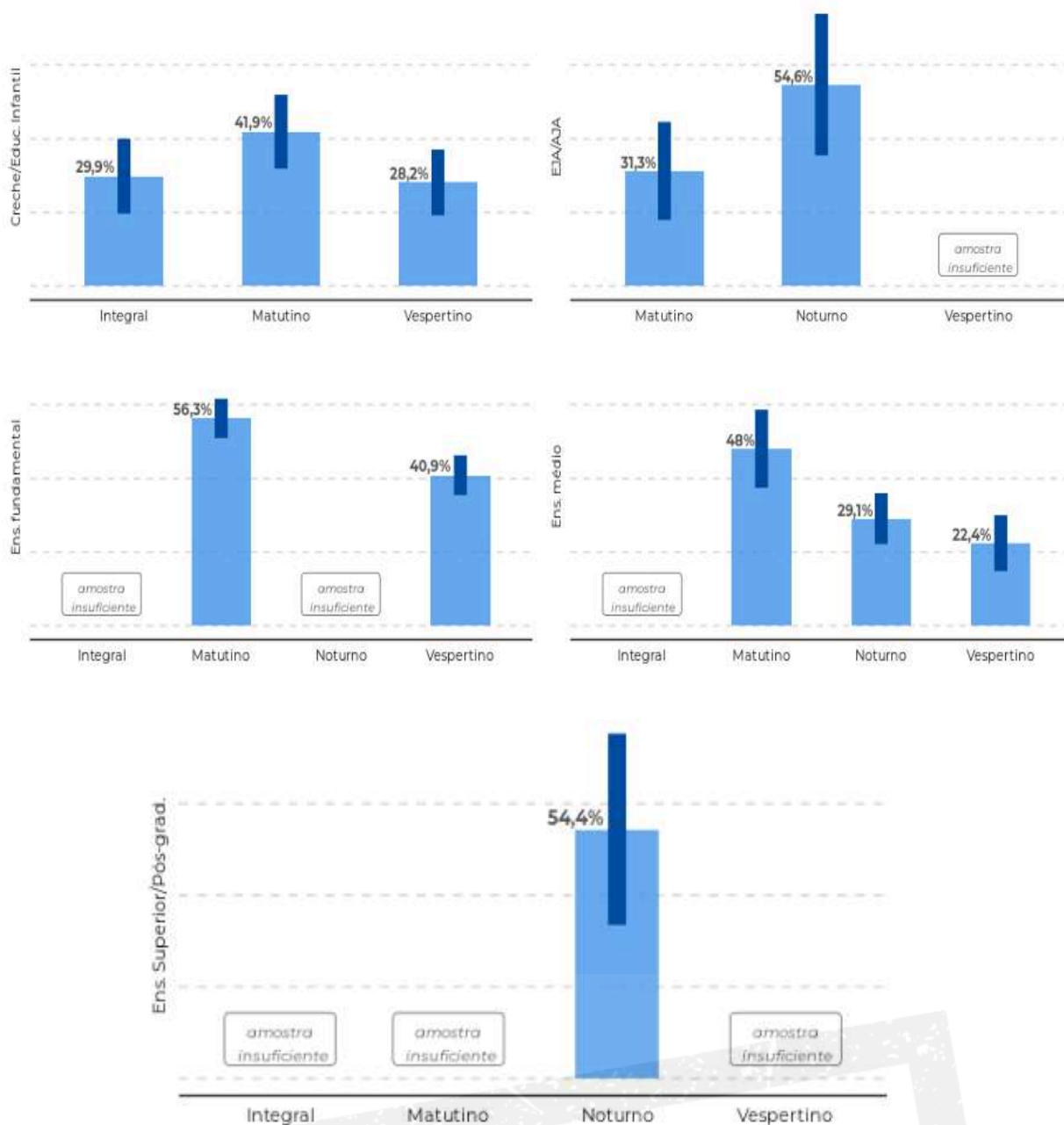


Figura 12 - Distribuição da modalidade de ensino de todos os estudantes, SCIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Figura 13 - Distribuição do turno de estudo de todos os estudantes, SCIA, 2021.

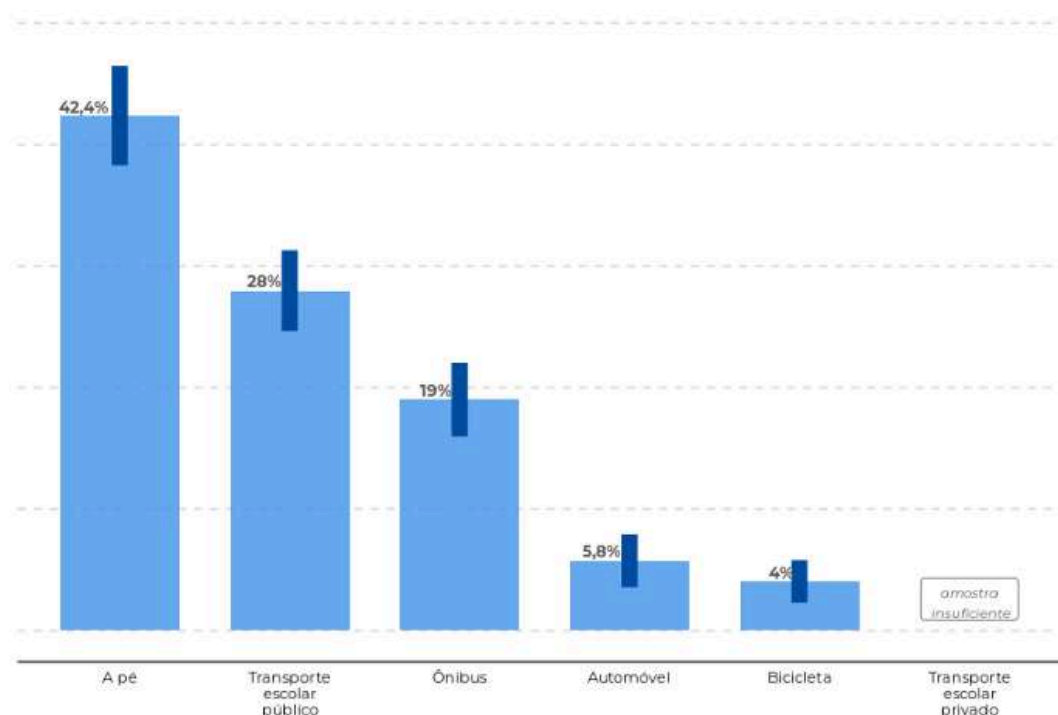


Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Outro dado importante sobre a educação na Cidade Estrutural é que uma parcela significativa dos estudantes, cerca de 36,2%, precisam se deslocar para outras regiões administrativas do DF para estudar. De acordo com os dados, cerca de 63,8% dos estudantes estão matriculados na Estrutural, enquanto que os demais se distribuem principalmente pelo Guará,

Cruzeiro e Plano Piloto: 20,4%, 4,3% e 3,9%, respectivamente. Além disso, o principal meio de transporte declarado foi a pé, para 42,4% dos respondentes, sendo o tempo gasto mais reportado foi de até 15 minutos para 57,1% dos estudantes (Figura 14). Observou-se, portanto, que a dificuldade de acesso à escola pode explicar em parte o elevado número daqueles que não estudam e os baixos índices de escolaridade na Cidade Estrutural.

Figura 14 - Principal meio de transporte da casa até a escola de todos os estudantes, SCIA, 2021.



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio - SCIA, Codeplan / DIEPI / GERES / PDAD 2021 (acesso em 15 de Janeiro de 2024).

Diante dos dados anteriormente apresentados, pode-se dizer que a maioria dos estudantes depende da educação pública e de qualidade para a superação da estagnação social em que vivem, e assim, se mantém o desafio do Instituto Federal de Brasília – Campus Estrutural em oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável da região.

O Campus Estrutural do IFB tem colaborado para minimizar a situação de baixa escolaridade na região, dado que foi a primeira escola a oferecer Ensino Médio Integrado no turno

diurno. Outro fator importante para a redução do quantitativo de pessoas com o ensino médio incompleto é a oferta do curso Técnico na forma articulada integrada ao Ensino Médio PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica.

Diante desse cenário de dificuldade para o acesso à Educação Básica, é importante desenvolver a socialização e enriquecer a vida acadêmica e profissional das pessoas. Dados do PDAD de 2015 (item não avaliado nos PDAD de 2018 e de 2021) mostram que na SCIA-Estrutural seu acesso é ainda mais restrito, pois 98% da população declarou não frequentar nenhum tipo de atividade extracurricular, os 2% estão distribuídos entre preparatórios para vestibular e concursos, cursos de línguas, entre outros. O IFB Campus Estrutural tem condições de proporcionar à comunidade o acesso a aulas de idiomas, inclusão digital ou outros, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.

O acesso dos moradores da Cidade Estrutural à cultura também é extremamente limitado. De acordo com os dados do PDAD de 2013 (item não avaliado nos PDAD de 2015, 2018 e de 2021), mais de 97% da população nunca frequentaram bibliotecas, museus e teatros, 89% nunca assistiram a uma sessão de cinema e cerca de 82% não leem sequer um livro ao ano. Quanto aos atrativos turísticos, além da cidade não possuir nenhum, apesar da proximidade geográfica com o Plano Piloto, mais de 21% da população desconhecem qualquer ponto turístico no Distrito Federal. Vale ressaltar que, a biblioteca do Instituto Federal de Brasília - Campus Estrutural é disponível tanto para alunos quanto para a comunidade externa, podendo contribuir para o acesso à leitura da população estrutural. Além disso, as visitas técnicas de acesso à cultura como concertos e exposições frequentemente realizadas com os discentes da instituição, poderá proporcionar maior inclusão cultural a essa comunidade.

Ainda segundo dados de 2013, a prática de esportes também é bem restrita. Apesar do elevado número de crianças e jovens, no que se refere ao acesso à prática esportiva dos moradores da Cidade Estrutural, aqueles que costumam praticar esportes são apenas 9%, sendo o futebol o mais praticado, 2,6%, seguido da caminhada, 2,25% e da academia, 2,08%. Vale destacar que a inauguração de um Centro Olímpico na região, em dezembro de 2011, com infraestrutura para atender 2,2 mil pessoas, principalmente crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, contribuiu para promoção do acesso da população a diferentes modalidades esportivas. A democratização do espaço do ginásio do Campus para os estudantes do curso médio integrado será certamente muito proveitosa.

4.5. Articulação do Campus com a comunidade local e com os arranjos produtivos da região

O Campus Estrutural vem construindo sua identidade em consonância com a situação histórica da região, as demandas da comunidade local e seus arranjos produtivos. A construção dessa identidade requer o conhecimento das características e peculiaridades dessa comunidade, pois a compreensão dessa realidade e suas demandas, possibilitará escolher ou justificar as opções de cursos ofertados e a concepção pedagógica adotada. O entendimento da complexidade do cenário socioeconômico da Cidade Estrutural e seus desafios, assim como das possibilidades de contribuição do Instituto Federal de Brasília, Campus Estrutural, são de suma importância para um planejamento de ações centradas e pontuais naquilo que demanda e necessita essa comunidade.

Assim, com a perspectiva de contribuir com a aquisição de saberes e competências dos moradores dessa região administrativa, o Campus Estrutural fixou-se na região da Cidade do Automóvel/Estrutural, por meio da inauguração da sede definitiva do campus no ano de 2014.

No entanto, as atividades do Campus Estrutural iniciaram-se com o oferecimento de cursos FICs nas áreas de Gestão, Informática e Línguas, no segundo semestre de 2015. A escolha dos cursos considerou a carência de mão de obra especializada nas diversas áreas do conhecimento, a possibilidade de qualificação dos novos empresários, a necessidade de continuar promovendo a educação profissional de qualidade nos diversos níveis e de proporcionar condições para o desenvolvimento cultural e profissional das regiões atendidas pelo Campus Estrutural.

A instalação do Instituto Federal de Brasília, Campus Estrutural, representou um marco para a comunidade local por focar na formação humana e na qualificação profissional por meio do desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos aos futuros egressos desta instituição de ensino.

A Cidade Estrutural, como foi abordado anteriormente, teve sua ocupação em meados dos anos 1970 como consequência da instalação na região do Lixão de Brasília, pelo Governo do Distrito Federal - GDF. O conhecimento de que tudo começou com a instalação do lixão no local é importante para compreender a opção por uma educação focada na emancipação das pessoas e na formação de profissionais nas áreas relacionadas às questões ambientais, reciclagem e/ou outras.

As famílias, com membros catadores de recicláveis, fixaram residência na Estrutural devido à proximidade do trabalho. Essa ocupação era de baixa densidade populacional e não trazia grandes preocupações para o GDF. Estima-se que até 1992 a população da Estrutural correspondia a

aproximadamente 800 pessoas. Mas, a partir da década de 1990, a cidade teve um expressivo crescimento, não acompanhado igualmente pelo desenvolvimento socioeconômico dessa população. Foi a relação entre o perfil dessas famílias, o trabalho realizado pelas mesmas, a possibilidade de contribuir com o crescimento e a emancipação dessas pessoas que conduziram às abordagens envolvendo o meio ambiente e o controle dos processos industriais.

Responsável não apenas pelo surgimento da cidade, mas também por sua manutenção econômica, a experiência com a separação de resíduos no Lixão, ao mesmo tempo que significou um problema ambiental, social e de saúde para a população da Estrutural, promoveu um acúmulo de saberes e tecnologias relacionadas à coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Assim, a coleta seletiva de recicláveis foi considerada o maior e mais significativo arranjo produtivo local; pois, envolve a maior empresa de recicláveis da região Centro-Oeste e uma das maiores do país, bem como a maior parte dos catadores do Distrito Federal, organizados em pelo menos oito cooperativas de serviços ambientais.

Mesmo após o fechamento do lixão, as atividades ligadas à coleta seletiva e à triagem de resíduos sólidos do Distrito Federal continuaram acontecendo no território da RA XXV, em Centros de Triagem geridos por Cooperativas de Catadores e Catadoras. Foi voltado para o atendimento desse público específico que foram criados os cursos Técnico em Reciclagem, na modalidade PROEJA, que teve suas atividades de ensino iniciadas em 2018, e o Técnico Integrado em Meio Ambiente em 2020.

Além da vocação relacionadas às questões ambientais, a Cidade Estrutural ganhou mais uma importante atividade econômica, em 1999, com a regularização do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, projetado pela TERRACAP e inicialmente ocupado, em grande parte, por agências de revenda de automóveis transferidas de localizações do Plano Piloto, principalmente das quadras 700 da Asa Norte e, por isso, foi denominada Cidade do Automóvel.

Nesse sentido, a área de comércio e prestação de serviços automotivos tornou-se importante opção de trabalho e emprego para a comunidade local, desenhando assim uma nova demanda por formação e qualificação de mão de obra. Para atender às demandas do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, a Cidade do Automóvel, foram criados os cursos Técnico Subsequente e o Técnico Integrado em Manutenção Automotiva que tiveram suas atividades de ensino iniciadas, respectivamente, em 2015 e 2018, voltados para a formação e qualificação de profissionais, a fim de atuarem nas áreas relacionadas ao setor automotivo.

Foi visando a inserção e a atenção ao contexto apresentado que o Campus Estrutural do IFB veio ofertando formação e qualificação por meio das diversas perspectivas e possibilidades da Instituição.

Atualmente, o Campus oferta, além dos diversos cursos FICs, os cursos: Técnico Integrado em Manutenção Automotiva, Técnico Integrado em Meio Ambiente, Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva, superior em Licenciatura em Matemática, Técnico em Meio Ambiente na modalidade PROEJA e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Matemática, Educação e Tecnologias. Eles são oferecidos às pessoas que buscam a formação humana e profissional gratuita e de qualidade, cujo os objetivos são direcionados, desde o seu início, a formação de qualidade dos cursistas, mirando a sua empregabilidade. Além disso, a oferta dos cursos mencionados ajuda na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, e contribui favoravelmente com a inclusão participativa dos membros desta comunidade.

4.6. A Integração do Campus com a Comunidade

O espaço escolar não pode ser uma realidade distante da família, nem ser visto pelos familiares simplesmente como algo obrigatório e exigido pelo sistema, mas deve ser concebido como um alicerce fundamental para a construção de uma sociedade digna, pois toda instituição de ensino está inserida em uma comunidade e faz parte dela. Como tal, precisa criar mecanismos de parcerias e de diálogo produtivo, em que cada parte compreenda o seu papel e as suas responsabilidades.

Trabalhar na construção de uma relação positiva com a comunidade do entorno do campus é algo muito importante para o desenvolvimento tanto da instituição de ensino quanto da sociedade em geral. Nesse sentido, os benefícios serão maiores, pois haverá mais condições para o desenvolvimento dos discentes, através da oferta de uma educação integral, integrada e de qualidade.

Assim sendo, como responsabilidade social, o campus deve assegurar metas que visem a diversidade das atividades de interação com a comunidade e com ações em prol da construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com o contexto sociocultural regional e local. Essa participação deve consolidar-se por meio de projetos e ações norteadores, como:



- possibilitar a formação profissional e cidadã para a comunidade interna e externa ao Campus;
- oportunizar aos estudantes a integração com outras escolas locais, de outras regiões administrativas e com a comunidade do entorno do Campus, além de estimular o desenvolvimento de projetos escolares de iniciação científica;
- viabilizar a política de bolsas de estudo;
- propiciar assistência à comunidade carente;
- promover parcerias e convênios com órgãos públicos e privados, facilitando o relacionamento com o setor público, o setor produtivo, o mercado de trabalho, as instituições sociais, culturais e educativas;
- identificar as oportunidades de estágio junto às empresas, bem como promover ações voltadas à sua efetivação e acompanhamento;
- promover a inclusão social, por meio de ações de inclusão dos grupos sociais discriminados, em todos os setores da Instituição, pelo esporte, inclusão digital e oficinas de capacitação;
- promover a cultura organizacional pautada pelo respeito à diversidade de pensamento e de opiniões, condenando atitudes discriminatórias e preconceituosas;
- estimular a participação da comunidade escolar na implementação, avaliação e atualizações deste Projeto Político-Pedagógico;
- monitorar o impacto das atividades institucionais voltadas ao desenvolvimento ambiental, econômico e social;
- incentivar a preservação ambiental por meio da adoção de práticas sustentáveis como: tetos verdes, células fotovoltaicas, coleta e aproveitamento de águas da chuva, uso de lâmpadas de modelos econômicos, coleta seletiva, além do desenvolvimento de pesquisa de materiais ecologicamente corretos e de reciclagem;
- compreender a construção dos indicadores de qualidade como frutos de acordos e pactos entre os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Nesse sentido, o Campus Estrutural tem procurado estabelecer uma boa relação com a comunidade local, seja a partir da Política de Extensão (atrelada ao ensino e a pesquisa) ou por parcerias com o setor produtivo local ligado ao ramo automotivo, através da Coordenação de Extensão e Estágio, fornecendo mão de obra oriunda do curso de Manutenção Automotiva, em nível

médio, integrado e subsequente. Atendendo à vocação dessa comunidade, o Campus oferece também cursos técnicos voltados ao Meio Ambiente no Ensino Médio Integrado e no Proeja.

Para mais, o Campus tem buscado atender as necessidades da comunidade e estreitar os laços desse relacionamento, através da cessão de espaços físicos como o ginásio e o auditório, para realização de atividades profissionais, esportivas, culturais e sociais por parte da comunidade externa.

Com base na integração do Campus junto à comunidade, é possível vislumbrar uma relação de reciprocidade entre ambos, cuja parceria efetiva uma educação de qualidade, onde o processo ensino-aprendizagem seja de responsabilidade das instituições: família, comunidade e escola. Dessa forma, a sociedade poderá contribuir positivamente, colocando-se à disposição da Educação e, certamente, garantir a construção efetiva da cidadania, por meio dos processos educacionais.

4.7. Os cursos e vagas ofertados pelo Campus Estrutural

O Campus Estrutural tem, atualmente, capacidade para atender 1200 estudantes divididos nos três turnos de funcionamento - manhã, tarde e noite - com possibilidade de ampliação considerando os cursos na modalidade à distância.

O Campus Estrutural iniciou suas atividades atuando nos eixos de: Controle e Processos Industriais; Ambiente e Saúde; Gestão em Negócios; e Informação e Comunicação; áreas definidas com a participação da comunidade em audiência pública realizada em outubro de 2010.

Atualmente, o IFB atua nos seguintes eixos:

Figura 15 – Eixos Tecnológicos de Atuação do IFB - Campus Estrutural



Fonte: Figura elaborada pela Comissão registrada na **Portaria nº 73/2024 - DGES/RIFB/IFBRASILIA**, de 20 de novembro de 2023

Com base nesses Eixos Tecnológicos, os cursos e vagas ofertados e previstos, para o Campus Estrutural, conforme indicações do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2024/2030) do IFB são:

Quadro 1 - Cursos e Vagas – Campus Estrutural

MODALIDADE PRESENCIAL		
Formação Inicial e Continuada – FIC		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Auxiliar Administrativo	Noturno	80
Libras Básico e Intermediário	Vespertino	80
Inglês Básico A1/A2	Vespertino	80
Espanhol Básico	Vespertino	80
Espanhol Intermediário	Noturno	80
Técnico Integrado ao Ensino Médio		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Técnico em Manutenção Automotiva	Diurno	80
Técnico em Meio Ambiente	Diurno	80
Técnico Subsequente ao Ensino Médio		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Técnico em Manutenção Automotiva	Noturno	80
PROEJA		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Técnico em Meio Ambiente	Noturno	40
Graduação		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais

Licenciatura em Matemática	Vespertino/Noturno	80
Licenciatura em Educação Física ¹⁰	Vespertino ou noturno	40
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Matemática, Educação e Tecnologias	Noturno híbrido (80% EaD)	80
MODALIDADE A DISTÂNCIA		
Graduação		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Licenciatura - Matemática - UAB ¹¹	Integral	40
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>		
Curso	Turno(s)	Vagas Anuais
Matemática para Pedagogos ¹²	EAD	300

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFB (2024/2030).

4.8. Dados de evasão, permanência e êxito nos cursos ofertados pelo Campus Estrutural

O Campus Estrutural na sede instalada na Cidade do Automóvel teve os primeiros cursos ofertados no segundo semestre de 2015. Iniciou pela oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FICs e, posteriormente, com dois cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, um

¹⁰ Curso Previsto para o primeiro semestre de 2025.

¹¹ Cursos previstos para oferta de forma fomentada, por meio de Programas de Governo e parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os cursos à distância também poderão ser ofertados de forma institucionalizada, organizados por cada Campus com assessoria da DEaD, como o Curso FIC Empreendedorismo Social, conforme indicado na Resolução 32/2019 - RIFB/IFB, que aprovou as Diretrizes para a Educação a Distância do IFB.

¹² Curso Previsto para o primeiro semestre de 2025.

curso PROEJA e uma Pós-Graduação *Lato Sensu*. Ofertou também os cursos Técnicos Subsequentes em Informática e em Programação de Jogos Digitais, na modalidade à distância, dentro do PRONATEC.

O início da oferta de cada curso pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro 2 - Oferta Inicial dos Cursos

Formação Inicial e Continuada – FIC		
Curso	Ano / Semestre	Ato Autorizativo
Auxiliar Administrativo	2015.2	Autorização de oferta de Curso FIC 39/2012 e 16/2018
Libras	2017.2	Autorização 4/2021 - COGEN/DRDE/PREN/RIFB/IFB
Inglês Básico	2015.2	Autorização de oferta de Curso FIC 02/2016
Inglês A1/A2	2016.2	Autorização de oferta de Curso FIC 02/2016
Espanhol Básico	2016.1	Parecer 002/2013 -DREP/IFB Atualizado pela Autorização 3/2020 - COGEN/DRDE/PREN/RIFB/IFB
Espanhol Intermediário	2018.1	Autorização 2/2020 - COGEN/DRDE/PREN/RIFB/IFB
Técnico Integrado ao Ensino Médio		
Curso	Ano / Semestre	Ato Autorizativo
Técnico em Manutenção Automotiva	2018.1	Resolução nº 029/2017 -CS/ IFB
Técnico em Meio Ambiente	2020.1	Resolução nº 041/2019- RIFB/IFB
Técnico Subsequente ao Ensino Médio		



Curso	Ano / Semestre	Ato Autorizativo
Técnico em Manutenção Automotiva	2015.2	Resolução nº 038/2020 - RIFB – IFB
PROEJA		
Curso	Ano / Semestre	Ato Autorizativo
Técnico em Reciclagem ¹³	2018.2	Resolução nº 022/2018 -CS/ IFB
Técnico em Meio Ambiente	2021.2	Resolução nº 23/2021 -CS/IFB
Graduação		
Curso	Ano / Semestre	Ato Autorizativo
Licenciatura em Matemática	2015.2	Resolução nº 007/2015 -CS/ IFB
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>		
Curso	Ano / Semestre	Ato Autorizativo
Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável ¹⁴	2019.2	Resolução nº 026/2019- RIFB/IFB

A evolução de matrículas e evasão de cada curso, no período de 2015 a 2023, podem ser verificadas nos quadros a seguir. A evasão é entendida aqui como a prática de abandono e de trancamento de matrículas nos respectivos cursos.

Quadro 3 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos Técnico Subsequente

Técnico Subsequente										
Ano	Semestre	Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva			Técnico Subsequente em Informática			Técnico Subsequente em Programação de Jogos Digitais		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)

¹³ Substituído pelo curso Técnico em Meio Ambiente

¹⁴ Curso não está sendo mais ofertado



2015	2º sem	46	17	36,96	-	-	-	-	-	-
2016	1º sem	101	53	52,48	-	-	-	-	-	-
	2º sem	84	63	75,00	-	-	-	-	-	-
2017	1º sem	50	39	78,00	-	23	-	-	16	-
	2º sem	53	43	81,13	50	-	-	40	-	-
2018	1º sem	112	64	57,14	8	-	-	8	-	-
	2º sem	98	52	53,06	0	2	-	0	3	-
2019	1º sem	49	45	91,84	0	1	-	0	3	-
	2º sem	49	31	63,67	-	-	-	-	-	-
2020	1º sem	45	45	100,00	-	-	-	-	-	-
	2º sem	55	31	56,36	-	-	-	-	-	-
2021	1º sem	25	26	104,00	-	-	-	-	-	-
	2º sem	26	21	80,77	-	-	-	-	-	-
2022	1º sem	37	61	164,86	-	-	-	-	-	-
	2º sem	41	38	92,68	-	-	-	-	-	-
2023	1º sem	40	33	82,50	-	-	-	-	-	-
	2º sem	40	23	57,50	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 4 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos de Ensino Médio Integrado

Ensino Médio Integrado										
Ano	Semestre	Manutenção Automotiva			Meio Ambiente			Reciclagem (PROEJA)/ Meio Ambiente a partir de 2021/2		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)



2018	1º sem	87	15	17,24	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	29	17	58,62
2019	1º sem	79	9	11,39	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2020	1º sem	84	0	0	47	0	0	30	20	66,67
	2º sem	-	-	-	-	-	-	0	-	-
2021	1º sem	54	0	0	41	0	0	0	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	23	14	60,87
2022	1º sem	45	1	2,22	45	1	2,22	8	10	125,0
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	1º sem	89	11	12,36	75	13	4,00	10	-	10,00
	2º sem	-	-	-	-	-	-	0	-	0

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 5 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos de Licenciatura

Licenciaturas							
Ano	Semestre	Licenciatura em Matemática			Licenciatura em Matemática - UAB		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)
2015	1º sem	55	13	23,64	-	-	-
	2º sem	43	23	53,49	-	-	-
2016	1º sem	45	14	31,11	-	-	-
	2º sem	49	17	34,69	-	-	-
2017	1º sem	54	19	35,19	-	-	-



	2º sem	61	17	27,87	-	-	-
2018	1º sem	56	16	28,57	-	-	-
	2º sem	67	19	28,36	-	-	-
2019	1º sem	57	10	17,54	-	-	-
	2º sem	60	12	20,00	-	-	-
2020	1º sem	24	10	41,67	-	-	-
	2º sem	34	13	38,24	-	-	-
2021	1º sem	23	15	65,22	-	-	-
	2º sem	33	21	63,64	-	-	-
2022	1º sem	30	19	63,33	-	-	-
	2º sem	25	11	44,00	-	-	-
2023	1º sem	33	18	54,55	87	-	-
	2º sem	55	13	23,64	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 6 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC.

Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC													
Ano	Semestre	Auxiliar Administrativo			Espanhol Básico			Inglês Básico A1/A2			Espanhol Intermediário		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)
2015	1º sem	48	23	47,92	-	-	-	41	13	39,02	-	-	-
	2º sem	-	-	-	42	3	7,14	6	8	133,33	-	-	-
2016	1º sem	-	-	-	3	0	0	80	51	63,75	-	-	-



2017	2º sem	-	-	-	40	12	30,0	52	22	42,31	-	-	-
	1º sem	-	-	-	2	4	200	54	33	61,11	-	-	-
2018	2º sem	45	17	37,78	42	15	35,71	52	24	46,15	40	10	25,00
	1º sem	48	23	47,92	4	3	75	50	19	38,00	3	16	533,33
2019	2º sem	42	23	54,76	84	-	-	52	47	90,38	27	14	51,85
	1º sem	23	7	30,43	19	54	284,21	66	40	60,61	7	1	14,29
2020	2º sem	40	28	70	35	15	42,86	38	41	107,89	46	20	43,48
	1º sem	57	25	43,86	51	36	70,59	47	16	34,04	-	5	-
2021	2º sem	50	29	58,00	4	7	175,00	39	26	66,67	28	8	28,57
	1º sem	39	21	53,85	42	25	59,52	41	42	102,44	0	4	-
2022	2º sem	30	25	83,33	22	22	100,00	51	39	76,47	6	2	33,33
	1º sem	10	6	60,00	1	0	0,00	22	23	104,55	-	-	-
2023	2º sem	11	5	45,45	24	9	37,50	24	14	58,33	9	4	44,44
	1º sem	14	10	71,43	0	0	0,00	38	26	68,42	1	2	200,00
2023	2º sem	48	23	47,92	-	-	-	41	13	39,02	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 7 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC

Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC					
Ano		Formação em Probabilidade e	Introdução à Cosmetologia para Mulheres	Agente Promotor de Ações Afirmativas	Cadista para a Construção Civil

	Se mes tre	Estatística para o Ensino Fundamental I											
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)
2020	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209	107	51,20
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	36	0	0,00	-	-	-
2022	1º sem	-	-	-	-	-	-	6	4	66,67	-	-	-
	2º sem	-	-	-	78	19	24,36	2	0	0,00	-	-	-
2023	1º sem	88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 8 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC

Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC													
Ano	Se mes tre	Educador Infantil			Empreendedorismo e Negócios			Preparatório para o Encceja - EF			Preparatório para o ENEM		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)
2017	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	51	12	23,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2018	1º sem	0	9	-	-	-	-	-	-	-	54	40	74,07
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2019	1º sem	-	-	-	-	-	-	24	21	87,5	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2020	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2022	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	1	1	100,0	-	-	-	-	-	-
2023	1º sem	-	-	-	11	4	36,36	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 9 - Número de Matrículas e Evasão nos cursos FIC

Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC													
Ano	Se mes tre	Libras			Informática básica			Redes de Computadores			Tecnologia da Informação e Comunicação para maturidade		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)
2015	1º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	49	26	53,06	90	56	62,22	-	-	-
2016	1º sem	-	-	-	44	24	54,55	40	37	92,5	-	-	-



	2º sem	-	-	-	49	31	63,27	37	25	67,57	-	-	-
2017	1º sem	52	12	23,08	94	52	55,32	0	2	-	-	-	-
	2º sem	44	19	43,18	-	-	-	-	-	-	23	6	26,09
2018	1º sem	45	19	42,22	-	-	-	-	-	-	7	-	0,00
	2º sem	45	21	46,67	-	-	-	-	-	-	24	10	41,67
2019	1º sem	43	16	37,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	41	22	53,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2020	1º sem	52	46	88,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	42	26	61,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2021	1º sem	44	49	111,36	-	-	-	40	32	80,00	-	-	-
	2º sem	26	18	69,23	-	-	-	30	30	100,00	-	-	-
2022	1º sem	19	10	52,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	38	19	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	1º sem	19	18	94,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

Quadro 10 - Número de Matrículas e Evasão - Especialização

Cursos de especialização

Ano	Semestre	Especialização em Matemática, Educação e Tecnologias			Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável		
		Matrícula	Evasão	Evasão (%)	Matrícula	Evasão	Evasão (%)
2019	1º sem	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	40	3	7,50
2020	1º sem	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-
2021	1º sem	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-
2022	1º sem	-	-	-	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-
2023	1º sem	35	0	0,00	-	-	-
	2º sem	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados RA/CEST.

O êxito nos cursos do Campus Estrutural pode ser verificado tendo por parâmetro o índice de aprovação em cada ano letivo ou componente curricular, de acordo com o curso, assim como, pelos resultados obtidos nas avaliações externas como PAS/UNB, ENEM e ENADE, além da avaliação dos egressos, conforme metodologia definida pelo IFB.

4.9. Objetivos do Campus Estrutural

O Campus Estrutural foi constituído com a finalidade de atender aos diversos níveis e modalidades da educação profissional, possibilitando o desenvolvimento integral do discente, de forma ágil e eficaz, para a disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais.

Os objetivos do Campus Estrutural corroboram com os propósitos do IFB, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008 e, de acordo com seu Estatuto, são:

- I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores, objetivando a capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização dos profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Estimular, fomentar e realizar a pesquisa científica, visando a consolidação de cursos de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- VII. Ministrar cursos de nível Superior;
- VIII. Ofertar cursos em nível de Pós-Graduação.

Conforme os princípios estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2014/2030)¹⁵, em vigor, o Campus tem como uma de suas finalidades, criar espaços de articulação com a comunidade local, a fim de identificar suas necessidades e socializar o conhecimento.

No eixo de Controle e Processos Industriais, o curso de Manutenção Automotiva tem o objetivo de atender a demanda da comunidade local, formando profissionais com competência, habilidade, conhecimento e atitude para atuarem na área de controle e de processos industriais.

¹⁵ O Plano de Desenvolvimento Institucional é um dos documentos mais importantes da instituição e que reúne os princípios e diretrizes institucionais para um período de cinco anos. O processo de reconhecimento de cursos e credenciamento institucional pelo Ministério da Educação avaliam, entre outros documentos, o PDI da instituição

O Campus Estrutural tem a finalidade de promover o desenvolvimento do território por meio da produção e da transferência de tecnologias sociais, notadamente àquelas voltadas à preservação do meio ambiente.

O Campus Estrutural tem o compromisso em atuar no território alinhado ao maior arranjo produtivo local que é a reciclagem e os processos envolvendo o gerenciamento dos resíduos sólidos, fruto dos fatores econômicos, políticos e sociais relacionados ao Lixão da Estrutural que consolidou a manutenção econômica da região. Nesse sentido, o eixo Ambiente e Saúde visa atender tais peculiaridades locais oferecendo ao público alvo a formação necessária para atuar na região e fortalecer esse mercado.

Vale ressaltar que, o Campus oferece cursos na modalidade integrada ao Ensino Médio tanto do eixo Ambiente e Saúde quanto do eixo Controle e Processos Industriais, suprimindo a demanda local do arranjo produtivo e a falta de escolas de Ensino Médio regular diurno na cidade.

O curso de Licenciatura em Matemática no Campus Estrutural vai ao encontro da necessidade de formação de docentes para as novas demandas do mundo atual, ao mesmo tempo que é uma oportunidade para auxiliar o sistema público que sofre pela carência de professores dessa área na região.

Além disso, o Campus também tem o intuito de oportunizar a formação inicial e continuada a fim de atender às demandas locais conforme a dinâmica do mundo do trabalho.

4.10. Concepção político-pedagógica do Campus Estrutural

A educação oferecida pelo Campus Estrutural, do Instituto Federal de Brasília, tem como referenciais em sua concepção político-pedagógica autores como Piaget (1999), Vygotsky (1991), Paulo Freire (1996), Ausubel (2003) e Dewey (1979), não restringidos, somente aos citados, mas também àqueles que tenham em comum a compreensão do conhecimento como uma construção histórica e processual, pressupondo que o educando seja capaz de criar, recriar e experimentar de forma autônoma, impulsionando seu próprio desenvolvimento. Com isso, este modelo educacional busca executar a proposta de um ensino construtivista, fundamentado nas contribuições dos pensadores da Educação.

O construtivismo piagetiano parte do pressuposto de que o educador não é o detentor do saber, mas sim o facilitador do processo ensino-aprendizagem, e o educando não é mero receptor de conhecimento, mas um agente ativo na construção do seu próprio conhecimento. Nessa perspectiva,



Vygotsky (1991) entendeu o desenvolvimento intelectual a partir das relações histórico-sociais, buscando demonstrar que o conhecimento é socialmente construído pelas e nas interações humanas. A importância da cultura, da linguagem e das relações sociais fornece a base para uma educação na qual todo ser humano seja visto na sua totalidade, em processo de construção e reconstrução contínua.

Nessa mesma perspectiva, as contribuições teóricas de Paulo Freire visam a emancipação cognitiva, social, política e profissional das pessoas. Segundo o autor, a educação precisa ser um meio a dar visibilidade e voz a todos os agentes, não apenas do processo pedagógico, mas também político e social. Assim também, fundamentando-se no pensamento filosófico de Dewey (1979), busca-se desenvolver por meio da pedagogia de projetos um conhecimento moral que envolve o senso de justiça, liberdade, virtude e pressupõe um conhecimento escolar voltado para suas consequências na vida humana.

Suas contribuições pedagógicas convergem no entendimento de que o desenvolvimento humano e a aprendizagem não dependem apenas das influências recebidas pelo meio, nem são inatas, mas sim fruto das interações entre a pessoa e seu mundo. Embora existam divergências em alguns aspectos de suas ideias, os referidos autores complementam-se.

Aos educadores é importante entender que todo o conhecimento e toda teoria tem seus limites e devem ser observados de forma contextualizada, uma vez que são leituras e fundamentos para as práticas, vivências e para o desenvolvimento da sociedade, são referenciais para o desenvolvimento cognitivo, não devendo ser tomados como verdades absolutas.

Paulo Freire (1996) propõe uma educação libertadora, ou seja, a educação como prática da liberdade, cujo objetivo seja formar pessoas e profissionais enquanto agentes políticos na sociedade, com capacidade para pensar criticamente e participar das decisões dessa mesma sociedade. Enfim, um cidadão que constrói a sociedade ao mesmo tempo que constrói a si mesmo em um processo dialético nas relações da pessoa com o conhecimento e a realidade.

Nesse sentido, a opção por uma educação libertadora possibilita a formação de cidadãos comprometidos com as transformações do seu próprio mundo e do conhecimento. Ela entende o cidadão como sujeito capaz, em cooperação com os outros, de respeitar e preservar o patrimônio social, cultural e ambiental, assim como, em condições de atuar pela construção e transformação das leis e normas da sociedade em que vive, exercendo efetivamente sua cidadania.

A cidadania, entendida aqui como participação efetiva na sociedade, conquista da qualidade de vida, preservação da dignidade da vida humana, da natureza e do meio ambiente. Ela tem relação

com a busca de justiça social e integração das pessoas com necessidades específicas ou em situação de vulnerabilidade social, econômica ou cultural. O caminho passa por pensar uma educação com a possibilidade de formar cidadãos capazes de conviver e compartilhar na sociedade, suprimindo suas necessidades vitais, culturais, sociais e políticas, contribuindo para a construção de uma ordem social que ultrapasse as barreiras dos preconceitos, estereótipos e discriminações, procurando garantir o reconhecimento, a equidade e a valorização de todos, em especial dos grupos que mais sofreram com discriminação ou exclusão no passado.

A instituição educacional deve ser entendida como parte da sociedade na qual o educando atua efetivamente como sujeito individual e social em um ambiente de convivência com a diversidade, na medida em que possibilita a aprendizagem da participação crítica, efetiva e criativa.

Nesse sentido, a instituição de ensino favorece o relacionamento e a integração das diferentes dimensões da vida dos seres humanos: pessoal, social, local, nacional e mundial. Dessa forma, as preocupações, anseios e interesses das pessoas podem ser pensados e analisados no contexto das questões globais da sociedade em que está inserida. Ela deve orientar-se na busca pela construção de uma sociedade mais participativa, envolvida com os problemas e dilemas sociais e educacionais, com mais justiça, melhor distribuição de renda, livre dos preconceitos, que resgate e valorize a cultura local e a diversidade cultural.

A instituição de ensino é portanto um lugar onde se trabalhe, além dos conceitos e valores, atividades que promovam a integração com o todo da sociedade por meio de teatro, atividades esportivas, feiras de livros e de ciência, intercâmbio com outras instituições de ensino, dentre outras; que tenha como função produzir, divulgar e transmitir conhecimentos, formando as pessoas de maneira integral e com responsabilidade social.

A intencionalidade deste Projeto Político-Pedagógico está voltada para uma educação que propicie aos educandos instrumentos que valorizem o saber popular e ampliem para a prática do pensar crítico e à apropriação dos conhecimentos científico, político, cultural e profissional, acumulados no decorrer da história da humanidade.

No bojo deste debate, deve-se orientar para uma prática pedagógica conectada com outros elementos fundamentais que norteiam a educação. Entretanto, ela não pode ser restrita a uma única ideia, pois existem diferentes concepções de aprendizagem e teorias epistemológicas que podem subsidiar a diversidade de práticas docentes e discentes. A educação deve sempre buscar novos parâmetros, novas perspectivas, permitindo-se inovar e transformar, produzir práticas e virtudes relacionadas ao projeto de sociedade a que está vinculada.

Os seres humanos, como afirma Freire (1996), são os únicos social e historicamente conscientes de necessitar de um processo contínuo de formação para fazerem-se e tornarem-se capazes de aprender, não apenas para adaptação, mas sobretudo, para intervir e transformar a realidade.

As atividades de ensino devem partir da realidade do educando, constituindo-se elemento fundamental para uma aprendizagem significativa, pois mobilizarão o educando a conhecer e principalmente a compreender, tornando-o consciente, crítico e ativo diante da realidade. Marques (1995) explica que o ensino-aprendizagem não deve ser entendido como simples acúmulo de informações, nem a mera transmissão de noções já prontas. Ela acontece pelo desenvolvimento da capacidade de se relacionar, comparar, inferir, pela estruturação mais compreensiva, coerente e aberta para a complexidade das articulações entre dados, fatos, percepções e conceitos.

A rapidez nas mudanças de conceitos, as novas descobertas técnico-científicas e a avalanche de informações questionam o ensino que privilegia o acúmulo de conhecimentos e que veja o educando como receptor passivo. O próprio papel da instituição de ensino, em relação ao processo ensino-aprendizagem, avança no sentido de oportunizar ao educando a construção de modelos explicativos, argumentativos e instrumentos de verificação de contradições, levando-o a participar e questionar a partir de situações desafiadoras.

Assim, como explica Freire (1996), o educando não apenas recebe conhecimentos, mas recria-os, reforçando que a mente humana não é uma tábua rasa na qual depositamos algo. Mas, o entendimento de que o sujeito recria os conhecimentos pressupõe a interação clara e concreta do sujeito que conhece com o objeto a ser conhecido.

Além do mais, uma educação que compreenda a aprendizagem de forma significativa supõe o reconhecimento e o respeito aos saberes que o educando traz consigo ao chegar no ambiente escolar formal, na visão de educadores como Ausubel (2003), Piaget (1999) e Paulo Freire (1996). O processo pedagógico deve abrir-se ao diálogo e à confrontação de teorias e opiniões, facilitando a mudança da visão formada pelo senso comum para outra de caráter mais técnica, filosófica e/ou científica. Nesse sentido, Freire (1996) reforça a importância de promover reflexões críticas em lugar de aceitar a passividade frente às explicações discursivas do educador. Ensinar, portanto, exige permitir e incentivar o questionamento, evitando-se expressões de descaso diante dele, por mais ingênuo que pareça.

A ação pedagógica deve partir de um diagnóstico preciso do estágio de conhecimento do educando sobre o tema em questão, sendo que esses conhecimentos devem ser aproveitados pelo



educador para o crescimento de todos os envolvidos. Dessa forma, enfatiza-se que a construção e a reconstrução do conhecimento implicam o exercício da curiosidade, da crítica, da capacidade de tomar distância do objeto, conservá-lo, determiná-lo e, facilitar o desenvolvimento da capacidade de comparar e de questionar no educando.

Segundo Veiga (2013), a atividade pedagógica primordial consiste em mediar a relação do educando com a construção e apropriação do conhecimento da realidade e oportunizar situações didáticas para que a aprendizagem aconteça. No entanto, a aprendizagem exige que o educando possa perceber o significado efetivo do conhecimento e tenha uma disposição efetiva para aprender. Exige uma postura de sujeito atento, comprometido, investigador, observador, que faz anotações, debate em grupo, exemplifica, generaliza, sintetiza, avalia, expõe com as próprias palavras, conscientiza-se das dificuldades, usa de diversos materiais, além de outras práticas.

A efetiva formação de sujeitos participativos não permite a Instituição dissociar o currículo das rápidas transformações da realidade, pois elas afetam diretamente toda a vida social, política e cultural. Não se deve considerar o currículo como algo estático e predeterminado; dessa forma, as áreas de conhecimento se interpenetram em sua intrínseca transversalidade, deixam de ser isoladas, não se compreendem de forma fragmentada ou uniforme, mas contextualizada e integrada. A unidade do currículo dá-se na diversidade dos conhecimentos e abordagens epistemológicas que o constitui e nas múltiplas visões que têm os sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

Assim, o conhecimento sistematizado das diferentes componentes curriculares, tomado como referencial para a organização do ensino, deve ser selecionado sob o critério de sua capacidade explicativa, de sua abrangência para apoiar a compreensão e explicação orgânica dos elementos que compõem a prática social.

Ao final do Ensino Médio, sendo ele técnico e/ou propedêutico, integrado concomitante ou integrado subsequente, espera-se que o educando consiga compreender o mundo de forma mais articulada, crítica, transversal e profissional. Em decorrência disso, mesmo sem uma verticalização direta, a educação nas graduações e pós-graduações oferecidas pelo Campus Estrutural, do Instituto Federal de Brasília, poderá ter mais consistência, organicidade e cientificidade.

As atividades pedagógicas e os componentes curriculares devem ser organizados para que os educandos se apropriem de novos conhecimentos, saberes e experiências, de modo que gradativamente consigam ampliar, aprofundar e articular sua compreensão da prática social e profissional. Por isso, oferece-se uma educação integrada, em todos os níveis, pressupondo a

indissociabilidade entre a cultura geral, os conhecimentos específicos de cada área e a preparação para o exercício da atividade profissional.

A educação profissional técnica e tecnológica oferecida pelo Campus Estrutural deve incorporar o reconhecimento de que a educação para o trabalho envolve não apenas a formação técnica profissional e os conhecimentos teóricos, mas a possibilidade de inserção do educando no mundo do trabalho, conforme as demandas e vocação da comunidade em que o campus está inserido.

A efetividade de uma formação verdadeiramente integrada e transversal nas atividades pedagógicas e componentes curriculares do Campus Estrutural pressupõe que na formação continuada dos educadores estejam contempladas a formação geral e a preparação para o mundo do trabalho como parte da concepção pedagógica, o que inclui também a formação para o trabalho com alunos com necessidades específicas.

A educação inclusiva proposta por este Projeto Político-Pedagógico para o Campus Estrutural está contemplada na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB 9394/96), que considera a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar com currículo integrado e como parte no conjunto das atividades essenciais desenvolvidas pela instituição de ensino, considerando flexibilizar a prática pedagógica para que todos possam ser atendidos, cada um com suas necessidades educativas específicas.

Além da LDB, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica, propõem adaptações curriculares que permitem a inclusão dos educandos com necessidades educacionais específicas em escolas regulares. Sendo assim, compreendemos que o Campus Estrutural deve refletir criticamente, sem medo de arriscar, visando buscar direcionamentos inovadores que respondam às demandas educativas específicas dos nossos educandos.

Assim, como afirma Goffredo (1999), é necessário compreender o educando com necessidades educativas específicas, respeitando-o na sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que possui certo tipo de limitação, mas que possui também outras qualidades. O campus dispõe do Núcleo de Atendimento e Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE¹⁶, o qual está regulamentado pela LDB 9394/96, em seu artigo 58, “parágrafo primeiro”, onde contempla que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para

¹⁶ O programa é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). O principal objetivo dos núcleos é dar instrumentos à Rede Federal de Educação Profissional para que essa possa ampliar a acessibilidade de pessoas que possuam necessidades educacionais específicas. Estudantes de todos os cursos do IFB devem ser atendidos.

atender as peculiaridades da clientela de educação especial. O serviço pedagógico especializado apoia e complementa o atendimento educacional realizado nas salas de aula ou demais espaços de ensino-aprendizagem.

Além do NAPNE, o Campus Estrutural dispõe da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social - CDAE e da Coordenação Pedagógica - CDPD, setores importantes na garantia da promoção de uma educação que envolva todos os sujeitos nas atividades sociopedagógicas do Campus, especialmente junto aos educandos com algum tipo de vulnerabilidade ou com possibilidade de evadir-se da instituição de ensino.

O Campus conta com espaços utilizados para a formação, convivência e integração de toda a comunidade escolar, como: laboratórios de informática e específicos das áreas do conhecimento, biblioteca com espaço para estudo individual e em grupos, um auditório com capacidade para aproximadamente 180 pessoas, um ginásio de esportes coberto e um espaço de convivência e lazer.

O ensino proposto neste Projeto Político-Pedagógico visa a criação de oportunidades para construir conhecimentos, o que segundo Freire (1996), coloca os educadores num movimento permanente de ação-reflexão-ação, como sujeitos do processo educativo, juntamente com os educandos e demais setores que compõem o Campus Estrutural.

Os educadores planejam e avaliam suas práticas, visando melhorar sempre a qualidade do ensino ofertado em nossa instituição. Com esse mesmo objetivo, os educandos interagem com os educadores, expõem suas ideias, relatam situações vivenciadas nas aulas ou em momentos específicos para atendimento ao aluno, nos horários disponíveis no plano de trabalho dos docentes.

No decorrer das atividades de ensino, diferentes recursos didáticos e metodológicos são utilizados, visando aulas dinâmicas, eficazes e a garantia de uma aprendizagem significativa. Dentre os recursos disponíveis, estão: livros didáticos e paradidáticos, músicas, vídeos, projetores, TVs, visitas técnicas, gincanas, debates, jogos educativos, dramatizações, experimentos, aulas de campo, seminários, entrevistas, contos, poemas, quadrinhos, comentários, laboratórios, entre outros.

O Campus promove um clima de segurança e afetividade na relação docente-discente, nas atividades educacionais, para que o educando se sinta seguro e capaz. O campus atua no sentido de que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem reflitam e incorporem em sua prática educativa: a) o respeito à autonomia do educando; b) a consciência de que ambos, educador e educando, estão em constante formação; c) a convicção de que a mudança é possível e necessária; d) a assimilação e desenvolvimento de valores, como: humildade, bom-senso, respeito ao próximo,



tolerância e luta em defesa dos direitos sociais. Enfim, a instituição em um trabalho conjunto e integrado pode superar as limitações da concepção tradicional bancária de educação.

Outro aspecto significativo é a avaliação institucional, que deve ocorrer a cada dois anos e contemplar a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos nas atividades do campus: servidores, educandos e comunidade externa. Entendemos que a partir da avaliação contínua e global da realidade é possível conhecer, compreender e planejar, considerando os múltiplos elementos que influenciam o desenvolvimento institucional.

Assim também, a avaliação da aprendizagem, como explica Luckesi (2005), deve ocorrer e considerar a totalidade dos elementos envolvidos, ser processual e contínua, no sentido de ser instrumento de aprendizagem, favorecer a participação e o envolvimento de todos os sujeitos do processo pedagógico. Entende-se que a avaliação formativa é um processo complexo que começa com a formulação de objetivos e a elaboração de múltiplos instrumentos para obter maior evidência e coerência nos resultados. E mais, por meio da avaliação formativa saber se os objetivos propostos foram alcançados e, caso necessário, (re)planejar os conteúdos, práticas e rever a própria concepção de avaliação, educação, ser humano, cultura e sociedade.

Segundo a LDB 9394/96, as atividades de recuperação da aprendizagem são um direito assegurado ao aluno. Assim, no Campus Estrutural, busca-se desenvolver avaliações que possibilitem a experiência da aprendizagem interativa, onde se trabalhe permanentemente com processo e produto, estratégia e resultado ao mesmo tempo, como dimensões da mesma totalidade. Espera-se a concretização de uma avaliação formativa, mesmo de recuperação, que dê subsídios à construção e reconstrução do conhecimento, dos processos de ensino-aprendizagem e das relações entre os sujeitos envolvidos. Ela deve ser praticada de forma paralela e com diferentes recursos, procurando sempre recuperar a aprendizagem, não apenas a nota ou o cumprimento de formalidade.

Além dos processos avaliativos, a qualificação dos profissionais docentes e técnico-administrativos da Rede Federal, do Instituto Federal de Brasília e do Campus Estrutural, considerando sua importância estratégica para a melhoria na qualidade das atividades pedagógicas e no desenvolvimento das pessoas, conta com programas de incentivos e apoio, para que seja contínua na vida de cada servidor.

Segundo Nóvoa (1992), a formação do profissional da educação deve proporcionar situações que possibilitem a reflexão e a conscientização das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão docente. E ainda, supõe a formação docente como processo em que mantenha princípios éticos, didáticos e pedagógicos comuns, independentemente do nível de formação em

questão. Sendo assim, “[...] o modelo de ensino e, conseqüentemente, o modelo de professor assumido pelo sistema educativo e pela sociedade tem de estar presente, empregando as atividades de formação de professores” (NÓVOA,1992).

É importante considerar também a necessidade de manter uma interconexão entre o currículo da formação inicial dos profissionais da educação e o processo de formação continuada. A expressão desenvolvimento profissional, para o autor, oferece uma conotação de evolução e continuidade, bem como a necessidade de situar o aperfeiçoamento dos educadores como referencial de desenvolvimento profissional, pessoal, evolutivo e continuado, com valorização dos aspectos contextuais, organizacionais e direcionados para a mudança e uma contínua discussão coletiva da própria prática docente.

Ao profissional da educação há uma necessidade de formação continuada, segundo Kachar (2001), pois o mercado de trabalho exige profissionais que cultivem o aprender contínuo e permanente. Reforça aí o ensinamento de Freire (1996), que compreende o ser humano em constante construção de si mesmo e do mundo.

As pessoas, de maneira geral, sobretudo, os profissionais da educação sabem que devem buscar o aprimoramento constante como forma de se manterem atualizados e principalmente vencerem os novos desafios a que são submetidos em seu cotidiano laboral. Sendo assim, Kachar (2001) afirma que: “[...] a aprendizagem continuada apresenta-se como uma condição necessária para manter a posição de trabalho que ocupam”. Percebe-se também que o desejo de continuar a aprender por parte de muitos profissionais da educação, vai além das necessidades exigidas pela sua profissão e pelo mercado de trabalho. O aprender não deve ser considerado uma mera condição de se manter como profissional ativo dentro da sociedade a que pertence, mas ser considerado um meio de estar sintonizado com a realidade.

A gestão democrática na educação é outro fator de relevância ampla e significativa no Campus Estrutural, pois reconhece e valoriza a necessidade de unir forças pelas mudanças estruturais e os procedimentos, com ênfase no aprimoramento escolar e melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, a valorização das decisões por meio de colegiados e conselhos escolares, incluindo os membros da Direção, representantes dos docentes, discentes, servidores da área técnica, pais e organizações afins, com autoridade deliberativa, tem demonstrado sucesso no conceito e prática da gestão.

A gestão, no Campus Estrutural, visa promover o reconhecimento e a redistribuição das responsabilidades e dar legitimidade ao sistema escolar, inclusive no que diz respeito às demandas

do campus, a escolha dos dirigentes e representantes, estabelecimento de objetivos, solução de problemas, tomada de decisões, estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho para que a instituição atenda adequadamente a sua finalidade.

O conceito de gestão pressupõe para Lück (1998) a ideia de participação, isto é, debates em colegiado, analisando as situações demandadas, decidindo os encaminhamentos e agindo em conjunto. Sendo assim, a abordagem participativa na instituição educacional supõe o envolvimento de todos no processo decisório da instituição de ensino e na realização das múltiplas tarefas de gestão.

O Conselho de Classe é elemento central no processo ensino-aprendizagem, pois nele há o exercício da gestão democrática, da tomada de decisões relacionadas às atividades didático-pedagógicas e às contribuições para o envolvimento dos educandos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como, o acompanhamento daqueles em situação de vulnerabilidade e apresentação de propostas de ações que promovam a diminuição da evasão escolar. Ele é importante nas questões didático-pedagógicas pelo seu potencial gerador de ideias e espaço educativo para todos.

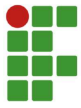
Importante considerar que a sociedade formadora da comunidade acadêmica do Campus Estrutural exige cidadãos críticos, com potencial para organizar suas ideias, escrevê-las, defendê-las, enfim, projetar-se como sujeito de fato. E este Projeto Político-Pedagógico demanda o registro e o acompanhamento da evolução de todo o processo educacional e da reflexão sobre o trabalho desenvolvido na formação do cidadão crítico e participativo, um profissional comprometido com as relações de trabalho e de mercado.

5. Políticas Articuladoras e Fundamentadoras das Atividades do IFB - Campus Estrutural

5.1. Das ações de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura

As ações para o ensino no Campus Estrutural são baseadas nas políticas do IFB, estruturadas a partir da formação integral para a cidadania e considerando como elementos imprescindíveis para o processo formativo:

a) As demandas do mundo do trabalho e a compreensão dos aspectos econômico, social, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes;



b) A interdisciplinaridade como eixo integrador entre a prática profissional, os conhecimentos gerais e específicos de cada área, de maneira a garantir o embasamento das diferentes tecnologias presentes nos diversos setores produtivos;

c) A ética como norteadora da prática educacional e profissional voltada para o discernimento e para as decisões que permeiam o individual e o social.

O ensino no Campus Estrutural é desenvolvido por meio de currículos integrados, possibilitando ao estudante a compreensão da realidade em que vive e enxergar-se como parte das estruturas sociais, históricas e que seja capaz de, não somente ser transformado por elas, como também transformá-las. Nesse sentido, os conhecimentos se desenvolvem por meio da relação estabelecida entre o estudante, o curso e a sociedade, de forma que possa agir como cidadão crítico e engajado.

As políticas para o ensino no IFB são de responsabilidade da Pró-reitora de Ensino (PREN). Elas são construídas de maneira participativa a partir de diversos segmentos e instâncias internas, onde o Campus Estrutural busca-se representar, como no Conselho Superior (CS), composto por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da instituição - técnicos, discentes e docentes - e representantes da sociedade civil, instância onde as demandas são apresentadas por meio dos representantes de cada segmento; no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), composto por representantes docentes, técnicos e discentes. Além desses conselhos, o Campus busca representatividade em fóruns como o de diretores de ensino, pesquisa e extensão; o de assistência estudantil; o de registro acadêmico; o de coordenadores pedagógicos; o de coordenadores de curso, dentre outros.

A oferta de novos cursos no Campus Estrutural segue o previsto no PDI e fundamenta-se em consultas públicas junto à comunidade local e nas áreas de conhecimento contempladas pelos eixos tecnológicos de vocação do Campus - Controle e Processos Industriais e Ambiente e Saúde – podendo ser ofertados nas modalidades presencial ou a distância. Os cursos oferecidos atualmente são:

a) de educação profissional técnica de Nível Médio, podendo ser articulada e subsequente, sendo a primeira integrada ou concomitante para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o segundo para os portadores de diploma de conclusão do Ensino Médio;

b) de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;

c) de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Todos os cursos devem ser organizados a partir de seus planos ou projetos pedagógicos, atender às respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), resoluções de cada área e a este Projeto Político-Pedagógico.

O Campus Estrutural observa ainda a regulamentação do ensino do IFB que está no Regulamento do Ensino Técnico (RET), no Regulamento do Ensino Médio Integrado (REMI), no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA), na Organização Didático Pedagógica (ODP), nas Diretrizes de Avaliação da Aprendizagem e nos Planos de Permanência e Êxito (PPE).

A proposta pedagógica do Campus considera também a verticalização do ensino como possibilidade de os estudantes prosseguirem seus estudos por meio de um diálogo rico e diversificado entre os diferentes cursos e níveis de ensino de áreas afins, cujos fluxos permitam a construção de sua formação, orientados a partir de projetos que visam à educação continuada dentro de um eixo tecnológico.

As atividades de extensão desenvolvidas no Campus Estrutural buscam contribuir para as finalidades dos Institutos Federais de desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, de realizar e estimular a pesquisa aplicada, a inovação, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Além dessas finalidades, está entre os objetivos do IFB, o desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, que também são orientadores das ações de extensão do Campus Estrutural.

O Campus Estrutural promove a extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico visando a interação dialógica e transformadora entre as instituições e

a sociedade, levando em consideração a territorialidade, envolvendo, necessariamente, a comunidade externa.

As ações de extensão do Campus Estrutural têm como responsabilidade desenvolver ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e, assim, retroalimentar o processo de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura. Além disso, visam promover a inclusão social e a contribuição para a promoção do respeito à diversidade, integração dos estudantes e dos servidores com a comunidade, oportunizando o acesso, a troca e a construção do conhecimento no âmbito do IFB.

O Campus Estrutural, por meio da extensão, busca atuar com as seguintes ações: programas; projetos; cursos livres (cursos livres ou de Formação Inicial e Continuada); eventos; prestação de serviços; e relações interinstitucionais, desenvolvidas com foco nas oito áreas temáticas de extensão estabelecidas no IFB: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; trabalho.

Dentre todas as linhas de extensão, classificadas e determinadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, o IFB atua nas seguintes linhas: Ensino-Aprendizagem; Artes, Comunicação Comunitária; Desenvolvimento de Produtos; Inclusão e Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Local e Regional; Desenvolvimento Tecnológico e Empreendedorismo; Direitos Individuais e Coletivos; Emprego e Renda; Esporte e Lazer; Estilismo; Gestão; Grupos Sociais Vulneráveis; Jovens e Adultos; Patrimônio Cultural, Histórico e Natural; Questão Ambiental; Promoção à Saúde; Saúde Animal; Segurança Pública e Defesa Social; Tecnologia da Informação.

Busca efetivar parcerias por meio de acordos de cooperação e convênios de estágio com instituições públicas e privadas, de diversas esferas, a fim de proporcionar oportunidades aos discentes de agregar conhecimentos e práticas que os aproximem da área de formação para, conseqüentemente, aumentar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. As parcerias também contribuem para o desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade acadêmica.

Tendo por base a política de pesquisa, pós-graduação e a inovação do IFB, o Campus incentiva ações ligadas à produção de conhecimento científico, produção tecnológica e empreendedorismo, cujas soluções atendam a demanda por respostas aos problemas reais, locais e regionais de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável da região de atuação do Campus Estrutural, utilizando-se das seguintes ações, estímulos e incentivos:

- a) Integração da pesquisa e da inovação com as ações de ensino, extensão e cultura, por meio da promoção de eventos articulados e elaboração de editais conjuntos;
- b) Criação e fortalecimento dos grupos de pesquisa;
- c) Publicação dos resultados dos projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação desenvolvidos por pesquisadores e discentes;
- d) Promoção de eventos para a divulgação científica e tecnológica;
- e) Difusão da cultura e da prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes, docentes e técnico-administrativos;
- f) Incentivo à pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 2008);
- g) Promoção da cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento sustentável do DF e entorno.

O Campus incentiva ainda a participação de estudantes, professores e técnicos em ações de fomento à pesquisa e inovação do IFB e de divulgação científica e tecnológica, como:

- a) Programa de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFB (PIBIC E PIBITI);
- b) Programa de apoio para consolidação dos grupos de pesquisa do IFB - PRÓGRUPOS;
- c) Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): programa que apoia o desenvolvimento de ideias potencialmente inovadoras, com os resultados das ideias apoiadas no edital apresentados em uma feira;
- d) Revista Eixo: publicação técnico-científica com periodicidade semestral;
- e) Programa CT-Infra para apoiar a melhoria da infraestrutura física de laboratórios multiusuários e compra de equipamentos;
- f) Programa de pesquisa aplicada institucional para apoiar os pesquisadores na solução das demandas internas da instituição;
- g) Semana de Produção Científica: evento anual para a apresentação dos trabalhos de iniciação científica e outros;
- h) Vitrine dos Saberes: evento promovido para lançamento dos livros da Editora do IFB;
- i) IFB em números: os indicadores da pesquisa são divulgados na plataforma:

ifbemnumeros.ifb.edu.br

Vale destacar que os processos de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura são desenvolvidos no Campus Estrutural de forma articulada e indissociável. Com isso as atividades, projetos e

programas das Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão e Cultura e de Pesquisa e Inovação se integram às atividades de todos os cursos, por meio de programas e projetos, como Programa de Iniciação Científica e o Projeto de Integração, Pesquisa e Ação (PIPA).

5.2. Das ações de acesso, ingresso e assistência estudantil

O IFB consolidou-se como uma das principais possibilidades de acesso e ingresso à educação profissional no Distrito Federal, atendendo ao que está preconizado na Lei 11.892/2008: “educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”.

Considerando a pluralidade da sociedade no Distrito Federal, a política de acesso e ingresso institucional fundamenta-se no respeito e na valorização da diversidade, adotando formas de acesso condizentes com o público para o qual a instituição é destinada e à luz dos princípios constitucionais.

O acesso aos cursos técnicos e de formação inicial e continuada, do IFB, dá-se, principalmente, por meio de sorteio, possibilitando a democratização do acesso e inclusão social aos grupos historicamente excluídos do processo educacional formal e sua reinserção nas instituições de educação.

O acesso aos cursos superiores dá-se, principalmente, pelo Sistema de Seleção Unificado (SiSU) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para classificar os candidatos, excetuando-se cursos que exijam teste de habilidade específica e a modalidade de educação a distância - EAD.

Para ingressar nos cursos, os candidatos devem possuir os diplomas de conclusão dos níveis requeridos pela legislação em vigor, isto é, para a educação superior, de conclusão de Ensino Médio, para o Ensino Médio, de conclusão de Ensino Fundamental.

Assim, na consolidação de seu compromisso com a democratização do acesso e inclusão social, o IFB estabelece um percentual 10% maior de vagas reservadas para egressos de escolas públicas com as seguintes especificidades: pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, com renda inferior a 1,5 salário-mínimo em relação ao previsto na Lei n. 12.711/2012 e alterações, além de promover políticas afirmativas específicas com limite de 15% das vagas destinadas à ampla concorrência.

As políticas de Assistência Estudantil do Campus Estrutural são integradas e articuladas com outras políticas do Instituto Federal, relacionadas ao ingresso e à formação integral, visando o desenvolvimento pedagógico, a formação profissional e o exercício da cidadania, dos estudantes do IFB, considerando as especificidades previstas na legislação em vigor.

Enquanto mecanismo de garantia de direito social, as políticas de Assistência Estudantil têm como finalidade prover os recursos necessários para superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, minimizando, dessa forma, a evasão escolar e garantindo trajetórias escolares positivas. Nesse sentido, elas transitam em todas as áreas dos direitos básicos, considerando as especificidades do Campus Estrutural, compreendendo ações previstas na legislação em vigor que garantam: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; o acesso, participação e aprendizagem mediante as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

No IFB, as Políticas de Assistência Estudantil preveem um conjunto de diretrizes para nortear as ações que visam a promoção da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva da inclusão social, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. Nesse sentido, as políticas de Assistência Estudantil não se limitam a programas financeiros, mas desenvolvem ações que buscam promover a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida dos estudantes.

A Política de Assistência Estudantil - PAE é operacionalizada no Campus Estrutural pelos seguintes programas:

a) Programas Universais: programas que contemplam ações que visam o acompanhamento social, pedagógico e psicológico dos estudantes, a promoção da saúde, o incentivo à cultura, esporte e lazer;

b) Programas de promoção à permanência: programas que auxiliam os estudantes a permanecerem na Instituição de Ensino, presencialmente ou a distância, na educação de jovens e adultos e apoio na alimentação dos estudantes;

c) Programa de incentivo ao desenvolvimento acadêmico: programas que proporcionam reforço e atendimento aos estudantes, que estimulam sua participação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino, no interesse à docência, no desenvolvimento técnico e científico e contribuem para sua formação intelectual, acadêmica e profissional, possibilitando, assim, a formação integral do discente.

Essa Política da Assistência Estudantil é coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do Campus Estrutural, que conta com uma equipe multiprofissional composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais e Assistente de Alunos.

5.3. Da avaliação dos cursos

No âmbito do IFB, a avaliação institucional é norteada por seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e pelos Projetos Político-Pedagógicos - PPPs dos campi, sendo essa avaliação uma atividade orientada para o futuro.

Avalia-se para manter ou melhorar a atuação do Campus Estrutural e, dessa forma, desenvolver uma reflexão sobre a realidade da instituição e do campus, com vistas a planejar o futuro, não sendo, assim, um processo punitivo ou meritocrático.

A avaliação institucional alinha-se com a proposta de uma escola inclusiva e democrática, destacando-se como meio para estabelecimento de compromissos e da responsabilização coletiva na consolidação do projeto escolar. Ela é executada como instrumento de crescimento coletivo, não podendo ser usada como mecanismo para exposição pública de fragilidades de agentes ou ineficiências individuais.

A avaliação institucional no Campus Estrutural é promovida como processo de caráter essencialmente pedagógico. Sendo assim, é necessário manter uma periodicidade e regularidade para a realização das diversas etapas da avaliação institucional, que podem ser subsidiadas pelas dimensões estabelecidas pelos Sistemas Nacionais de Avaliação como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e pelos diversos instrumentos que compõem esses sistemas, como, por exemplo, o Censo da Educação Básica e da Educação Superior, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, além dos indicadores avaliativos dos diferentes níveis e modalidades de ensino estabelecidos pelo IFB.

Nesse sentido, o Campus Estrutural tem seguido as avaliações gerais do IFB, realizando as devidas adaptações às especificidades do Campus, quando necessário.

5.4. Ações de permanência, de êxito e de inclusão de estudantes

As ações de promoção, da permanência e êxito do estudante no IFB levam em consideração o direito de todos à educação e visam garantir a trajetória desses estudantes de maneira a promover seu desenvolvimento, reconhecendo seus saberes, suas experiências de vida e seu conhecimento de mundo.

Para garantir o sucesso das ações de permanência e êxito no IFB são observados aspectos de ordem social, cultural, econômica, territorial, étnico-racial, gênero e orientação sexual, acessibilidade, entre outros, visando à formação integral, à inserção no mundo do trabalho e à consequente melhoria da qualidade de vida dos contemplados. Deve-se, ainda, considerar que a permanência e o êxito na formação estão intimamente articulados com os critérios de acesso aos cursos e a inserção sócio-profissional. A promoção dessas ações dialoga diretamente com a Política de Assistência Estudantil, a Política de Acesso e Ingresso e as Coordenações existentes nos Campi.

Destaca-se a participação do IFB nos Programas Nacionais de Assistência Estudantil - PNAES e de Alimentação Escolar - PNAE. O Programa Nacional de Assistência Estudantil possui diversos tipos de auxílio, de forma a garantir a permanência e o êxito dos estudantes da instituição, como: Auxílio Permanência, Auxílio Emergencial, Bolsas de Monitoria, Auxílio para Participação em Eventos Técnico-Científicos e Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - Píncel. Além desses, mantém programas de concessão de bolsas e auxílios financeiros para execução de ações de pesquisa. Esses programas se fazem necessários, tendo em vista que o Campus Estrutural atende a um percentual significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social, baixa renda e com necessidades educacionais específicas.

Entende-se que a permanência e o êxito dos estudantes podem ser comprometidos pelo baixo rendimento escolar, evasão e reprovação. Nesse aspecto, ações articuladas pelo conjunto de profissionais que atuam no Campus Estrutural são fundamentais. Assim, com o intuito de contribuir com a permanência do estudante nos cursos, a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social - CDAE juntamente com os colegiados, coordenação pedagógica e coordenadores de curso promovem ações como:

- a) acolher os novos estudantes, esclarecendo-lhes acerca de seus direitos e deveres, a cada início de período letivo dos cursos, sejam anuais ou semestrais;
- b) fazer acompanhamento periódico do quantitativo de faltas dos estudantes e, caso necessário, entrar em contato com os mesmos para saber os motivos, além de incentivar o retorno ao curso;



c) participar dos conselhos de classes ou reuniões de colegiados para tratar de problemas relacionados às turmas ou a determinados alunos;

d) conscientizar os docentes sobre as reais dificuldades dos estudantes que se encontram em situação de risco para evasão e ou reprovação;

e) entrevistar os alunos evadidos no intuito de conhecer as reais causas da evasão para desenvolver estratégias, a fim de reduzi-las ou saná-las;

f) elaborar, a partir do levantamento das causas, junto aos coordenadores de cursos, projetos de atenção aos estudantes que estejam em risco de evasão e/ou reprovação;

g) promover a cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças, inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades específicas (deficiência, superdotação, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) para o mundo do trabalho, a valorização da identidade étnico-racial e sua inclusão, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação;

h) oferecer apoio psicológico aos discentes;

i) promover e incentivar a monitoria.

Portanto, o campus Estrutural reconhece que as ações tanto arquitetônicas como de acessibilidades descritas acima favorecem a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes nos estudos.

5.5. Articulação das ações do Campus com o PPI e o PDI

O PPI tem como finalidade subsidiar a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos pelo IFB e das políticas que sustentam e fomentam o ensino, pesquisa, inovação, extensão e a cultura na formação técnica e profissional. Assim, ele prevê os seguintes princípios norteadores das ações do IFB:

a) gratuidade do ensino;

b) gestão democrática e transparência administrativa;

c) vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais;

d) verticalização do ensino e indissociabilidade entre este, a pesquisa, inovação, extensão e a cultura;

e) igualdade de condições para o acesso e a permanência na instituição de ensino;

f) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

- g) ética;
- h) justiça e responsabilidade social;
- i) acessibilidade pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica e outras.

Considerando tais princípios e valores do Projeto Pedagógico Institucional - PPI, o Campus Estrutural tem trabalhado na articulação de fato com estes princípios, o que está contemplado nas ações deste Projeto Político-Pedagógico.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, por sua vez, agrega as concepções pedagógicas e filosóficas do PPI que se vinculam ao campo conceitual, destacando ainda a estruturação básica de cada campus. O Campus Estrutural tem por base esse plano para sua estruturação física e pedagógica, no entanto, considerando sua autonomia, não deixa de articular questões que lhe são particulares, tendo em vista o contexto social em que o Campus está inserido. Tais particularidades podem ser observadas também neste Projeto Político-Pedagógico.

6. Visão Integral do Ensino e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

6.1. Articulação entre ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura

Assim como os demais Institutos Federais da Rede Federal de Ensino, o IFB - Campus Estrutural atende a diversos níveis e modalidades educativas, numa articulação conjunta e estratégica entre ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura, além de um estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão atendendo à vocação econômica da região administrativa a qual a unidade faz parte no Distrito Federal.

No âmbito da educação profissional técnica e tecnológica, os cursos oferecidos no Campus articulam ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura como estratégia principal de aprendizagem. Dessa forma, as práticas profissionais integradas, os estágios supervisionados e os projetos integradores reforçam o esforço dos cursos oferecidos em garantir a indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica e Tecnológica.

Além disso, a monitoria nos cursos técnicos e na licenciatura é uma estratégia de aprendizagem que visa fomentar a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura, sobretudo no aprofundamento do aprendizado e no compartilhamento



do conhecimento adquirido, com o objetivo de promover seu próprio crescimento profissional e auxiliar os colegas, principalmente aqueles que necessitarem de apoio extra.

Outra estratégia é a prática de ensino utilizada na Licenciatura em Matemática, onde os conhecimentos teóricos e práticos se articulam, visando a reflexão e estudo de referências teóricas que possibilitem formular propostas para os problemas identificados referente à prática na profissão docente.

Vale ressaltar que atualmente há três projetos de extensão organizados por docentes e discentes (MECACEST, AMBICEST e Jornada de Matemática dos Institutos Federais) vinculados significativamente com o ensino e a pesquisa que estabelecem integração entre ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico dentro das áreas dos cursos vigentes no campus. Além disso, contribuem com o desenvolvimento da sociedade, constituem vínculos que estabelecem a troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.

6.2. Unicidade da relação teoria-prática

A estratégia de promover uma educação profissional conectada ao mundo do trabalho está em consonância com os pilares da Educação Profissional e Tecnológica, visto que a articulação entre a experiência profissional e os conhecimentos acadêmicos é trabalhada em todos os planos de curso.

Assim, a elaboração dos planos de curso é pautada nas expectativas relacionadas ao perfil do egresso em cada área, considerando os aspectos teóricos e práticos do conhecimento no processo ensino-aprendizagem.

Ademais, a criação de espaços de articulação com a comunidade local, a fim de identificar suas necessidades e socializar o conhecimento motiva o desenvolvimento da relação teoria-prática do estudante diante da realidade fora da sala de aula.

6.3. Interdisciplinaridade do conhecimento

Os cursos oferecidos pelo Campus Estrutural buscam disponibilizar as ferramentas necessárias para que os estudantes desenvolvam a capacidade de realizar trabalhos interdisciplinares, integrar as áreas de conhecimento e trabalhar de maneira conjunta e colaborativa.

As organizações curriculares pautam-se pelas exigências do mundo trabalho e do futuro profissional como princípio educativo, pela integração entre ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura como princípios pedagógicos e pela interdisciplinaridade como método.

Considerando a missão, a visão e os valores do IFB, que preveem a promoção da inclusão e da formação crítica, emancipatória e cidadã, as metodologias desenvolvidas exploram estratégias educacionais que privilegiam situações problematizadoras, práticas interdisciplinares, pesquisa e compromisso com as comunidades do território de abrangência do Campus.

6.4. Flexibilidade curricular

Os Institutos Federais, por terem currículos diferenciados, podem estabelecer uma arquitetura curricular com característica única: a flexibilidade na construção de itinerários formativos, integrando Educação Básica e Ensino Superior, educação profissional e tecnológica e a possibilidade de ofertar educação continuada em consonância com a realidade produtiva (BRASIL, 2008).

Segundo a LDB n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), o currículo deve possuir uma base comum, que pode ser complementada ou suplementada para atender às características dos estudantes. A oferta de cursos com caráter de flexibilidade, aproxima o propósito institucional ao desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante frente às características da sociedade atual.

6.5. Contextualização do Itinerário Formativo Proposto

A LDB 9394/96 estabelece que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, entendendo que o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, deve contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, a preparação para o trabalho e o exercício da cidadania. Assim, tanto os conteúdos quanto a sua forma de organização devem articular os conhecimentos da base comum, da parte diversificada e da Educação Profissional e Tecnológica.

As articulações curriculares entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Tecnológica contribuirão para a contextualização dos conhecimentos desenvolvidos no Ensino Médio, fortalecendo a aproximação dos estudantes com o mundo do trabalho e com a prática social. Além disso, espera-se que essa aproximação, somada a outras iniciativas, colabore para a diversificação dos itinerários formativos e para a ampliação da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível

Médio, na forma integrada. O Campus Estrutural oferece atualmente três cursos nesta modalidade: Ensino Médio Integrado em Mecânica Automotiva, Ensino Médio Integrado em Meio Ambiente e Ensino Médio Integrado em Meio Ambiente voltado para jovens e adultos (PROEJA).

6.5.1. Cursos técnicos integrados

De acordo com o Plano de Curso Técnico em Manutenção Automotiva, na forma articulada Integrada ao Ensino Médio (11/2023) o curso foi organizado para ser desenvolvido em um período de três anos, com carga horária total de 3526,67 horas (4232,00 horas-aula), concebido de modo que os conteúdos técnicos estejam integrados aos da base comum curricular, tanto nos componentes propedêuticos quanto nas componentes da área técnica. A progressão no curso é anual, no entanto, existem componentes que podem ser ministrados em apenas um dos semestres letivos, desde que seja garantida a integração dos conteúdos técnicos e sua sinergia com a formação básica do Ensino Médio. O curso compõe-se de 1200,00 horas de componentes do itinerário formativo, 193,33 horas do núcleo politécnico e 2133,33 horas da base comum. O detalhamento do fluxo e da duração do curso pode ser visualizado no quadro a seguir:

Figura 16 - Fluxograma do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção Automotiva

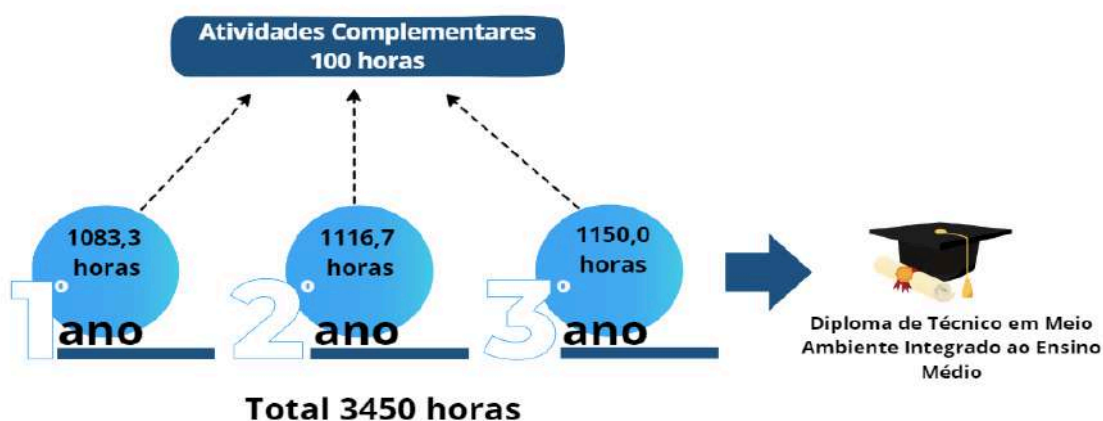


Fonte: PPC do Curso de Manutenção Automotiva.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente, de acordo com o plano de curso (2019) foi organizado para ser desenvolvido em um período de três anos, com carga horária total de 3450 horas. Ele foi concebido para que os conteúdos técnicos estejam integrados aos do Ensino Médio, tanto nos componentes da base comum quanto nas componentes da área técnica. A progressão no curso é anual, no entanto, alguns componentes poderão ser ministrados em apenas um dos semestres letivos, desde que seja garantida a integração dos conteúdos técnicos e sua

sinergia com a formação básica do Ensino Médio. O curso compõe-se de 2233,3 horas de componentes de formação geral e 1216,7 horas de componentes da área técnica, das quais 483,39 horas são de formação técnica, 533,33 horas de formação politécnica e 199,98 horas de práticas profissionais em ambiente de aprendizagem. O detalhamento do fluxo e da duração do curso pode ser visualizado no quadro a seguir:

Figura 17 - Fluxograma do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Meio Ambiente



Fonte: PPC do curso de Meio Ambiente.

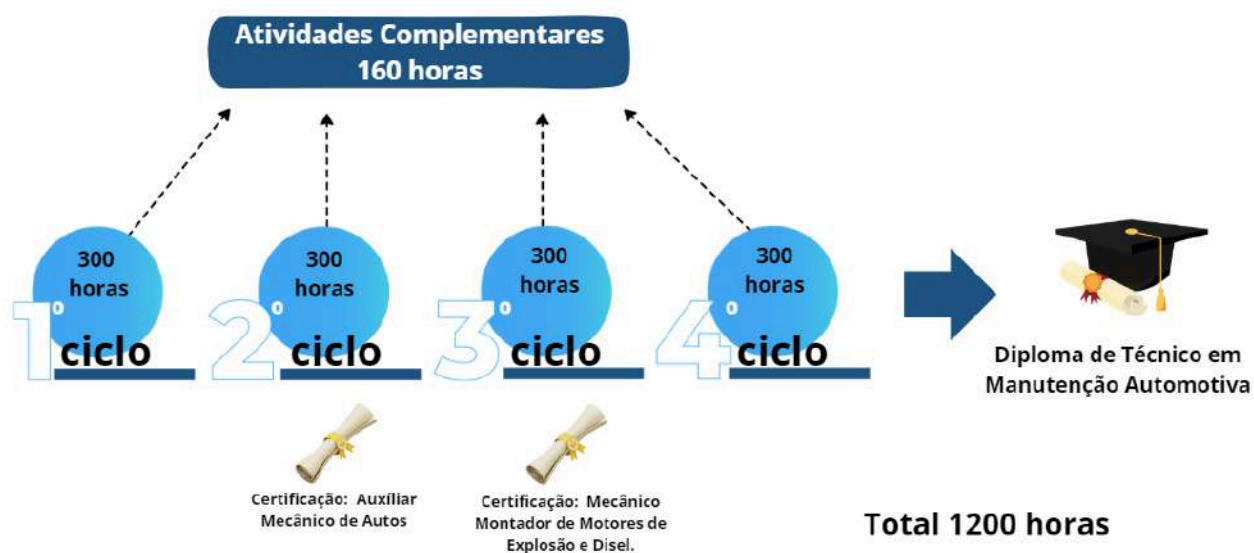
6.5.2. Cursos técnicos subsequentes

O Curso Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva foi organizado, de acordo com o PPC (10/2020) em quatro ciclos sequenciais, oferecido no formato presencial, permitindo que até 20% da carga horária de cada componente seja feita na modalidade de Educação à Distância (EaD), pela demanda do docente e em acordo com os discentes.

Ao cursar o primeiro ciclo, o discente adquire a formação básica, com noções teóricas sobre os fundamentos da mecânica automotiva, eletricidade veicular e sistema de medições com utilização de instrumentos, em um período de 300 horas. O segundo ciclo possui carga horária de 300 horas. Nele, o aluno adquire habilidades relacionadas à manutenção dos sistemas mecânicos mais básicos, como suspensão, direção, freios e eletroeletrônica. Ao concluir com êxito todas as disciplinas do primeiro e do segundo ciclo, o aluno poderá solicitar o certificado de Auxiliar de Mecânico de Autos.

O terceiro ciclo possui 300 horas, com foco em Motores, Eletroeletrônica, Gestão da Qualidade e Meio Ambiente. O quarto ciclo possui 300 horas e é voltado para os sistemas eletroeletrônicos e mecânicos, novas tecnologias, ética e empreendedorismo. Ao completar os quatro ciclos com aprovação e a carga horária extracurricular de 160 horas, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Manutenção Automotiva. O detalhamento do fluxo e da duração do curso pode ser visualizado no quadro a seguir:

Figura 18 - Fluxograma do Curso Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva



Fonte: PPC do Curso Subsequente em Manutenção Automotiva.

6.5.3. PROEJA

Segundo diretrizes do Decreto n. 5.840/2006 (BRASIL, 2006), da Resolução CNE/CP nº 01/2021 e da Resolução IFB 30/2019 (IFB, 2019), os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada integrada com o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, devem assegurar carga horária mínima de 1.200 horas para a formação geral (BNCC) somadas de carga horária específica para formação técnica de acordo com o proposto no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNE/CEB, 2021). No caso do curso Técnico em Meio Ambiente a carga horária mínima deve ser de 1.200 horas de formação técnica. Desta forma, o presente curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade PROEJA perfaz um total de 2403,33

horas, que são distribuídas em 5 semestres. Após a integralização de todas as componentes curriculares que compõem o curso atualmente oferecido, o discente é habilitado como Técnico em Meio Ambiente. O detalhamento do fluxo e da duração do curso pode ser visualizado no quadro a seguir:

Figura 19 - Fluxograma do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma articulada integrada ao Ensino Médio (PROEJA)



Fonte: PPC do Curso PROEJA de Meio Ambiente.

6.5.4. Licenciatura em Matemática

A Organização curricular do curso de Licenciatura em Matemática se divide em três núcleos: Núcleo de Formação Obrigatória (NFO), Núcleo Instrumental e Pedagógico (NIP) e Núcleo Específico (NE). O Núcleo de Formação Obrigatória (NFO) é formado pelas unidades curriculares que correspondem aos estágios supervisionados, à prática pedagógica e às atividades complementares (acadêmico-científico-culturais), atendendo à resolução CNE/CP 02/2015¹⁷. O Núcleo Instrumental e Pedagógico (NIP) compõe o conjunto de componentes pedagógicas e instrumentais para a Licenciatura e serão voltadas para a formação do professor da Educação Básica e Profissionalizante.

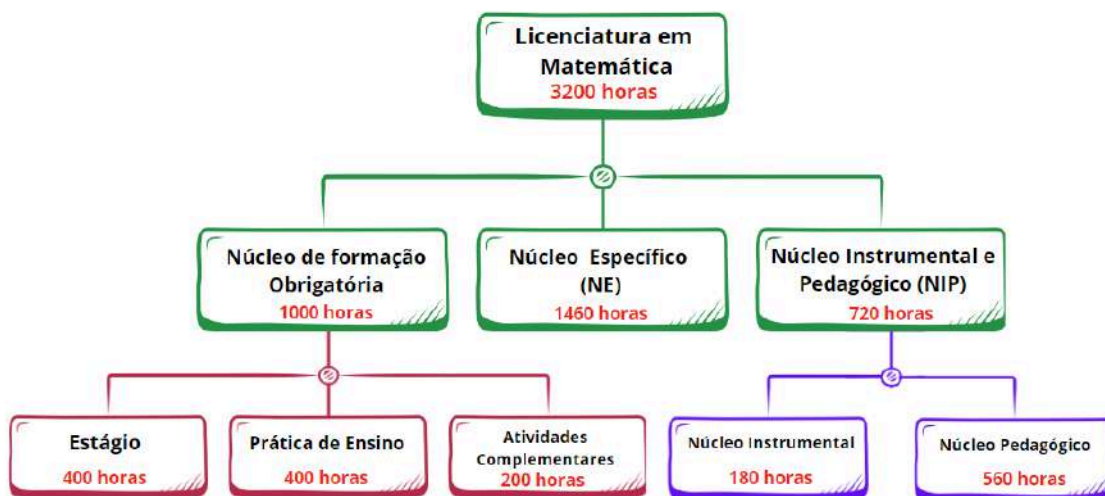
A parte instrumental é formada pelas unidades curriculares Leitura e Produção de Texto, Inglês Instrumental e Metodologia Científica; a parte pedagógica é composta pelas unidades curriculares Sociologia da Educação, História da Educação, Psicologia Geral, Psicologia da

¹⁷ Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.



Educação, Filosofia da Educação, Organização da Educação no Brasil, Didática I, Didática II, Libras, Projeto de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso. O Núcleo Específico (NE) é formado pelas componentes necessárias para formação do professor de matemática, bem como pelas disciplinas optativas inclusas. O detalhamento do fluxo do curso pode ser visualizado no quadro a seguir:

Figura 20 - Fluxograma do Curso Superior de Licenciatura em Matemática



Fonte: PPC do Curso de Matemática.

6.6. Acessibilidade pedagógica

A proposta da acessibilidade pedagógica tem como objetivo facilitar o acesso aos recursos e metodologias que favoreçam a promoção da equidade no atendimento, a partir da forma como os educadores concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional, como direcionam ou não suas ações para a remoção das barreiras pedagógicas que dificultam ou impeçam o atendimento de cada um dos estudantes, sem quaisquer tipos de discriminação ou exclusão, em sua prática educacional. Ela deve ser praticada a partir de um olhar direto para a realidade dos alunos.

No âmbito do Campus Estrutural, há uma estrutura que garante apoio ao aluno, seja em âmbito individual ou coletivo, contando para isso, com leis, políticas e um trabalho comprometido com a educação pública de qualidade. O NAPNE e a CDAE são setores responsáveis pelo direcionamento e intermediação das ações de promoção da inclusão e assistência aos estudantes.

Esses setores contam com equipes multidisciplinares que detectam as situações e demandas particulares, caso por caso.

O NAPNE promove a integração escolar para que ocorra o processo de adequação do aluno às estruturas física, administrativa, curricular, pedagógica e política da escola. A integração trabalha com o pressuposto de que todos os alunos precisam ser capazes de aprender no nível pré-estabelecido pelo sistema de ensino. Esse setor, também faz o registro de todas as ações desenvolvidas, acompanha o desempenho de cada estudante junto aos demais setores conforme necessidade específica de cada um, faz o levantamento do número de alunos com NEE evadidos e os respectivos motivos, realiza censos no campus a fim de identificar alunos com necessidades específicas não declaradas na matrícula e sensibiliza a comunidade escolar no sentido envolver a todos no processo de inclusão. Apesar da existência de setores específicos para a análise de adaptações curriculares, vale ressaltar que a inclusão só ocorrerá efetivamente com a adesão e comprometimento de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Por fim, é necessária a compreensão de que a inclusão de todos é mais do que o acesso, é também permanência e êxito, e esse é o maior desafio, pois não basta garantir às pessoas o acesso à matrícula nos espaços educacionais, é preciso garantir reais condições de aprendizagem. Essa questão desafia as instituições educacionais a repensarem desde as metodologias de ensino, de avaliação, relação professor-aluno, arquitetura de salas de aula, tecnologias, entre outros fatores que envolvam o contexto educacional.

6.7. Integração curricular

O IFB tem, desde a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei n. 11.892/2008), entre suas finalidades, a promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior. Essas finalidades conduzem os trabalhos educacionais e possibilitam à comunidade acadêmica (professores, técnicos-administrativos e estudantes) o envolvimento em projetos comuns, favorecendo a desfragmentação do conhecimento; a análise dos objetos de estudo sob os diversos olhares, potencializando o processo de ensino e aprendizagem e a construção do conhecimento. Assim, considera-se os seguintes pontos, no processo de desenvolvimento curricular:

- a) conduzir o estudante à aprendizagem significativa;
- b) articular os conhecimentos técnico-científicos com a prática profissional;



- c) enfatizar as experiências e habilidades prévias dos estudantes;
- d) conhecer e respeitar a diversidade presente no contexto escolar;
- e) favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares;
- f) viabilizar a interação dos diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem a construção de conhecimentos;
- g) realizar a transformação das informações, oriundas dos diferentes saberes disciplinares, em conhecimento próprio.

A integração curricular no Campus Estrutural caminha na direção de proporcionar a visão holística e sistêmica do objeto, que será potencializada através do planejamento coletivo e das atividades integradoras que consistem em oficinas, visitas programadas, palestras e debates, dentre outros. Nesse aspecto, a organização curricular de forma integrada implica romper falsas polarizações, oposições e fronteiras consolidadas ao longo do tempo, de forma a contribuir para acabar com a dicotomia entre as componentes curriculares de formação geral e as componentes curriculares de formação profissional.

O currículo integrado deve ser capaz de, a partir da apreensão dos conhecimentos construídos historicamente (organizados em componentes curriculares), orientar metodologicamente para a construção de novos conhecimentos. A relação entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos deve ser construída continuamente ao longo da formação sob os eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Portanto, a organização curricular dos cursos pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

a) o trabalho como princípio educativo. O contexto contemporâneo da sociedade tem aumentado, significativamente, os desafios que implicam na articulação com o mundo do trabalho. A reorganização produtiva provocou uma série de mudanças significativas no mundo do trabalho, tais como perdas dos direitos sociais, ameaça aos trabalhadores com o desemprego, automação da produção e dos serviços e novos paradigmas de gestão, configurados pelo trabalho precário, de tempo parcial, autônomo, desregulamentado etc. – contribuindo com a necessidade da educação continuada durante toda a vida. Portanto, a educação deve atender aos sujeitos sociais e cidadãos trabalhadores e reconhecer o trabalho como princípio educativo, primeiro por sua característica ontológica e, a partir disso, na sua especificidade histórica, o que inclui o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo (FRIGOTTO et al, 2005);

b) integração através de projetos. As componentes: Projeto Integrador (PI), ofertada para o curso de Manutenção Automotiva e Prática Profissional Integrada (PPI), ofertada para o curso de



Meio Ambiente, obedecem a uma sequência de etapas definidas pelo corpo docente. As duas disciplinas tem como ponto de partida uma situação problema voltado para a realidade local e/ou regional, potencialmente factível de ser vivenciada de forma contextualizada para a simulação/ressignificação e construção nos ambientes da instituição e, sempre que possível, articulada ao mundo do trabalho. As etapas básicas para o desenvolvimento do projeto são: planejamento, execução e avaliação. Essas disciplinas utilizam uma estratégia de ensino-aprendizagem que proporcionará, ao longo do curso, a interdisciplinaridade e a transversalidade dos temas abordados em todas as componentes curriculares, bem como com o mundo do trabalho integrado com o Ensino Médio e com a sociedade.

O estudante cursando dessas disciplinas é protagonista na construção do conhecimento, uma vez que elas desenvolvem habilidades e competências que possibilitará a administração do tempo e dos recursos disponíveis, propor soluções e intervenção na sociedade e no mundo do trabalho, dentre outros. As atividades desenvolvidas nas disciplinas de PI e PPI são sistematizadas para que os discentes possam articular os conhecimentos das diferentes áreas com a formação profissional, associando prática e teoria, movidos pela interdisciplinaridade e transversalidade durante toda a formação do estudante, utilizando-se da metodologia científica para a produção acadêmica, que venha colaborar nos seguintes aspectos:

- I. aprendizado significativo dos conteúdos curriculares;
- II. inter-relação entre os diversos temas e conteúdos tratados durante o curso;
- III. formação integral do discente (acadêmica, profissional e cidadã);
- IV. aperfeiçoamento das competências do discente para solução de problemas científico-tecnológicos e socioambientais;
- V. articulação entre ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura, o que oportuniza a integração das diferentes áreas do conhecimento, a superação da fragmentação dos conteúdos e a efetivação dos estudos de forma significativa e contextualizada.

Logo, elas se constituem como uma estratégia pedagógica de caráter interdisciplinar que poderá contar com a definição de um eixo articulador que contribua para formação de uma visão integrada do percurso formativo. Portanto, equivalem a uma componente curricular, possuem ementa flexível e a estrutura, tempo e espaço são guiados pelo projeto conforme orientam os planos de cada curso.

c) conhecimento trabalhado de forma integral. A Educação Profissional tem seu foco nos conhecimentos tecnológicos, seu ensino é orientado, predominantemente, para a atividade de



trabalho. No processo de ensino-aprendizagem devem ser consideradas todas as dimensões da vida dos estudantes e suas práticas sociais, promovendo a transformação em sujeito crítico. A habilidade de integrar diz respeito a um conjunto de ações e não a uma disciplina única e nem a um conteúdo determinado. Por isso, é fundamental a seleção de conteúdos que viabilizem o conhecimento da realidade vivida e das experiências dos sujeitos, reafirmando suas histórias como protagonistas da cultura;

A lógica da organização do trabalho pedagógico deve assegurar esses princípios estruturantes do currículo integrado, permitindo desenvolver uma formação articulada com as dimensões do ensino: trabalho, cultura, tecnologia e ciência.

6.8. Avaliação da aprendizagem

A oferta do IFB – Campus Estrutural, atualmente, abrange vários tipos e modalidades de cursos, conforme demonstrado anteriormente. Essa diversidade de cursos e a especificidade que cada tipo de oferta possui fizeram com que resoluções fossem criadas para orientar e normatizar o ensino no IFB.

Cada uma dessas resoluções, além de explicitar como devem ser os currículos, os planos de curso, o regime escolar e os trâmites administrativos em relação à matrícula, também dispõem sobre as avaliações de aprendizagem, como elas são vistas por cada regulamento e as formas que os/as docentes podem avaliar os estudantes. Considerando a oferta atual do Campus, será explicitada a seguir a avaliação da aprendizagem em cada segmento.

O curso técnico subsequente ofertado pelo Campus – Técnico em Manutenção Automotiva e os cursos Técnicos Integrados (Técnico em Manutenção Automotiva e Técnico em Meio Ambiente), primam pelos princípios da avaliação integral do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos ao longo do período letivo, tendo como objetivos:

- a) obter evidências sobre o desenvolvimento das habilidades do discente;
- b) informar ao discente sua progressão, as dificuldades e os resultados obtidos ao longo do processo de formação;
- c) orientar as ações e os encaminhamentos do trabalho pedagógico;
- d) sustentar a tomada de decisão sobre a progressão do discente para o módulo seguinte;
- e) validar as competências adquiridas pelos discentes quando da conclusão dos cursos;
- f) contribuir com a melhoria da qualidade dos cursos.



Os docentes utilizam instrumentos diversificados de avaliação, buscando estimular os discentes à pesquisa, à reflexão, ao acionamento de outros conhecimentos e habilidades, evidenciando iniciativa, estimulando a criatividade para resolução de problemas e para o desenvolvimento de atividades laborais e da cidadania, utilizando-se das avaliações a seguir:

a) Diagnóstica: visa identificar o nível de conhecimento e as habilidades do discente, inclusive pretende detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem, bem como verificar as dificuldades já existentes. O diagnóstico é feito por meio de uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do discente dando elementos para verificar o que ele já aprendeu e como aprendeu, além de encaminhar ações a serem tomadas e aptidões a serem desenvolvidas no decorrer curso;

b) Formativa: é realizada durante todo o período letivo e tem como propósito os resultados da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Assim localizam-se as deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos. A avaliação formativa volta-se para o comprometimento com a aprendizagem de todas/os as/os estudantes e a compreensão de como ocorre esse processo durante o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Para essa avaliação deve-se estabelecer critérios e níveis de proficiência para comparar os resultados que se pretende alcançar na seleção dos conteúdos, objetivos, atividades e do que se propõe avaliar. Ele tem foco no processo e pode ser implementada, por exemplo, por meio de portfólios, debates, exercícios, trabalhos em grupo e elaboração de projetos;

c) Somativa: possibilita avaliar os saberes adquiridos, fornece resultados de aprendizagem, subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa e informa o rendimento do estudante em termos parciais ou finais. Visa classificar os discentes ao final de cada ciclo e ao final do curso de acordo com os níveis de aproveitamento apresentado por cada discente. A avaliação somativa avalia de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e ao final do curso. Foco no resultado, exemplo - provas/exames.

De acordo com o Art. 70, da Resolução n. 35-2020/CS - IFB¹⁸, vários instrumentos avaliativos podem ser usados, por exemplo, trabalhos individuais, trabalhos em grupos, debates, produções de textos nos diferentes gêneros, listas de exercícios, testes ou provas – com ou sem

¹⁸ Altera o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio do Instituto Federal de Brasília (IFB) aprovado pela Resolução CS/IFB nº 10/2013, e estabelece o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente nas modalidades presencial e a distância.

consulta, individuais ou em grupos –, produções orais, relatórios de pesquisa e visitas técnicas, entrevistas, fichamentos, seminários, produção de curtas, documentários, painéis, portfólios, dentre outros, facultando inclusive sua realização em Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, observação dos discentes durante o processo ensino-aprendizagem, atividades de pesquisa individual ou em grupo, planejamento, execução de experimentos, projeto integrador, debates, jogos, simulações, atividades práticas e autoavaliação.

Ressalta-se ainda, que o Art. 54, da Resolução n. 35-2020/CS – IFB, esclarece sobre a adaptação escolar para os discentes com Necessidades Educacionais Específicas – NEE. O IFB oferece a possibilidade de adaptação dos instrumentos avaliativos planejados em conjunto pela Coordenação do Curso, CDAE e Coordenação Pedagógica, com o apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, que tem por objetivo a promoção da inclusão no processo educacional.

O processo deve conter, no mínimo, três instrumentos avaliativos de tipos diferentes, em cada módulo, a critério do docente do respectivo componente curricular. As questões a serem elaboradas nas avaliações deverão ser prioritariamente de forma contextualizada e, se possível, em articulação com os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. O fechamento do processo de avaliação dar-se-á ao final do respectivo período letivo.

A avaliação dos alunos será elaborada pelo(s) docente(es), que terá(ão) liberdade pedagógica para desenvolver as avaliações diagnóstica, formativa e somativa, considerando as diretrizes da coordenação de curso e definidas previamente na metodologia do plano de ensino. A nota de aprovação deve estar em consonância com o projeto pedagógico de cada curso.

A avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados no Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA, é feita por área, semestralmente, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei n. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, o que corresponde a 75% da carga horária em cada um dos módulos.

O aproveitamento escolar é avaliado por meio do acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas, sendo que 6,0 pontos correspondem à nota mínima para aprovação em conformidade com os documentos do IFB. Os cursos trabalham com o Projeto Integrador – PI, articulado com as demais formas de avaliação. Esta é uma estratégia de ensino-aprendizagem cujo objetivo é proporcionar a interdisciplinaridade e a transversalidade

dos temas abordados no decorrer dos cursos, caracterizando-se por ser um instrumento de integração entre o ensino, a pesquisa, a inovação, a extensão e a cultura.

Por fim, no curso de Licenciatura em Matemática, a avaliação é contínua e cumulativa, assumindo de forma integrada no processo ensino-aprendizagem as funções diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação, assim considerada, é utilizada como princípio para a conscientização das dificuldades, conquistas e possibilidades, e funciona como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, considerando primordialmente os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nesse sentido, o processo de avaliação deverá considerar os seguintes aspectos:

- a) adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- b) prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- c) inclusão de tarefas contextualizadas;
- d) manutenção de diálogo permanente com o discente;
- e) divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- f) divulgação dos resultados do processo avaliativo.

O aluno do Curso Superior de Licenciatura em Matemática terá seu processo de avaliação da aprendizagem sedimentado nas diretrizes estabelecidas pela Resolução n. 28/2012/CS-IFB, que regulamenta os procedimentos administrativos e a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação do IFB.

6.9. Procedimentos Avaliativos do Campus e de seus Objetivos

As diversas ações realizadas pela instituição educativa devem ser avaliadas para melhor direcionamento das ações dos gestores. Avaliar a instituição em seus segmentos de atuação se mostra uma ferramenta que fornece suporte para direcionamento das práticas institucionais que têm como finalidade a educação. Torna-se necessária a participação da comunidade escolar para que essa ação seja efetiva. A avaliação educacional se dá em três níveis:

a) Avaliação da aprendizagem. É a avaliação realizada em sala de aula e nas demais atividades de ensino, e tem como objetivo o acompanhamento escolar do/a aluno/a; ela é de responsabilidade primordial dos(as) docentes e da instituição educacional. Deve acontecer de forma contínua e cumulativa com foco no desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos

qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) A avaliação de larga escala. É um instrumento global de acompanhamento das redes de ensino e se volta para a avaliação de sistemas de ensino por meio, por exemplo, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) com a finalidade de orientar políticas públicas educacionais;

c) Avaliação institucional. Ela tem uma dupla dimensão, pois envolve uma autoavaliação interna, que é realizada no âmbito dos departamentos, nos colegiados e em outros órgãos oficiais da estrutura da instituição escolar, pelos pares, professoras/es, pelos/as estudantes. A outra dimensão é externa, porque envolve a participação da comunidade científica, de órgãos governamentais, de membros de entidades da sociedade civil, de setores representativos da sociedade;

Pode-se afirmar que a avaliação para além da sala de aula, especialmente a avaliação institucional, trouxe novas possibilidades à construção de uma escola reflexiva, implicando no repensar do significado da participação de todos que compõem o contexto escolar (FREITAS et al., 2014). A avaliação institucional interna, também conceituada como autoavaliação, constitui-se num processo de busca da identidade escolar, considerando suas tendências, seus saberes, seus conflitos e suas dificuldades (BRANDALISE, 2010).

O Campus Estrutural tem um compromisso constante de aprimoramento das práticas avaliativas existentes. Nesse sentido, diversos instrumentos são utilizados nas etapas avaliativas, como, por exemplo, questionário, entrevista semiestruturada, grupo focal, análise documental etc.

Nesse sentido, no Campus Estrutural, o processo de autoavaliação institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA) que é formada por representantes eleitos dos estudantes, técnicos, docentes e comunidade externa. A CPA periodicamente realiza os processos de autoavaliação institucional bem como a avaliação dos cursos superiores que é demandada com todos os servidores semestralmente pela gestão do campus e posteriormente feita a socialização dos resultados de tais avaliações.

Além dos instrumentos acima descritos, a comunidade pode expressar suas sugestões/críticas/elogios por meio de um formulário de fácil acesso na recepção do campus. A avaliação do Campus integra a avaliação ampla de dimensão institucional. Assim podem destacar-se as seguintes dimensões, adequadas às especificidades da educação técnica e tecnológica:



a) Planejamento e Avaliação Institucional: indica elementos do processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico Institucional – PPI, Projeto Político-Pedagógico - PPP, Plano de Ações;

b) Desenvolvimento Institucional: analisa a coerência existente entre o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico Institucional – PPI, Projeto Político-Pedagógico - PPP, e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão;

c) Políticas Acadêmicas e Projetos de Cursos: examina elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente;

d) Política de Gestão: avalia o desenvolvimento das políticas de pessoal, organização e gestão da instituição;

e) Infraestrutura: investiga as condições estruturais que a instituição apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

6.10. Estratégias pedagógicas

A metodologia e as estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem no Campus Estrutural levam em consideração a efetivação do currículo por competências, as especificidades da aprendizagem de cada curso, as características das turmas, o perfil dos alunos e a aplicabilidade das bases tecnológicas. Entre as quais, situam-se: exercícios; práticas de campo; visitas técnicas a empresas e feiras; interpretação e discussão de textos técnicos; apresentação de vídeos técnicos; apresentação de seminários; trabalhos de pesquisa; trabalhos em equipe; produção de relatórios e formulários de sistemas gerenciais; execução e apresentação de planos; elaboração de maquetes e produção de simulações usando as tecnologias da informação; realização de projeto integrador que desenvolva e articule as competências e habilidades trabalhadas durante o módulo; outras estratégias pertinentes ao curso e a critério do docente.

A metodologia proposta para desenvolver o currículo por competências deverá:

- a) conduzir à aprendizagem significativa;
- b) ter critérios de referência;
- c) dar ênfase ao conhecimento prévio do discente;



- d) contemplar a diversidade humana e cultural;
- e) estimular a aprendizagem pessoal.

A escolha de planos de trabalho para desenvolver a aprendizagem, no currículo organizado por competências, objetiva favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares:

- a) em relação ao tratamento da informação;
- b) na interação dos diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitam a construção de conhecimentos;
- c) na transformação das informações, oriundas dos diferentes saberes disciplinares, em conhecimento próprio.

O tema do problema ou plano de trabalho poderá ser selecionado a partir da realidade social ou profissional, proposto pelos discentes ou pelo docente, dependendo de sua relevância dentro do currículo.

7. Processos Decisórios do IFB e Campus Estrutural

O IFB é organizado em estrutura multicampi, em conformidade com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes - CD e o Conselho Superior - CS, e como órgão executivo a Reitoria, unidade de administração central, dirigida por um Reitor e composta por cinco Pró-Reitorias.

O Estatuto, o Regimento e a Resolução CS n. 001/2017, do IFB, apresentam o detalhamento dessa estrutura, indicando ainda as competências de cada órgão de apoio e assessoramento, das comissões permanentes e de assessoria, das diretorias sistêmicas e das demais diretorias, coordenações e núcleos.

A estrutura organizacional do IFB é composta por:

a) Órgãos Colegiados - Instâncias deliberativas e consultivas:

- Conselho Superior - CS;
- Colégio de Dirigentes - CD; e
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;

b) Órgãos Executivos da Administração Geral



- Reitoria
 - Chefia de gabinete;
 - Assessoria do Gabinete;
 - Ouvidoria; Autoridade Responsável pelo SIC/IFB-AURE);
 - Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Administração;
 - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; Pró-Reitoria de Ensino;
 - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; e
 - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação);
- Diretorias Sistêmicas:
 - Diretoria de Comunicação Social;
 - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
 - Diretoria de Planejamento e Orçamento); e
 - Direção Geral dos Campi;

c) Órgãos de Assessoramento e Comissões - Comissões e instâncias de assessoramento:

- Conselho Gestor em cada campus;
 - Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD;
 - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS;
 - Comissão de Ética - COET;
 - Comissão Própria de Avaliação - CPA;
 - Procuradoria Jurídica Federal; e Auditoria Interna - vinculada ao CS);

No âmbito do Campus Estrutural, a estrutura organizacional tem por instância deliberativa maior a Direção Geral - DG que conta com a assessoria do Conselho Gestor - CG e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE e com duas diretorias e suas coordenações, a citar:

a) Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão - DREP - que tem sob sua gestão as seguintes coordenações:

- Coordenação Geral de Ensino - CGEN - que tem sob sua gestão as Coordenações de Curso - CC;
- Coordenação Pedagógica - CDPD;
- Coordenação de Pesquisa e Inovação - CDPI;
- Coordenação de Extensão e Estágio - CDEE;



- Coordenação de Registro Acadêmico - CDRA;
- Coordenação da Biblioteca - CDBI;
- Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social - CDAE.

b) Diretoria de Administração e Planejamento - DRAP - que tem sob sua gestão as seguintes coordenações:

- Coordenação de Aquisições e Contratos - CDAC;
- Coordenação de Planejamento e Orçamento - CDPO;
- Coordenação de Gestão de Pessoas - CDGP;
- Coordenação de Manutenção e Serviços Gerais - CDMS;
- Coordenação de Almojarifado e Patrimônio - CDAP.

7.1. Atos Administrativos

Os atos administrativos do IFB ocorrem por meio de: Resolução, Recomendação e Portaria:

a) A Resolução é o instrumento expedido pelo Reitor, em razão de sua atribuição na qualidade de presidente do Conselho Superior, do Colégio de Dirigentes e do CEPE;

b) A Recomendação, por sua vez, é o instrumento expedido pelo Conselho Gestor do campus ou pelos diversos colegiados;

c) A Portaria é o instrumento pelo qual o Reitor, Pró-reitores e os Diretores Gerais dos campi, em razão de suas respectivas atribuições, dispõem sobre a gestão acadêmica e administrativa.

As decisões tomadas nos diversos níveis da administração do IFB, em conformidade com o estabelecido na Lei n. 9.784/99, cabe pedido de reconsideração para o próprio órgão ou recurso hierárquico, dirigido ao órgão imediatamente superior.

Para a interposição de recurso deve-se obedecer à seguinte distribuição de competências de decisão:

- a) do Colegiado de Área/Curso ao Diretor de Ensino ou Pós-Graduação ou função correspondente de cada campus;
- b) do Diretor-Geral do campus ao Reitor;
- c) do órgão subordinado, às Diretorias e destas, ao Diretor-Geral;
- d) do Reitor ao Conselho Superior;
- e) dos Conselhos Didáticos ou da Câmara respectiva ao CEPE;



f) do CEPE ao Conselho Superior.

Vale destacar que o recurso só é admissível se fundamentado em novos dados, devendo ser submetido à consideração do dirigente ou do órgão.

Os recursos dirigidos ao CEPE e CS são estabelecidos por meio de critérios específicos, de acordo com as Resoluções desses órgãos.

A coordenação e a supervisão das atividades de Planejamento, Administração, Ensino, Extensão e Pesquisa, no âmbito do Campus Estrutural, ocorrerão nos diferentes níveis, assim discriminados:

- a) pelo Conselho Gestor;
- b) pelo Diretor Geral;
- c) pelas Diretorias e/ou Coordenações estabelecidas.

7.2. Estrutura organizacional do Campus Estrutural

O Campus Estrutural, por ser parte integrante do IFB, deve seguir as regras e normas estabelecidas pelo Estatuto e Regimento Interno deste Instituto, bem como as resoluções do Conselho Superior e os Atos da Reitoria.

Tendo isso em vista, deve-se considerar que o Campus Estrutural está subordinado às instâncias decisórias e administrativas ligadas à reitoria, ao Conselho Superior e ao Colégio de Dirigentes. Por outro lado, é prevista a descentralização de decisões e da gestão para os campi constituintes do IFB.

A estrutura organizacional do Campus Estrutural, de acordo com o Estatuto e o Regimento Interno do IFB é composta pelas seguintes instâncias:

- Conselho Gestor
- Direção Geral
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Diretoria de Administração

O Conselho Gestor do campus é um órgão de assessoramento e tem como atribuição apoiar a gestão administrativa e acadêmica do campus. Em sua composição, conta com o Diretor Geral (presidente do Conselho Gestor), um representante do corpo docente, um representante do corpo técnico administrativo, um representante discente, um representante da Administração Regional da Estrutural, um representante do Conselho de Segurança da Estrutural e um representante dos

arranjos produtivos, sociais ou culturais locais ligados ao eixo tecnológico que tiver mais alunos no campus. As reuniões do Conselho Gestor devem ocorrer, ordinariamente, a cada três meses, e, extraordinariamente, quando for convocado. O Conselho Gestor é um órgão consultivo, devendo acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional e contribuir em matérias administrativas e acadêmicas do campus, de acordo com suas demandas.

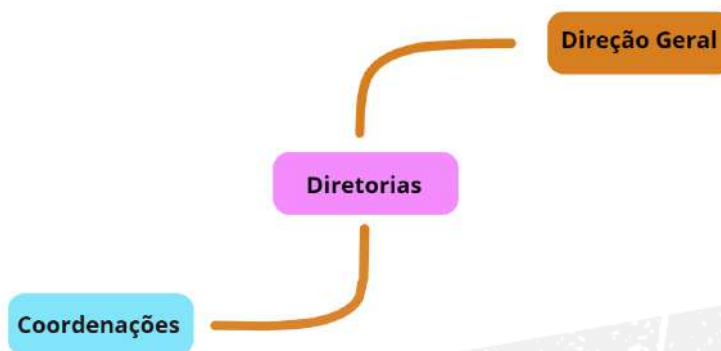
A Direção Geral é escolhida por votação da comunidade do campus – atribuindo-se nesse processo eletivo o peso de 1/3 (um terço) para os votos do corpo docente, 1/3 (um terço) para os votos do corpo discente e 1/3 (um terço) para os votos do corpo técnico administrativo – e nomeada pelo Reitor para mandato de quatro anos, permitida uma recondução por igual período. O Diretor Geral é a autoridade executiva da administração do campus.

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão responsável pela implementação da política de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Diretoria de Administração é o órgão responsável pelas ações de administração de pessoas, gestão patrimonial, orçamentária e financeira e pelo planejamento do campus.

A estrutura organizacional do Campus Estrutural possui assim o seguinte fluxo em seu processo decisório.

Figura 21 - Fluxo Decisório - Campus Estrutural



Fonte: Figura elaborada pela Comissão registrada na **Portaria nº 73/2024 - DGES/RIFB/IFBRASILIA**, de 20 de novembro de 2023

O fluxo decisório do Campus Estrutural, no geral, indica que cabe às diretorias avaliar e validar as proposições de suas respectivas coordenações, devendo ainda submeter à Direção Geral a avaliação e validação das suas proposições.

7.3. Colegiados e coordenações de cursos

No âmbito acadêmico, há os colegiados de cursos e seus respectivos coordenadores. Os colegiados de curso são presididos por seu coordenador e são constituídos pelos docentes atuantes no curso, pela coordenação pedagógica e por representantes discentes. Setenta por cento dos Colegiados são compostos pela totalidade de docentes atuantes no curso e os trinta por cento restantes pelo coordenador pedagógico e por representantes discentes. Os colegiados devem ter, no mínimo, dois representantes discentes. Cabem aos colegiados de curso a coordenação, a orientação e o acompanhamento do funcionamento didático de seu curso, determinar o currículo do curso, as ementas das disciplinas e os componentes curriculares a serem ministrados em cada período letivo, além de acompanhar as atividades da coordenação do curso.

Além dos colegiados dos cursos, os cursos superiores contam com a assessoria do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante- NDE que é composto por professores do colegiado que atuam no curso. As funções e responsabilidades do NDE são descritas em regulamento próprio do IFB.

7.4. Representação discente

O Campus Estrutural reconhece a representação discente em diversos espaços: haverá, ao menos, dois representantes discentes em cada colegiado de curso, para o qual os estudantes do respectivo curso devem eleger titulares e suplentes. A eleição deve ser convocada pela Coordenação Geral de Ensino. A representação discente terá um mandato de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução.

O quadro a seguir detalha os servidores atualmente lotados nos respectivos cargos do campus Estrutural.

Quadro 11 - Estrutura Organizacional

ÁREA	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	NOME
Direção Geral (DG)	Diretor	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Educação Física; • Mestrado em Educação Física 	Giano Luis Copetti
	Assistente em Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Gestão de Políticas Públicas • Graduação em Administração • Pós Graduação em Gestão Pública 	Marina Sampaio Gonçalves



<p>Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP)</p>	<p>Diretora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação (Licenciatura) em Matemática; • Mestrado Profissional em Matemática; • Especialização em Docência no Ensino Superior 	<p>Évelyn Helena Nunes Silva</p>
<p>Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)</p>	<p>Coordenadora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Letras espanhol; • Mestrado em educação profissional e tecnológica 	<p>Gabrielle Tavares</p>
	<p>Secretária</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Letras - Inglês pelo Centro Universitário de Brasília (2000); • Mestrado em TESOL pelo Greensboro College (2011); • Mestrado em Education and Globalization pela University of Oulu (2013) 	<p>Isabelita Solano Mendes Peixoto</p>
	<p>Membros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Matemática; • Mestrado em Matemática 	<p>Gustavo Cândido de Oliveira Melo</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Ciências Biológicas; • Bacharelado em Direito; • Mestrado em Recursos Hídricos. 	<p>Fernanda Silveira Carvalho de Souza</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Cientista social; • Sociólogo 	<p>Roberto dos Santos da Silva</p>
<p>Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)</p>	<p>Presidente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Ciência Política; • Mestrado em Ciência Política; • Doutorado em Sociologia 	<p>Caroline Soares Santos</p>
	<p>Membros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação (Licenciatura) em Matemática; • Mestrado em Estudos Amazônicos; • Doutorado em Ciências da Educação 	<p>Ana Maria Libório</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Graduação (Licenciatura) em Informática; • Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação 	<p>Átila Pires dos Santos</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em História; • Mestrado e Doutorado em História 	<p>Renata Jesus da Costa Ehl</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Pedagogia; • Graduação em Serviço Social; • Especialização em Serviço Social Organizacional 	<p>Samuel Gabriel Assis</p>



Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Letras Português/Inglês;• Mestrado em Ensino de Língua Inglesa para Falantes de outras Línguas,;• Mestrado em Educação e Globalização	Isabelita Solano Mendes Peixoto
	Membros	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Letras (Espanhol);• Mestrado em educação profissional;• Doutora em ciência da educação e políticas educativas	Crisoneia Nonata de Brito Gomes
		<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Pedagogia;• Graduação em Serviço Social;• Especialização em Serviço Social Organizacional	Samuel Gabriel Assis
Coordenação Geral de Ensino (CGEN)	Coordenador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação (Licenciatura) em Química• Mestrado e Doutorado em Ciências/Agroquímica	Aline Auxiliadora Tireli
Coordenação Pedagógica (CDPD)	Coordenador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Letras;• Mestrado em Literatura;• Doutorado em Estudos Clássicos	Tiago Nascimento de Carvalho
	Técnico em Assuntos Educacionais	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Filosofia, História e Sociologia;• Especialização em Psicopedagogia	Nádia de Matos Franco
	Técnico em Assuntos Educacionais	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Letras Português;• Graduação em Pedagogia;• Especialização em Revisão de Textos	Shirley Pereira Gomes
	Técnico em Assuntos Educacionais	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Ciências Naturais;• Mestrado Profissional em Ensino de Ciências;• Doutorado em Educação em Ciências	Nayara de Paula Martins Silva
	Pedagoga	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Pedagogia;• Especialização em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar	Aline Yasnara Soares Feitosa
Coordenação de Registro Acadêmico (CDRA)	Coordenador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Comunicação Social;• Especialista em Gestão Pública Escolar, Desenvolvimento Histórico e Bases Legais da Educação	Ana Carolina Regis Matos



	Técnico em Secretariado	<ul style="list-style-type: none">• Formação em Serviço Social	Iêda Fernandes Braga
	Assistente em Administração	<ul style="list-style-type: none">• Ensino Médio	Gabriel Peres de Oliveira
	Assistente em Administração	<ul style="list-style-type: none">• Ensino Médio	Wellington Rubens Gabriel Marciel
Coordenação de Biblioteca (CDBI)	Coordenadora - Bibliotecário-Documetalista	<ul style="list-style-type: none">• Bacharelado em Biblioteconomia;• Especialização em Educação a Distância	Lara Batista Carneiro Botelho
	Auxiliar de biblioteca	<ul style="list-style-type: none">• Bacharelado em Biblioteconomia	Wendel Raycon Borges Moura
	Bibliotecário Documentalista	<ul style="list-style-type: none">• Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação;• Mestrado em Educação	Walisson Marques Marinho de Oliveira
Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE)	Coordenadora	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Gestão de Recursos Humanos;• Especialização em Gestão Pública	Andrea Almeida Galiza
	Assistente de Aluno	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Gestão de Tecnologia da Informação e Licenciado em Pedagogia;• Especialização em Pedagogia e Gestão de TI.	Marcio Odair Dias
	Assistente de Aluno	<ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Matemática	Jamerson Paula Souza
	Psicólogo	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Psicologia;• Especialização em Teoria da Clínica Psicanalítica;• Mestrado em Educação	Luisa Meirelles de Souza Modesto
	Assistente Social	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Serviço Social e Pedagogia;• Especialização em Serviço Social Organizacional	Samuel Gabriel Assis
	Assistente de Aluno	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Letras Português e Inglês e Respectivas Literaturas;• Especialização em Letras Língua Inglesa	Cristiana Teixeira Lima



Diretoria de Administração e Planejamento (DRAP)	Diretor	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Administração;• Especialização em gerência de projetos;• Mestrado em gestão pública	Luidson Saraiva Souza
	Substituto da DRAP	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Gestão Financeira;• Pós graduação em Direito Público	Felipe Milhomem Ribeiro
	Contador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Ciências Contábeis;• Pós graduação em Controladoria e Finanças Públicas	Gilmara de Sousa Rodrigues
	Técnico em Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Redes de Computadores;• Pós graduação em Gestão Estratégica de TI;	Wellyelton Gualberto de Brito Rodrigues
Coordenação de Aquisições e Contratos (CDAC)	Coordenador	<ul style="list-style-type: none">• Tecnólogo em Gestão Pública;• Especialização em Gestão Pública	Denis Marques Ferreira
	Auxiliar em Administração	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Nutrição;• Pós-Graduação em Gestão Pública	Quezia de Oliveira Sousa da Silva
Coordenação de Planejamento e Orçamento (CDPO)	Assistente Administrativo	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Ciências Contábeis;• Especialização em Administração Financeira	Bernardo Bertolucci de Holanda Arruda
Coordenação de Gestão de Pessoas (CDGP)	Coordenador de Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Tecnologia de Recursos Humanos/Pós graduação em Gestão de Pessoas	Gessyka Delcho de Souza
Coordenação de Manutenção e Serviços Gerais (CDMS)	Coordenador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Farmácia/Bioquímica;• Especialização em Gestão administrativa;• Especialização em Análise Bromatológica e toxicologia	Tatiane Vieira
	Assistente Administrativo	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Gestão Financeira;• Pós graduação em Direito Público	Felipe Milhomem Ribeiro
Coordenação de Almoarifado e Patrimônio (CDAP)	Coordenador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Redes de Computadores;• Especialização em Inovação em Mídias Interativas	Wellyelton Gualberto de Brito Rodrigues
	Administrador	<ul style="list-style-type: none">• Graduação em Administração	Viviani Aglaice C. Lima

Fonte: Consulta diretamente aos servidores, por e-mail, whatsapp e/ou telefone



7.5. Infraestrutura para atendimento aos cursos

- 01 Sala da Direção Geral - DG;
- 01 Sala da Secretaria da Direção Geral;
- 01 Sala da DREP;
- 01 Sala das Coordenações Curso (CC) e CGEN, CDPI e CDEE (ligadas à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão);
- 01 Sala de Reuniões / NAPNE;
- 01 Sala para a Coordenação Pedagógica (CDPD);
- 01 Recepção;
- 01 Sala do Registro Acadêmico (CDRA);
- 01 Biblioteca de dois pavimentos com local de acervo (térreo) e para estudos (pisos superior);
- 01 Sala da Equipe de Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE);
- 01 Sala para Atendimento (CDAE);
- 01 Sala de Convivência dos Servidores;
- 01 Sala dos Professores;
- 123 Salas de aula, cada uma com projetor multimídia e quadro-branco, que comportam, em média, 40 (quarenta) estudantes;
- 02 Laboratórios de Informática com aproximadamente 40 computadores cada;
- 01 Laboratório de Química e Biologia;
- 01 Laboratório de Matemática;
- 01 Laboratório de Manutenção Automotiva;
- 01 Laboratório de Controle, Automação e Pneumática;
- 01 Oficina mecânica;
- 01 Auditório com capacidade para 180 pessoas;
- 01 Ginásio com quadra poliesportiva e salas de apoio;
- 01 Sala da Diretoria de Administração e Planejamento (DRAP);
- 01 Sala da equipe da Diretoria de Administração e Planejamento (DRAP);
- 01 Sala para a Coordenação de Gestão de Pessoas (CDGP);
- 01 Almoarifado;
- 01 Bloco de serviços e vivência;

- 01 Cantina com refeitório;
- 01 Sala de convivência dos alunos;
- 06 Instalações sanitárias;
- 04 Instalações sanitárias Pessoas com Deficiência (PCD).

8. Plano de ação do Campus Estrutural

A Campus Estrutural defende que a principal contribuição da escola para a democratização da sociedade está na difusão da escolarização para todos, colocando a formação cultural e científica nas mãos do povo como instrumento de luta para sua emancipação. Valoriza a instrução como domínio do saber sistematizado e os meios de ensino como processo de desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos e viabilização da atividade de transmissão/assimilação ativa de conhecimentos.

Desejando melhorar o desempenho e qualificação dos estudantes do campus Estrutural e na tentativa de diminuir os índices de retenção e desistência tão comuns nos cursos de exatas, projetando sempre superar a meta de 45% referente ao índice de eficiência acadêmica, a gestão em conjunto com os docentes, técnicos e discentes desenvolverão as seguintes atividades durante os próximos anos:

1. O campus Estrutural continuará incentivando a realização anual da *Jornada de Matemática dos Institutos Federais*. Organizada por uma comissão de servidores com o auxílio dos alunos, esse evento contará com palestras, minicursos e oficinas respeitando as diretrizes estabelecidas no artigo 5º da Resolução 42/2020¹⁹, com enfoque nas diretrizes III, IV e VI deste artigo. Seguem "Integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem saberes acadêmicos, populares e tradicionais", além de mesa redonda, comunicações científicas e exposição de pôsteres com submissão aberta ao público por intermédio do sítio oficial do evento no Even3. Dentro dessas atividades, espera-se estabelecer a realização de atividades baseadas nas diretrizes I, "Contribuir com o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino". Como isso, é possível notar vinculação significativa do evento com o ensino e pesquisa no sentido

¹⁹ Regulamento das Normas Gerais e as Diretrizes Conceituais para as ações de extensão no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB.



de estabelecer alto interesse da instituição como instrumento de integração entre ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico dentro da área de Matemática, Educação Matemática e áreas afins.

2. Pretende-se continuar incentivando a participação dos graduandos e dos professores da licenciatura no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Pois, esse programa proporciona aos alunos da licenciatura a inserção e o contato com a realidade escolar e, tem, ao mesmo tempo, contribuído para a permanência de alguns alunos na licenciatura. Além disso, os servidores do campus acreditam que o desenvolvimento de políticas e programas que objetivam favorecer e intermediar o contato dos estudantes com a prática profissional do magistério no período de formação inicial torna-se imprescindível tanto para o processo de formação docente quanto para a qualidade desse processo.

3. Os atendimentos ao estudante fora do horário de aula continuarão sendo ofertados e sua divulgação será realizada com mais frequência durante o ano. Além disso, a gestão solicitará à coordenação pedagógica o supervisionamento do quantitativo de alunos que frequentam o atendimento e, os alunos não frequentes, serão convidados a participar.

4. Será solicitado ao coordenador pedagógico que converse com os docentes e que juntos encontrem soluções que priorizem um trabalho educacional de qualidade.

5. Será incentivado o pagamento de monitores das disciplinas que apresentam maior dificuldade pelos estudantes, visto que, a motivação nos estudos pode ser ativada não só por elementos acadêmicos, mas também pela satisfação pessoal, profissional e até mesmo financeira.

6. Será incentivado aos servidores que submetam projetos de ensino com propostas de trabalhar pré-requisitos para as disciplinas com o maior número de reprovações.

7. Constantemente serão realizados momentos de capacitações para os professores com o intuito de debater e refletir práticas pedagógicas. Pois, a dinâmica utilizada pelo corpo docente ao ministrar as aulas auxilia no despertar e na motivação do aluno com a disciplina, promovendo uma redução do não cumprimento ou adiamento dos seus deveres e, conseqüentemente, dos índices de reprovação.

8. A gestão continuará incentivando a execução dos projetos de extensão já existentes no campus, por exemplo: a AMBICEST e MECACEST, ambos os projetos são organizados por servidores e alunos e resultam em eventos com o intuito de ofertar formação integral aos participantes.

9. Foi implantado o laboratório de física no campus no início do ano de 2024. Ambiente propício para motivar os alunos, dado que o laboratório didático é um mecanismo pelo qual o aluno

é incentivado a confrontar e aplicar a teoria na prática, já que o mesmo, por meio da vivência, terá contato com diversas atividades e equipamentos que o estimulam a enxergar a Ciência tal como ela é. Nesse quesito, o campus está se organizando para a implantação do Projeto “*IFB Labs - Tecnologia, Informação e Comunicação*”, cujo objetivo é promover ambientes de inovação ligados à tecnologia de informação e comunicação.

10. O Campus Estrutural, por meio de suas equipes Pedagógica, de Assistência Estudantil e NAPNE, continuará eliminando quaisquer barreiras arquitetônicas que possam vir a dificultar a locomoção dos alunos dentro do Campus, mais especificamente daqueles com alguma restrição física, motora ou sensorial.

11. Através das práticas pedagógicas e culturais, incentivar os pais a se envolverem no processo de desenvolvimento escolar dos seus filhos, tais como festas, palestras motivacionais e de interesse comum (saúde, orientação sexual, bullying, preconceito, gravidez na adolescência) e eventos. Divulgando por intermédio dos alunos, através de bilhetes, cartazes, panfletos, redes sociais. As atividades propostas serão realizadas durante o ano letivo e os resultados acompanhados ao término de cada atividade, com a participação de todos os envolvidos.

12. Continuar valorizando e respeitando o educador e todos os profissionais do campus no cumprimento de suas atividades, mantendo um ambiente em condições dignas de trabalho, onde todos possam realizar-se profissionalmente, serem tratados com humanidade, respeito e consideração por todo o pessoal envolvido na escola e também por alunos e respectivos pais.

13. Implementar flexibilizações curriculares que considerem metodologias de ensino diversificadas e recursos didáticos diferenciados para o desenvolvimento de cada aluno da educação especial, em consonância com o projeto pedagógico da escola.

9. Formas de acompanhamento e avaliação do PPP

É sabido que as realizações de avaliações de um projeto que se encontra em execução são essenciais para mensurar os resultados e identificar pontos de melhoria. Portanto, periodicamente será realizado um levantamento da eficácia, do alcance e efetividade das metas descritas no item anterior. Essa prática, terá o intuito de evitar o retrocesso em seus desempenhos e proporcionará uma análise da possibilidade de aumentar as metas ou expandir o público almejado. Caso algum objetivo ou meta não tenha sido atingida, a equipe em conjunto tentará entender quais foram os fatores que influenciaram no resultado negativo.

Portanto, este Projeto Político Pedagógico será avaliado continuamente para permitir o atendimento de situações imprevistas, correções de desvios e ajustes das atividades propostas. Sendo assim, estão previstos momentos de avaliação deste documento com a frequência bianual, com participação de toda a comunidade escolar. Para isso, a tentativa em responder às seguintes perguntas: “As propostas de trabalho foram cumpridas?”, “É necessário promover uma reestruturação curricular? Se sim, quais as propostas?”, “Quais novas ações podem favorecer as metas pré-estabelecidas?” “O tempo proposto para o objetivo foi curto, suficiente ou extenso demais?”, nortearão a reformulação desse PPP.

A comissão de elaboração do PPP decidiu que este documento será válido para o biênio de 2024 a 2026, mas que ele pode ser revisado antes desse prazo mediante provocação dos colegiados, das Diretorias do Campus São Estrutural ou do Conselho Gestor.

10. Considerações Finais

O diagnóstico que deu suporte a esta proposta pedagógica foi realizado com base na articulação da equipe escolar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas políticas educacionais da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e no Regimento Escolar da U.E. em torno da função social da escola, com objetivos comuns, num trabalho coletivo voltado para a construção de um perfil de cidadão crítico, participativo e melhoria da qualidade de ensino.

A elaboração deu-se após análises, discussões, reflexões e avaliações entre o pessoal envolvido (gestores, docentes, discentes, funcionários, pais), no firme propósito de oferecer melhores condições para inovações nas políticas educacionais, que vivenciamos no momento.

Com base nos dados elencados o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico ocorrerá durante o ano letivo com a participação de todos os envolvidos, podendo sofrer alterações durante o processo de aplicação.

MINUTA

11. REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva.** Lisboa: Plátano, 2003.

BRANDALISE, M. Â. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 13(2): 315-330, 2010. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/viewFile/3220/2360>. Acesso 21/10/2018.

BRASIL. Decreto nº 60.731. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 1967.

_____. Decreto nº 82.711. Dispõe sobre a transferência do Colégio Agrícola de Brasília para o Distrito Federal e dá outras providências, 1978.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 8.948. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 8 dez. 1994.

_____. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: ago. 2021.

_____. Lei nº 11.534. Dispõe sobre a criação de escolas técnicas e agrotécnicas federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 25 out. 2007.

_____. Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008 – Aprova o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port10.pdf

_____. Ministério da Educação, SETEC. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasília, DF: Ministério da Educação, 23 set. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

_____. Ministério da Educação. SETEC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e diretrizes. Brasília: MEC, 2010.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 993, Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, 7 out. 2013.

_____. Decreto nº 5840. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: 13/12/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. 2006.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por amostra de domicílios - SCIA - Estrutural PDAD 2015. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2013.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por amostra de domicílios - SCIA. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2021 (Atualização de 25/10/2022).

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 11.921, de 25 de outubro de 1989. Fixa os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, 1989.

_____. Lei nº 3.315, de 27 de janeiro de 2004. Cria a Região Administrativa e as Subadministrações Regionais que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, 27 jan. 2004.

_____. Lei Complementar nº 715, de 24 de janeiro de 2006. Cria a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, denominada Vila Estrutural. Diário Oficial do Distrito Federal, 24 jan. 2006.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FREITAS, L. C.; FREITAS, H. C. L.; MALAVASI, M. M. S.; SORDI, M. R. L. Avaliação Educacional: caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes (Coleção Fronteiras Educacionais), 2014.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/2-Frigotto2008.pdf> Acesso em: 01/11/2021.

GARCIA, A. C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M.; CASTILHO, M. A. Educação profissional no Brasil: Origem e trajetória. Revista Vozes dos Vales, UFVJM, MG, nº 13, 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Associação de Comunicação Educativa/Roquete Pinto, 1999.

IFB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. ESTATUTO. Brasília, 2011.

_____. Resolução nº 028/2012/CS –IFB. Regulamenta os Procedimentos Administrativos e a Organização Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Brasília. Brasília, 2012.

_____. Resolução Nº 01/2017/CS –IFB. Aprova a estrutura organizacional do Instituto Federal de Brasília (IFB) e dá outras providências. Brasília, 2017.

_____. Resolução 30/2019 - RIFB/IFB. Aprova as Diretrizes Indutoras para a oferta de Técnicos Integrados ao Ensino Médio no âmbito do Instituto Federal de Brasília. Brasília, 2019.

_____. REGIMENTO GERAL DO IFB. Brasília, 2020.

_____. Resolução 35/2020 - RIFB/IFB. Altera o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio do Instituto Federal de Brasília aprovado pela Resolução CS/IFB nº 10/2013, e estabelece o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente nas modalidades presencial e a distância. Brasília, 2020.

_____. **Missão, visão e valores.** Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/institucional/missao>. Acesso em: 03 ago. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2030.** Disponível em: https://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1827/arquivos/download/PDI_2024-2030_p%C3%B3s_CS_-_Ajustado_-_Google.pdf

KACHAR, V. **Longevidade.** Um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCK, H. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos Ltda, 2005.

MARQUES. M. O. **A aprendizagem na mediação social aprendida e da docência.** Ijuí: Unijuí, 1995.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.



PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola, uma construção possível**. 29 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MINUTA